



# PROGRAMA BPC NA ESCOLA

UMA EXPERIÊNCIA  
INOVADORA NA  
CIDADE DE  
SÃO PAULO



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
ASSISTÊNCIA SOCIAL



# **PROGRAMA BPC NA ESCOLA**

---

**UMA EXPERIÊNCIA  
INOVADORA NA  
CIDADE DE  
SÃO PAULO**

São Paulo, 2011

**CTP, Impressão e Acabamento**  
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

**Tiragem**  
5.000 exemplares

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Assistência Social  
Programa BPC na Escola - "Uma experiência inovadora na Cidade de São Paulo".  
Secretaria Municipal de Assistência Social. São Paulo: SMADS, 2010.  
176 p; 23cm.

1. Assistência Social - São Paulo (SP) 2. Secretaria Municipal de Assistência Social - São Paulo (SP) 3. Programa de Acompanhamento e Monitoriamento do Acesso e Permanência na Escola de Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). 4. Título

Gilberto Kassab  
**Prefeito**

Alda Marco Antonio  
**Secretária Municipal de Assistência Social**

Ana Maria Secches  
**Secretária- Adjunta**

Delcy Maria Zucchini  
**Chefe de Gabinete**

Angela Eliana de Marchi  
**Coordenadora Geral de Assistência Social**

**Elaboração**  
**Coordenadoria de Proteção Social Básica**

Eufrosina Teresa de Oliveira  
Eliana de Oliveira Januário

**Coordenação Técnica do Programa BPC na Escola**

Fátima de Jesus Teixeira  
Maria Madalena Rodrigues Wu  
Wladimir Martins do Prado

**Grupo Gestor Local - Programa BPC na Escola**

**Secretaria de Assistência Social** - Fátima de Jesus Teixeira,  
Maria Madalena Rodrigues Wu, Elizabeth Maria Valletta

**Secretaria de Saúde** - Sandra Maria Monetti

**Secretaria de Educação** - Silvana Lucena dos Santos Drago

**Secretaria Especial de Direitos Humanos** - Ester Fátima Vargem Rodrigues

**Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade**

**Reduzida** - Adriano Bandini Tavares de Campos

**Edição e texto**

**Registro da Experiência**

Maurício Juvenal - jornalista Mtb. 23260

**Estudo Quantitativo**

Wladimir Martins do Prado

**Fotos**

Cláudia Moreno da Silveira, Estela Hermans, Lais Catassini,  
Maurício Juvenal, Wagner Orígenes Nunes

**Arte final capa e mapas**

Lucileni Amadeo

**Revisão**

Patrícia Aparecida Nascimento dos Santos



# Sumário

<b>Apresentação</b>	7
<b>Introdução</b>	9
Parte 1	
REGISTRO DA EXPERIÊNCIA	13
O BPC na Escola na pauta da cidade	15
Por uma política nacional de Assistência Social	17
O Benefício de Prestação Continuada	19
A cidade de São Paulo e seus muitos contrastes	21
Assistência Social em São Paulo: CRAS no território	23
Ousar para realizar. E transformar	26
Observatório de Políticas Sociais: números que orientam	30
Intersetorialidade: articulação e protagonismo social	32
CAS Centro-Oeste: “Da janela de um cortiço”	37
CAS Leste: “BPC até debaixo d’água”	45
CAS Norte: “De tarefa a compromisso”	53
CAS Sudeste: “Conhecer e desbravar o território”	61
CAS Sul: “Encurtando distâncias”	69
Entre volantes e teclados	75
Deu Prêmio	78

Parte 2	
ESTUDO QUANTITATIVO	81
Introdução	83
Objetivos da pesquisa	84
Amostra	85
Principais resultados	
Contextualização	87
Diagnóstico da escola (socialização e aprendizagem)	104
Beneficiários que frequentam a escola	105
Beneficiários que nunca frequentaram a escola	121
Beneficiários que já frequentaram a escola e não frequentam mais	126
Resumo	131
GENTE QUE FEZ A DIFERENÇA NO BPC NA ESCOLA	135
EQUIPETÉCNICA	144
COORDENADORIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CAS	
CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	145
ANEXO	148
BIBLIOGRAFIA	172

# Apresentação

Implantar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em uma cidade com a dimensão de São Paulo, caracterizada por significativa diversidade regional e desigualdade social, impõe um enorme desafio aos gestores desta Política Pública.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a partir de janeiro de 2009, reorganizou sua estrutura regional com a criação de cinco Coordenadorias de Assistência Social – CAS, responsáveis pela gestão descentralizada da assistência social em seus territórios de abrangência. Concomitantemente, estabeleceu como prioridade a implementação dos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

Com este cenário em andamento, foi possível assumir, com o corpo de funcionários efetivos dos CRAS, o trabalho social de realizar visita domiciliar aos 13.976 beneficiários do Programa BPC na Escola. Desse modo, efetivou-se na cidade de São Paulo, o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola de Pessoas com Deficiência, estabelecendo ações com as famílias para a efetivação da proteção social.

Este trabalho, organizado com o princípio da intersetorialidade, mobilizou outras secretarias que contribuíram para superar a lógica de fragmentação das Políticas Sociais e realizar ações articuladas, baseadas no reconhecimento do beneficiário como sujeito de direitos.

Esta experiência foi premiada em março de 2010, entre as melhores práticas municipais em evento promovido pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS.

Esta publicação objetiva compartilhar este trabalho com todos os que têm contribuído com o avanço das Políticas Públicas e a consolidação do SUAS em São Paulo.

*COGEAS – Coordenação Geral de Assistência Social*



# Introdução

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria de Assistência Social - SMADS deu início, em meados de abril de 2008, ao processo de adesão ao Programa BPC na Escola, estabelecido pelos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Trata-se de Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola de Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC/LOAS, com prioridade para aquelas na faixa etária de 0 a 18 anos.

Criado pela Portaria Interministerial nº 01, de 12.03.2008 e publicada no Diário Oficial da União em 19.03.2008, o Programa BPC na Escola prevê o envolvimento das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Saúde e Direitos Humanos, tendo em vista os compromissos estabelecidos naquela Portaria a serem cumpridos a partir da adesão ao Programa.

A referida Portaria estabelece como responsabilidade do município a forma-

ção do Grupo Gestor Local, composto por representantes das secretarias envolvidas, a designação do Coordenador da Equipe Técnica responsável pela aplicação do questionário, bem como a responsabilidade por gerir e coordenar o Programa BPC na Escola.

A aplicação do questionário teve como objetivo a identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC.

O município de São Paulo aderiu ao Programa e indicou seus representantes, ficando a Secretaria de Assistência Social responsável pela gestão de todo o trabalho e pela Coordenação do Grupo Gestor Local e da Equipe Técnica. A SMADS convidou a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida a compor este grupo.

As primeiras ações para a implementação do Programa BPC na Escola na cidade de São Paulo, foram iniciadas em 2009, dentro de uma nova estrutura e gestão descentralizada da assistência social, com a criação de cinco Coordenadorias de Assistência Social - CRAS, tendo como prio-

ridade consolidar a política a partir dos territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social.

Dentro dessa nova configuração e após análises e reflexões sobre a importância e significado do Programa BPC na Escola, a SMADS tomou a decisão de realizar a aplicação do questionário por meio dos agentes públicos, ou seja, os técnicos dos CRAS.

O Programa BPC na Escola trouxe a possibilidade de efetivar na prática as funções do CRAS em seu território de abrangência: desenvolver a gestão da proteção social básica, realizar a busca ativa das famílias, articular as ações intersetoriais e oferecer o Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, prioritariamente aos beneficiários do BPC e dos programas de transferência de renda.

Nessa perspectiva, a aplicação do Questionário foi transformada em mais um instrumento de conhecimento, não só do beneficiário alvo do Programa BPC na Escola, mas também da família como unidade total. A procura do entrevistado se transformou em visita domiciliar, em busca ativa, e esse movimento possibilitou encaminhamentos das famílias visitadas para acessar todas as políticas públicas.

Para realizar trabalho de tal dimen-

são, em prazo inicialmente estabelecido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para 04 de dezembro de 2009, foi necessário planejar a ação, criar uma metodologia e realizar o monitoramento de forma a cumprir com o compromisso assumido. A Coordenadoria de Proteção Social Básica coordenou todo o processo, organizou toda a logística e estabeleceu inclusive o número de técnicos e de visitas domiciliares a serem realizadas por dia, a fim de não comprometer as demais atividades desenvolvidas no CRAS.

Na cidade de São Paulo o Programa atingiu 13.976 beneficiários, cujos endereços foram georreferenciados pela Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais da SMADS, a partir de relação disponibilizada pelo MDS, e encaminhada às Coordenadorias de Assistência Social - CAS, a fim de mapearem e organizarem a execução do trabalho de campo. A visita domiciliar para a aplicação de Questionário foi realizada por meio do corpo técnico dos 32 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

Frente à complexidade do trabalho e para gerir e coordenar o Programa BPC na Escola, o Grupo Gestor Local decidiu adotar estratégias territoriais. Assim, foi desencadeada a formação do Grupo Gestor Regional composto por representantes das secretarias no âmbito territorial

de macrorregião, tendo como referência a divisão administrativa das Coordenadorias de Assistência Social - CAS, das Coordenadorias Regionais de Saúde e das Diretorias Regionais de Educação.

Essas estratégias propiciaram a articulação e a aproximação dos técnicos junto às famílias visitadas, numa conjugação de esforços para a aplicação dos questionários, bem como para incluir os beneficiários do BPC nos serviços oferecidos pelas secretarias.

A Coordenadoria de Proteção Social Básica, com apoio da Coordenadoria da Proteção Especial e da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, organizou e realizou a capacitação para a aplicação do questionário, por Coordenadoria de Assistência Social - CAS e contou com a participação do Grupo Gestor Local e seus represen-

tantes nos Grupos Gestores Regionais. Foi um momento de troca, esclarecimentos de dúvidas em relação ao questionário e reconhecimento dos serviços que cada secretaria desenvolve nos territórios e a identificação da porta de acesso aos recursos ofertados pelas políticas setoriais.

Esta publicação contém os diversos relatos de cada etapa executada internamente e em campo, trazendo a experiência daqueles que estiveram diretamente envolvidos com a ação: gestores, técnicos e famílias de beneficiários.

A experiência vivida poderá referenciar outras ações, objetivando sempre o aprimoramento e integração das políticas públicas de educação, saúde, assistência social, dentre outras, na garantia de direitos da pessoa com deficiência e suas famílias.



# **Registro da experiência**



## O BPC na Escola na pauta da Cidade

A adesão, em 2008, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, da Prefeitura de São Paulo, ao Programa BPC na Escola promoveu o acesso direto, e indireto, à realidade de aproximadamente 13.976 mil crianças e adolescentes atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada, o BPC, um direito constitucional que, em linhas gerais, assegura o equivalente a um salário mínimo por mês às pessoas com deficiência que comprovem não ter recursos para garantir sua subsistência.

E que realidades! No extremo Leste do município, uma família inteira divide um cômodo de no máximo 20m<sup>2</sup>. Todos os filhos são menores de idade. A mãe vive, e sobrevive, quase que exclusivamente entregue aos cuidados da menina com paralisia cerebral. Nunca teve tempo, estrutura e orientação para buscar direitos e serviços que possibilitassem uma vida menos dura.

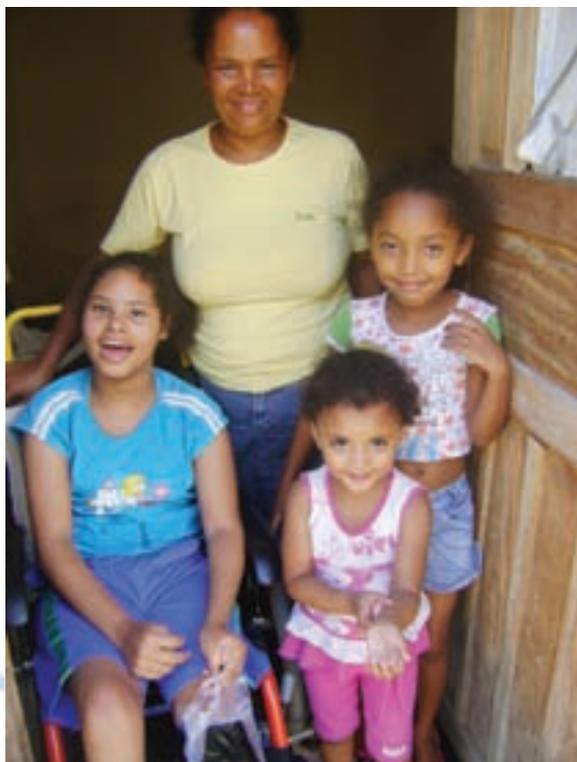
Pode alguém entre um cafezinho e outro se tornar mãe da noite para o dia? Pergunte a dona Tereza, de Capela do Socorro, na zona Sul de São Paulo. Ao ouvir a rejeição de uma parturiente que dizia não

querer "esse bebê doente", ela não hesitou: "eu quero". E transformou dor em amor.

É de transformação que essa publicação trata.

A aplicação do questionário do Programa BPC na Escola, na cidade de São Paulo, em primeira análise uma ação para identificação das barreiras de acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, possibilitou uma série de aquisições qualitativas, com especial destaque para o engajamento do corpo técnico da SMADS, que saiu a campo disposto a fazer acontecer.

No sobe e desce de ruas, becos, vielas e avenidas, a apropriação de cada um dos territórios, entre outros garantindo a beneficiários e suas famílias o acesso a informações e o conhecimento de seus direitos. E não só isso: a atuação dos técnicos possibilitou, ainda, visibilidade aos Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS, graças à qualificada ação de busca ativa, acompanhamento e monitoramento, exatamente como estabelecem as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.



*Nas cinco regiões de cobertura das coordenadorias de Assistência Social - Centro-Oeste, Leste, Norte, Sudeste e Sul - a aplicação do Questionário do BPC na Escola possibilitou interação com a realidade de milhares de famílias que, agora, acompanhadas de perto pelos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, esperam ver reduzidas as barreiras para o acesso e permanência na escola de suas crianças e adolescentes com deficiência*



# Por uma política nacional de Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, lançado em 2004, regulamentado em 2005, e cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo - exatamente como dispõe a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) aprovada em 1993 - vem romper com a fragmentação entre as esferas governamentais ao assegurar autonomias legais em um regime de mútua colaboração entre União, estados e municípios.

Estabelece, também, a articulação e provisão das proteções sociais especial e básica.

A primeira, dispensando atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social - abandono, abuso e exploração sexual, situação de rua, maus tratos, entre outros - em serviços ou centros especializados.

A segunda, objetivando prevenir situações de risco pelo desenvolvimento de potencialidades, com o fortalecimento não só dos vínculos familiares, mas, também, comunitários. Tem foco na população que vive em situação de vulnerabilidade social e, por referência, o acompanhamento ter-

ritorial, operado pelos Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS.

Nos dois tipos, o princípio é o de proteção social pró-ativa, o que na prática significa não mais considerar os usuários da assistência social como objeto de intervenção, mas, sim, como sujeitos de direitos.

Algo que começa, por exemplo, com o reconhecimento de famílias com criança ou adolescente com deficiência e que não possuem estrutura e orientação para buscar direitos e serviços que melhorem sua qualidade de vida.

O SUAS preceitua a necessidade da formação de uma rede socioassistencial mais qualificada que dê suporte a situações como esta.

## **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS**

Assistência Social como direito de cidadania. Foi o que instituiu a Constituição Federal de 1988 ao conferir status de política pública à atividade, inserindo-a no território das responsabilidades do Estado.

Cinco anos mais tarde, a Lei nº 8742,

de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), vem dispor sobre a organização da assistência social e emprestar operacionalização ao mecanismo constitucional.

Em seu artigo primeiro, a LOAS assegura a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado como política de seguridade social não-contributiva.

Estabelece como objetivos “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família”.

A LOAS define, ainda, princípios e diretrizes da assistência social e a organização dos sistemas. Disciplina sobre benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento da pobreza, bem como a forma de financiamento do setor.

Há uma redefinição do papel da União, dos estados e dos municípios no campo da assistência social, organizando um sistema público articulado com vistas à definição e execução da política nacional.

Com isso, vincula seu funcionamento não só à existência de uma rede de entidades e organizações, mas, também, à participação da sociedade civil e à integração com as demais políticas sociais, atenta à universalização dos direitos e ao provimento das condições para atender as demandas sociais.

# O Benefício de Prestação Continuada

O Benefício de Prestação Continuada, BPC, é um direito assegurado pela Constituição Federal. Em 1993, foi regulamentado pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

Na prática, o BPC consiste no pagamento de um salário mínimo mensal, atualmente em R\$ 510,00, a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência, em qualquer idade, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho. Em ambos os casos, a renda per capita da família deve ser igual ou inferior a ¼ de salário mínimo, isto é, não pode ultrapassar R\$ 127,50.

Direito individual e intransferível é classificado como de provisão não contributiva, uma vez que não é necessário ter contribuído à Previdência Social para ter acesso a ele.

Ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS compete a gestão, acompanhamento e avaliação do Benefício de Prestação Continuada. Já o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é responsável por sua operacionalização.

Às secretarias municipais de assistência social compete identificar, orientar e encaminhar possíveis beneficiários ao BPC, bem como incluí-los em outros programas, projetos e serviços assistenciais municipais, juntamente com seus familiares. Vale destacar que os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social.

## Programa BPC na Escola

Ação articulada. Essa é a expressão-chave do Programa BPC na Escola e que envolve os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, da Educação - MEC, da Saúde - MS, além da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Com especial foco na Educação, como o próprio nome sugere, o Programa BPC na Escola objetiva contribuir para que crianças e adolescentes de até 18 anos de idade, beneficiários do BPC, tenham condições de acessar e permanecer na rede de ensino.

São quatro os eixos principais de atuação: identificar entre os beneficiários do BPC, na faixa etária do zero aos 18 anos,

aqueles que estão na escola e aqueles que estão fora da escola; identificar as principais barreiras enfrentadas pela pessoa com deficiência, beneficiária do BPC, para o acesso e a permanência na escola; realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação dessas barreiras e realizar o acompanhamento sistemático de ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa.

A adesão nos municípios ao Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC também deve se dar de forma articulada.

Em São Paulo, o Grupo Gestor Local, sob a coordenação da Coordenadoria de Proteção Social Básica da SMADS, foi integrado pelas secretarias Municipais da Educação e da Saúde, pela Comissão Municipal de Direitos Humanos, sendo convidada para compor o grupo, também, a Secretaria Municipal da Pessoa com Defi-

ciência e Mobilidade Reduzida. Coube a esse grupo a gestão e articulação das ações vinculadas ao Programa BPC na Escola no âmbito de suas competências e do território de suas unidades administrativas.

O Grupo Gestor Local decidiu, frente à dimensão e complexidade do trabalho na cidade, adotar estratégias territoriais. Assim, foi desencadeada a formação de grupos gestores regionais compostos por representantes das secretarias no âmbito territorial de macrorregião, tendo como referência a divisão administrativa das coordenadorias de Assistência Social - CAS, coordenadorias regionais de Saúde e diretorias regionais de Educação.

Essas estratégias propiciaram a articulação e a aproximação dos técnicos junto às famílias a serem visitadas, numa conjugação de esforços para a aplicação dos questionários, bem como para incluir os beneficiários do BPC nos serviços oferecidos pelas secretarias.



*Na pauta das reuniões do Grupo Gestor Local as ações e os esforços de cada uma das secretarias envolvidas no Programa BPC na Escola*

# A cidade de São Paulo e seus muitos contrastes

São 1.523 km<sup>2</sup> de área total. São 1.523 km<sup>2</sup> de muitos contrastes, de toda ordem de contrastes. São Paulo consegue ao mesmo tempo seduzir e afastar, incluir e excluir, manter e dispersar, mas é sempre São Paulo, disposta incondicionalmente a transformar.

Maior cidade do Brasil, das Américas e de todo o hemisfério Sul, registra um contingente populacional da ordem de 11 milhões de habitantes. Se considerada sua região metropolitana, o número salta para 20 milhões.

Números da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE (2007) apontam que São Paulo, sozinha, responde por 12% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. É nada menos que o município mais rico do País.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em consideração educação, longevidade e renda, atingiu em 2000 a marca de 0,841, classificado como elevado pelos padrões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Por aqui, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE (2000), aproximadamente 3,4 milhões de pessoas vivem com até ½ salário mínimo por mês. Quase a metade destas está em situação de extrema vulnerabilidade: cada pessoa da família sobrevive com o equivalente a ¼ de salário mínimo por mês, ou seja, pouco mais de R\$ 120,00 ou R\$ 4,00 por dia. A maioria reside na periferia de São Paulo.

As condições de vida? Precárias, é inevitável concluir.

O cenário se torna ainda mais penoso quando se soma a essa realidade a questão da deficiência. As barreiras são maiores, os acessos mais estreitos. Estima-se que haja mais de um milhão de pessoas com deficiência em São Paulo.

Por tudo isso, a Assistência Social acaba por assumir um papel estratégico no enfrentamento do conjunto dos problemas e às suas múltiplas causas.

É preciso mapear, diagnosticar, identificar, monitorar, atender, com foco privilegiado nos que apresentam mais necessidades.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS vem desenvolvendo ações voltadas ao atendimento integral do cidadão e das famílias no sentido de combater a situação de vul-

nerabilidade e de risco social a que esta parcela da população está submetida.

A estratégia é fazer de cada oportunidade, uma possibilidade de intervenção. Em outras palavras, uma disposição incondicional de transformar a realidade. E para melhor, sem dúvida.



*Cenários que se misturam em uma São Paulo marcada...*

*em suas paisagens urbana e social pelos muitos contrastes*



# Assistência Social em São Paulo: CRAS no território

A estrutura, em um primeiro momento, impressiona: são quase R\$ 567 milhões no exercício de 2010 no Fundo Municipal de Assistência Social; cerca de 1.000 serviços oferecidos por intermédio de convênios com organizações sem fins econômicos, com uma capacidade operacional para atender aproximadamente 180 mil pessoas; em termos de recursos humanos diretos, o quadro reúne cerca de 1.500 servidores; outros 10 mil trabalhadores atuam nos serviços conveniados.

Estes são apenas alguns números da Assistência Social no município de São Paulo e que muitas vezes acabam por esconder aquilo que de mais sensível o trabalho carrega hoje: a estruturação de uma rede que se faça presente na vida da comunidade; o investimento na capacitação e qualificação dos profissionais; e a atuação intersecretarial articulada, reunindo esforços e potencializando resultados.

Por outro lado, o conjunto de medidas adotadas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMA-DS, da Prefeitura de São Paulo, em 2009, levou o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS a apropriar-se dos territórios

de sua abrangência e a desvendar cenários que vêm reafirmar as inúmeras situações de desigualdade a que está submetida a população das regiões mais vulneráveis.

E esse público não espera prioritariamente por palavras. Espera por ações e orientações que emprestem concretude no atendimento das demandas que possuem, sejam elas mais ou menos complexas.

"Descobri nas assistentes sociais um caminho para alcançar alguns serviços que eu, sozinha, vinha enfrentando dificuldades. É importante essa visita do pessoal da Prefeitura aqui", afirma a auxiliar de transporte escolar Cláudia Alexandre da Silva, mãe de uma criança com deficiência auditiva e que não conseguia agendar otorrino, ainda que flagrante a necessidade, na rede pública.

Coordenadora Geral de Assistência Social da SMADS, Angela Eliana de Marchi aponta a apropriação dos territórios como elemento chave para o sucesso das políticas públicas de assistência social em São Paulo. "Essa percepção popular da nossa presença, e que começa a ganhar força, representa que o processo de descentraliza-

ção dos CRAS - saindo das subprefeituras para sedes próprias, somada a uma qualificada e disposta atuação em campo de nossos técnicos - vem permitindo maior e melhor interação com a comunidade. É assim que deve ser".

Desde abril do ano passado, 19 unidades de CRAS foram implementadas, conforme orienta a Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS (2005), todas em locais estratégicos, isto é, de visibilidade e fácil acesso pela população. Ao todo, 32 Centros de Referência de Assistência Social compõem parte do serviço de gestão direta da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS.

---

*"A percepção popular da nossa presença começa a ganhar força graças a uma maior e melhor interação com a comunidade"*

**Angela Eliana de Marchi**  
SMADS/COGEAS

---

### **Pelas mãos dos técnicos**

Impossível não considerar que o alinhamento da política municipal de assistência social ao que dispõe o SUAS, um processo permanente, promove uma reorganização institucional quase que natural e contínua.

Em São Paulo, no entanto, tão ou mais importante quanto aperfeiçoar a gestão

administrativa é manter aberto entre os profissionais o espaço de reflexão sobre essa política, fazendo com que seja incorporada à sua atuação, em campo, a habilidade conceitual, a exemplo da habilidade técnica, indispensável para o êxito do trabalho.

"Há toda uma carga teórica que vimos permanentemente discutindo com os nossos técnicos: em reuniões, seminários, cursos, encontros, palestras. O objetivo não é outro senão o de torná-los participantes comprometidos do processo de elaboração e aplicação da nossa forma de atuar, das diretrizes metodológicas", destaca Angela Eliana de Marchi.

Para Ana Lúcia dos Santos Abdala, assistente social do CRAS Jaçanã-Tremembé, a dinâmica que vem sendo trabalhada por SMADS resulta na construção de uma nova perspectiva de atuação, transformando o que antes era visto como tarefa em oportunidade de intervenção, técnica e qualificada.

"O que mais interessa é o atendimento final à população mais vulnerável. Já empolga sentir que todos estão compreendendo que o benefício qualitativo decorre, sobretudo, do modo como se atua no campo, o que está intrinsecamente relacionado à forma e disposição de fazer a coisa", diz ela.

### **Quando juntos, melhor**

No início de 2010, exatamente em 26

de janeiro, um dia depois do aniversário de São Paulo, a sala de reuniões localizada no terceiro andar do prédio sede da SMADS, no centro da cidade, foi palco de uma reunião de avaliação dos resultados da aplicação do questionário do Programa BPC na Escola, tema central desta publicação.

---

*"O que mais interessa é o atendimento final à população mais vulnerável. E empolga saber que todos estão percebendo isso"*

**Ana Lúcia dos Santos Abdala**  
CRAS Jaçanã/Tremembé

---

Envolvidos no debate de idéias, representantes das secretarias da Educação, Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde, Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, além do Conselho Municipal dos Direitos Humanos e da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social traçavam pers-

pectivas para a manutenção da ação conjunta. "Nem pensar em parar por aqui", afirmou Fátima de Jesus Teixeira, da Coordenadoria de Proteção Social Básica da SMADS, destacando que o êxito da atuação articulada do grupo precisava alcançar as regiões.

É o que SMADS tem procurado fazer o tempo todo. Ao entender o cidadão como alguém que requer um atendimento integral, traz para a pauta a questão da intersetorialidade.

"Ela é importante em todo o trabalho desta Secretaria. Há momentos em que a gente só consegue transitar bem no terreno do atendimento à população quando estamos de braços dados com a Saúde, com a Educação e com outras áreas", pontua a coordenadora Geral de Assistência Social, Angela Eliana de Marchi.

# Ousar para realizar. E transformar

São muitos os verbos: perceber e planejar. Decidir e realizar. Somar e intervir. Semear e colher.

Março de 2009: enquanto em M'Boi Mirim, dona Cláudia Medeiros da Silva preparava seu filho Gabriel para mais um dia de aula, no centro de São Paulo, mais precisamente no 3º andar do prédio sede da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, acontecia a primeira reunião de um grupo de técnicos da Prefeitura, de diferentes secretarias: o Grupo Gestor Local.

Em pauta, o tema central do dia a dia de dona Cláudia: acesso e permanência na escola de pessoas com deficiência. O pequeno Gabriel tem paralisia cerebral.

"Não tenho dúvidas em afirmar que as energias foram somadas e multiplicadas naquele encontro. Tivemos a oportunidade e sorte de reunir profissionais efetivamente dispostos a fazer acontecer", destaca Fátima de Jesus Teixeira, do Grupo Gestor Local.

Daquela manhã de verão em diante o processo só evoluiu, revelam as atas das

reuniões mensais do Grupo Gestor Local. Nesse viés, todas as secretarias envolvidas, em especial Educação e Saúde, se mobilizaram internamente no sentido de que as unidades de ensino e os postos de saúde fossem úteis não só na estratégia de localização efetiva dos beneficiários, mas, também, na divulgação junto à população.

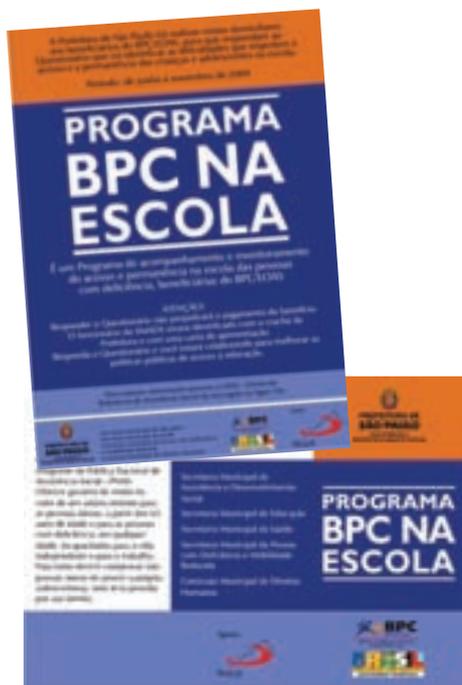
A Comissão Municipal de Direitos Hu-



*A aplicação dos questionários do BPC na Escola contou com recursos humanos da própria SMADS*

manos e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, mesmo sem contarem com unidades descentralizadas, também colaboraram nas diferentes frentes do processo.

Nada menos do que 150 mil folders e 15 mil cartazes foram entregues às coordenadorias de Assistência Social - Norte, Sul, Leste, Centro-Oeste e Sudeste - para distribuição nas redes de serviços socio-assistenciais, da saúde e da educação; terminais de transporte urbano, estações do metrô, agências da Previdência Social, Poupatempo, entre outros.



Produzida pela Secretaria Municipal de Saúde, vinheta do Programa BPC na

Escola estampou as telas da TV Minuto, canal de informação disponível nos trens do metrô de São Paulo.

Da parte de SMADS, outros dois passos importantes: a definição de realizar a aplicação com recursos humanos próprios, ou seja, utilizando o pessoal técnico das coordenadorias de Assistência Social - CAS e dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS; e a elaboração, pela Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais, dos vários instrumentais de acompanhamento e monitoramento do trabalho.

Para Maria Madalena Rodrigues Wu, da Coordenadoria de Proteção Social Especial da SMADS, uma oportunidade única de interação. "Percebemos que a aplicação do questionário se apresentava com uma estratégia de aproximação e conhecimento dos CRAS junto aos beneficiários e suas famílias, além de possibi-



A divulgação, sempre em locais de grande circulação, foi um dos pontos fortes do BPC na Escola

litar o reforço regional das ações interseoriais", afirma.

"Classifico o BPC na Escola como um trabalho de mobilização. Todos os setores da SMADS estiveram envolvidos, desde a chefia de gabinete até os motoristas. Buscamos emprestar o melhor em termos de recursos materiais e humanos, inclusive investindo forte em capacitação. Entendemos que essa ação é, antes de tudo, uma forma de ganharmos os territórios e os sujeitos de direitos que neles vivem, por

meio de uma atuação qualificada de busca e acompanhamento", afirma Angela Eliana de Marchi, coordenadora Geral de Assistência Social.

O número total de técnicos capacitados, 400, já dá uma idéia da grandeza da ação de formação empreendida. Além das reuniões preparatórias, setoriais, foi ministrado treinamento específico, com carga de oito horas, para nove diferentes grupos, com a participação de representantes do Grupo Gestor Local.



*As ações de treinamento e capacitação alcançaram os diversos públicos que atuaram nas diferentes etapas do Programa BPC na Escola, em São Paulo*

Na capacitação foram abordados temas como o Programa BPC na Escola; as ações intersetoriais no território de abrangência; o BPC na Escola como estratégia metodológica do CRAS para o trabalho com beneficiários e suas famílias; dinâmica de aplicação do questionário; o manual de orientação técnica.

"O treinamento reafirmou o tamanho do desafio que estava colocado aos técnicos, assim como antecipou o gostinho da busca ativa, do reencontrar com a população no campo, da ação prática da assistência social. Quando isso acontece, parece claro que a formação atingiu seus objetivos", destaca Viviane Patrício Delgado, assistente social do CRAS Vila Maria.

E os técnicos foram à luta, ou melhor, às ruas. Antes, amparados pelo minucioso trabalho de georreferenciamento realizado pela Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais - COPS SMADS para cada região, com base nos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geogra-

fia e Estatística - IBGE e no cadastro de endereços dos beneficiários.

---

*"O treinamento reafirmou o tamanho do desafio que estava colocado e antecipou o gostinho da ação de busca ativa"*

**Viviane Patrício Delgado**  
CRAS Vila Maria

---

No final de setembro de 2009, já na primavera, o mesmo grupo que havia se reunido no verão para tratar da viabilidade da aplicação do questionário do Programa BPC na Escola, pode apreciar o florescer dos primeiros resultados de campo.

"As tabelas e os gráficos iam sendo expostos pelo pessoal do Observatório, retratando o andamento da Pesquisa, isto é, quantas entrevistas realizadas, quantos endereços não localizados, quantos questionários já digitados no sistema do MDS, e foi inevitável concluir que a boa semente, lançada em solo fértil, de fato germina graças à perseverança do semeador", conclui Fátima de Jesus Teixeira, da Coordenadoria de Proteção Social Básica.

# Observatório de Políticas Sociais: números que orientam

Tendo por missão exercer a vigilância socioassistencial da política pública de assistência social em São Paulo, a participação da Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais da SMADS, no Programa BPC na Escola, pode ser comparada a de uma fonte de alimentação, ou seja, responsável por fornecer energia para o bom funcionamento do sistema.

O setor foi responsável pela organização territorial da ação, inclusive com o georreferenciamento dos quase 14 mil endereços que compunham o banco de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

"Precisávamos visualizar a dispersão territorial do grupo de beneficiários, a fim de traçarmos a logística de atuação em campo. Esse trabalho se deu com o cruzamento dos endereços e setores censitários, resultando na concentração de entrevistas por CAS e CRAS", explica João Rafael Calvo da Silva, coordenador da área de geoprocessamento da SMADS.

Em campo, os técnicos contaram com o apoio de croquis, mapas e tabelas que indicavam a localização e quantidade de

visitas a ser realizadas em cada região. "Essa ação era realimentada quando da impressão dos questionários, por lotes, nas unidades avançadas do Observatório em cada CAS", destaca o coordenador.

Não custa lembrar que estamos falando de São Paulo, a maior cidade das Américas.

Mas o trabalho do Observatório não parou por aí. Em conjunto com a Coordenadoria de Proteção Social Básica, o Observatório estabeleceu toda a dinâmica de monitoramento da atividade, criando não só instrumentais que possibilitassem o acompanhamento, mas, sobretudo, permitissem o replanejamento para o período seguinte.

Para o sociólogo Wladimir Martins do Prado, da equipe técnica de Pesquisa e Produção de Informação do Observatório de Políticas Sociais da SMADS, o grande salto de qualidade viabilizado pelo Observatório foi a criação de indicadores de processo. "Consolidamos uma referência técnica, isto é, de acordo com a natureza do Observatório, que é a de produzir conhecimento, estabelecemos indicadores que a partir de agora serão úteis em outros levantamentos de igual ou maior grandeza".

São eles: indicador de confronto, indicador de efetividade e indicador de produtividade. O primeiro reflete a relação entre a meta prevista e a meta realizada, ou seja, o número de questionários efetivamente aplicados pelo número de questionários previstos para aplicação.

O segundo denuncia a relação entre a quantidade de visitas (uma vez, duas ou três vezes) para a efetiva aplicação do questionário pelo número de questionários aplicados no mês de referência. Já o terceiro revela a relação entre o número de questionários aplicados e o número de técnicos envolvidos, no período.

"É uma dinâmica de prontidão, eficaz metodológica e pedagogicamente", comemora Wladimir Martins do Prado, da Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais da SMADS.

Além dos indicadores, a metodologia orientada pelo Observatório indicou o preenchimento de fichas de ocorrência e de controle mensal de cotas, permitindo

a fácil visualização de desempenho nos três níveis de atuação: pelo supervisor de campo, nos CRAS e em relação aos técnicos; pelo coordenador de campo, nas CAS em relação aos CRAS; e pela coordenação do Programa, em SMADS em relação às CAS.

Sobre o Programa BPC na Escola, o especialista Wladimir Martins do Prado afirma que o trabalho sinaliza para uma nova postura dentro da instituição. "Marcada pela transformação de conhecimento em ação concreta. Entendo que nós não fizemos pesquisa, fizemos trabalho social. Produzimos simultaneamente o conhecer e o fazer, algo que para mim não tem paralelo na história da Secretaria".

É de autoria da Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais o estudo quantitativo apresentado na segunda parte desta publicação, tendo como base 730 questionários preenchidos. A amostra é representativa da população pesquisada e foi selecionada por meio de critérios estatísticos.

# Intersetorialidade: articulação e protagonismo social

A aplicação do questionário do Programa BPC na Escola, em São Paulo, mais do que seguir as diretrizes institucionais que apontavam para a obrigatoriedade da existência de um Grupo Gestor Local, composto por diferentes secretarias, encarou a questão da intersetorialidade como um dos eixos estruturantes da atividade, estabelecendo um novo paradigma de gestão pública: prioridade à integração e interação dos vários setores, serviços e ações.

Coordenadora de Proteção Social Básica, Eufrosina Teresa de Oliveira diz que "paradigmas não são quebrados por decreto ou portaria, mas por ação, por realização. Essa integração dos setores da instituição, viabilizada pelo BPC na Escola, é histórica na SMADS", destaca.

Representante da Comissão Municipal dos Direitos Humanos no Grupo Gestor Local, a assistente social Ester Fátima Vargem Rodrigues confirma o ineditismo da parceria.

"Trabalho com a questão da deficiência há 14 anos e a atuação desse grupo empresta um novo olhar ao processo de

implantação e implementação de políticas públicas, mais rico, pois permite o enxergar do trabalho por vários e diferentes ângulos, mas sempre com um objetivo comum".

Empíricos ou científicos, superar a fragmentação dos conhecimentos, bem como das estruturas administrativas, a fim de produzir resultados mais eficazes e eficientes nos serviços destinados à população, não é tarefa fácil. Sugere a articulação entre sujeitos de segmentos sociais diversos - e, portanto, de saberes, poderes e vontades diversas - para enfrentar problemas complexos.

"A maior exclusão é não ser visto, não aparecer, não ter espaço. O modo como o Programa BPC na Escola foi operado em São Paulo veio dar visibilidade a esse público e isso vale muito", argumenta a educadora Silvana Lucena dos Santos Drago, representante da Secretaria Municipal da Educação, no Grupo Gestor Local.

Ela explica que é comum os professores reclamarem que recaem sobre a escola as demandas, de toda e qualquer espécie, dos alunos com deficiência.



*Não faltaram envolvimento e articulação para que a aplicação do Questionário do BPC na Escola obtivesse êxito*

"É inegável que a escola acaba sendo o local mais fácil de acessar. E está aí o grande mérito do BPC na Escola. A partir do momento que essa atuação conjunta contagiar o pessoal das unidades de serviço, nas regiões, a interlocução será mais fácil, a rede será mais conhecida e os servidores terão a exata noção de como o processo se organiza", afirma Silvana Lucena dos Santos Drago, da Secretaria Municipal de Educação.

Adriano Bandini, da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, que também compõe o Grupo Gestor Local em São Paulo, desta-

ca que apesar da realidade ser muito complexa, o ponto chave para o sucesso de qualquer iniciativa é o envolvimento de quem executa.

"A mobilização com qualidade se traduz em um processo onde você mexe e a coisa começa a aparecer, a ampliar. Mexer com essa realidade de São Paulo, a partir da instituição de um grupo, permitiu não só colocar a mão na massa, mas, também, refletir de forma coletiva sobre o atendimento dispensado a essa população".

Representante da Secretaria Municipal de Saúde no Grupo Gestor Local, Sandra

Monetti vê justamente no atendimento ao cidadão, visto como um todo, a grande marca do Programa BPC na Escola. “As políticas públicas, de cada secretaria, já não

---

*“A atuação conjunta deve contagiar o pessoal das unidades de serviço nas regiões. Assim, a rede será mais conhecida e os servidores terão a exata noção de como o processo se organiza”*

**Silvana Lucena dos Santos Drago**  
Secretaria Municipal de Educação

---



*A aplicação do Questionário do Programa BPC na Escola ganhou visibilidade nas unidades de saúde*

acontecem de forma isolada, isto é, ao integrar a atuação é possível agir de forma plena e mais resolutiva na vida de cada uma das pessoas e ou beneficiários”.

Para Maria Madalena Rodrigues Wu, da Coordenadoria de Proteção Social Especial da SMADS, é preciso provocar nas regiões uma articulação com o mesmo grau de efetividade que acontece nos grupos gestores, local e regionais.

“A manutenção da atuação dos grupos gestores regionais é que vai propiciar isso, ou seja, levar a articulação aos protagonistas sociais no campo”, finaliza.

Nas áreas de cobertura de cada uma das coordenadorias de Assistência Social - CAS (Centro-Oeste, Leste, Norte, Sudeste e Sul) a integração das ações intersetoriais se deu em maior ou menor intensidade, mas sempre orientada pelo desejo de transformar em atendimento cada uma das demandas identificadas.



## CAS Centro - Oeste

### Metas para aplicação do questionário

Nº DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS	796
Nº DE TÉCNICOS ENVOLVIDOS	33

julho/2009 a abril/2010



## Da janela de um cortiço

*"Percebi que não estou sozinha, que tem gente (CRAS) disposta a ajudar, a orientar, a buscar comigo aquilo que pode fazer com que a vida da minha filha seja melhor"*

*Bianca Krause, mãe de uma beneficiária do BPC*

A área de cobertura da Coordenadoria de Assistência Social - CAS Centro-Oeste abrange quatro Centros de Referência de Assistência Social - CRAS: Lapa, Butantã, Pinheiros e Sé.

Dados de 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, apontam para uma população residente da ordem de 1,3 milhão de habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de acordo com a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, varia ano a ano entre elevado e muito elevado nessa região, com a renda per capita superando os quatro mil reais.

Observados isoladamente, são dados que escondem a realidade preocupante que assola a população mais pobre que habita esses quatro distritos. A exuberância de ruas como a Oscar Freire, por exemplo, é para ela apenas coisa de cinema. E mesmo a boa infraestrutura local em setores como transporte, saúde, educação e cultura, nem sempre é ou está acessível para quem vê a vida da janela de um cortiço.

A distribuição por local de moradia,

dos beneficiários a serem entrevistados dentro do Programa BPC na Escola, indicou um total de 796 questionários, destes, 428 só no Butantã.



*Cortiços são realidade na área de cobertura da CAS Centro-Oeste: sinal de vulnerabilidade social*

"A questão é mesmo de visibilidade. Precisávamos emprestar visibilidade a essas pessoas até para que pudéssemos tornar a rede mais sensível a elas", afirma

Carolina Teixeira Nakagawa, da Supervisão de Planejamento e Observatório da CAS Centro-Oeste.

Nada melhor, diz ela, do que fazer isso, de maneira própria, em um momento de planejamento dos CRAS. "Uma ótima oportunidade para realizar um qualificado trabalho de nucleação".

Para a coordenadora da CAS Centro-Oeste, Margarida Yuba, fazer parte do SUAS impõe um grande desafio. "Para nós, executores de uma política pública de assistência social, o que se apresenta é o desafio da efetivação, de fato, da política municipal de Assistência Social na cidade de São Paulo, com mudança de valores, fixando novos parâmetros técnicos, políticos e éticos, na direção de uma nova cultura institucional no campo da assistência social. E para que isto ocorra, há necessidade primordial de conhecimento aprofundado e aproximação da população alvo deste trabalho", explica.

### **A rede em construção**

A técnica do CRAS Pinheiros, Niderce Gargiulo Santiago, refere que a aplicação dos questionários e a ida ao território foram importantes, apesar da resistência inicial.

"A ação no território trouxe uma riqueza de experiência muito grande aos técnicos e que vai além do conhecer as famíli-

as", afirma a pedagoga Sônia Saba, que atua no CRAS Pinheiros.

Coordenadora da CAS Centro-Oeste, Margarida Yuba vai além. "O Programa BPC na Escola nos deu a grande possibilidade e oportunidade de aproximar os profissionais da realidade do território, do contexto de extrema vulnerabilidade social que beneficiários e suas famílias se encontram. Propiciou o movimento de aprofundar o conhecimento do território, da dinâmica das relações das pessoas em suas famílias, com a sua comunidade, com a rede local, a percepção das necessidades destas pessoas e também as potencialidades".

Foi possível apresentar o CRAS, diz Angelina Zottino Nazareth, pedagoga do CRAS Sé. "E quero dizer em termos de atendimentos e encaminhamentos mesmo. Particularmente tive a oportunidade de trabalhar, o tempo todo, em paralelo à aplicação do questionário, com a questão da inclusão desse público em nossa rede de serviços".

"Precisamos discutir melhor a qualidade do nosso atendimento e a articulação da rede. Discutir como efetivamente podemos atender às demandas. O Programa BPC na Escola e a nossa própria atuação acabam por fazer essa provocação. O que é muito bom", afirma a pedagoga Sônia Saba, do CRAS Pinheiros.

Do ponto de vista prático, os técnicos relatam imensa dificuldade para encontrar os beneficiários. "O trabalho de georreferenciamento foi ótimo, mas a característica muito peculiar dos moradores mais humildes dessas regiões que é de trocar constantemente de endereço, dificultou muito a localização", explica Niderce, técnica do CRAS Pinheiros.

Para a técnica da CAS Centro-Oeste, Carolina Teixeira, os ganhos técnicos são confirmados pela ampliação da visão: dos beneficiários, das famílias, do território. "Houve um choque de realidade, uma sensibilização, um caminho sem volta, da burocracia à ação prática e efetiva. Isso aumentou a importância do CRAS como porta de acesso à Assistência Social".

A exemplo do que aconteceu em outras regiões, o trabalho na CAS Centro-Oeste identificou a mãe como principal cuidadora e também como alguém que precisa de cuidados; o benefício entendido como renda da família e a importância da intersectorialidade.

Em relação à inclusão escolar, a percepção dos técnicos aponta que a maioria dos beneficiários frequenta a escola, em uma inserção que acontece com qualidade. Apenas algumas mães relatam

a necessidade de acompanhar os filhos, mas de forma pontual.

A coordenadora da CAS Centro-Oeste, Margarida Yuba, destaca que ainda existem muitos desafios. "Mas esta experiência me trouxe a convicção de que se tivermos a clareza dos princípios, das diretrizes da política pública de Assistência Social, tivermos foco no planejamento das ações a serem desenvolvidas, o que inclui avaliação e redirecionamento das ações, é possível avançar ainda mais na execução da política de assistência social na cidade de São Paulo".

Ela diz, também, que o BPC na Escola propiciou o movimento de aprofundar o conhecimento do território, da dinâmica das relações das pessoas em suas famílias, com a sua comunidade, com a rede local, a percepção das necessidades destas pessoas, também as potencialidades. "Entendo que com uma maior compreensão deste contexto, teremos muito mais possibilidades de planejarmos intervenções mais assertivas. Um outro aspecto de extrema importância, foi a possibilidade também de um trabalho intersecretarial. Houve um envolvimento e um trabalho integrado com a Educação e a Saúde, que com certeza iniciou-se aqui um movimento de aproximação que já está dando outros frutos em outras frentes de trabalho".

---

## Vontade de viver

A pequena Pietra é deficiente visual. Nasceu assim. Aproximadamente na 34ª semana de gestação foi "vítima" de uma trombose intraparto.

O problema foi identificado no terceiro dia do nascimento, mas a deficiência visual mesmo só foi constatada quando ela completou o primeiro mês de vida. O impacto da notícia primeira, diz Bianca, a mãe, foi muito pior do que o da cegueira. "Inicialmente, deram a ela 24 horas de vida, depois um dia, depois uma semana, depois sem chance de alta. Lá se vão cinco anos, graças à vontade de viver da Pietra e a minha certeza de tê-la viva sempre, sempre".

Pietra faz transfusão de plasma duas vezes por semana no Hospital das Clínicas. É um procedimento doloroso, mesmo sem doer. A real alternativa é uma aposta: os estudos com células-tronco. Essa é a única chance de ver Pietra livre das frequentes transfusões.

Aliás, depois de mais uma sessão de transfusão, Pietra sorria e falava como quem havia voltado de uma sessão de cinema: elétrica, feliz, com uma visão da

vida muito aguçada. Ela fala de sua deficiência com a mesma naturalidade que descreve a beleza de suas bonecas.

Pietra mora com a mãe, com a avó, com o tio e com o irmão Joaquim, de três meses, que também apresenta problema genético em seu mapa. Não desenvolveu, porém, nenhum tipo de trombose. Pelo menos por enquanto. Veio ao mundo, por opção da mãe e dos médicos, na 33ª semana de gestação.

Bianca sobrevive do artesanato que produz. Faz questão de ver a filha estudando: Pietra frequenta duas escolas municipais, uma regular e outra especial, onde aprende o braille. A mãe briga para garantir melhores condições para a filha em cada uma das unidades de ensino.

É alguém disposta a fazer valer os seus direitos e que encontrou no CRAS a orientação para seguir em frente. "Eu percebi que eu não estou sozinha. Percebi que tem gente disposta a ajudar, a orientar, a buscar comigo aquilo que pode fazer com que a vida da minha filha seja melhor. Não por caridade, mas por fazer valer o que é de direito".

Bianca não espera que sua filha veja o mundo como a maioria das pessoas. "Ela já tem um jeito singular de ver o mundo". Ela espera, sim, ver a pequena Pietra livre das transfusões, hoje uma sentença perpétua.

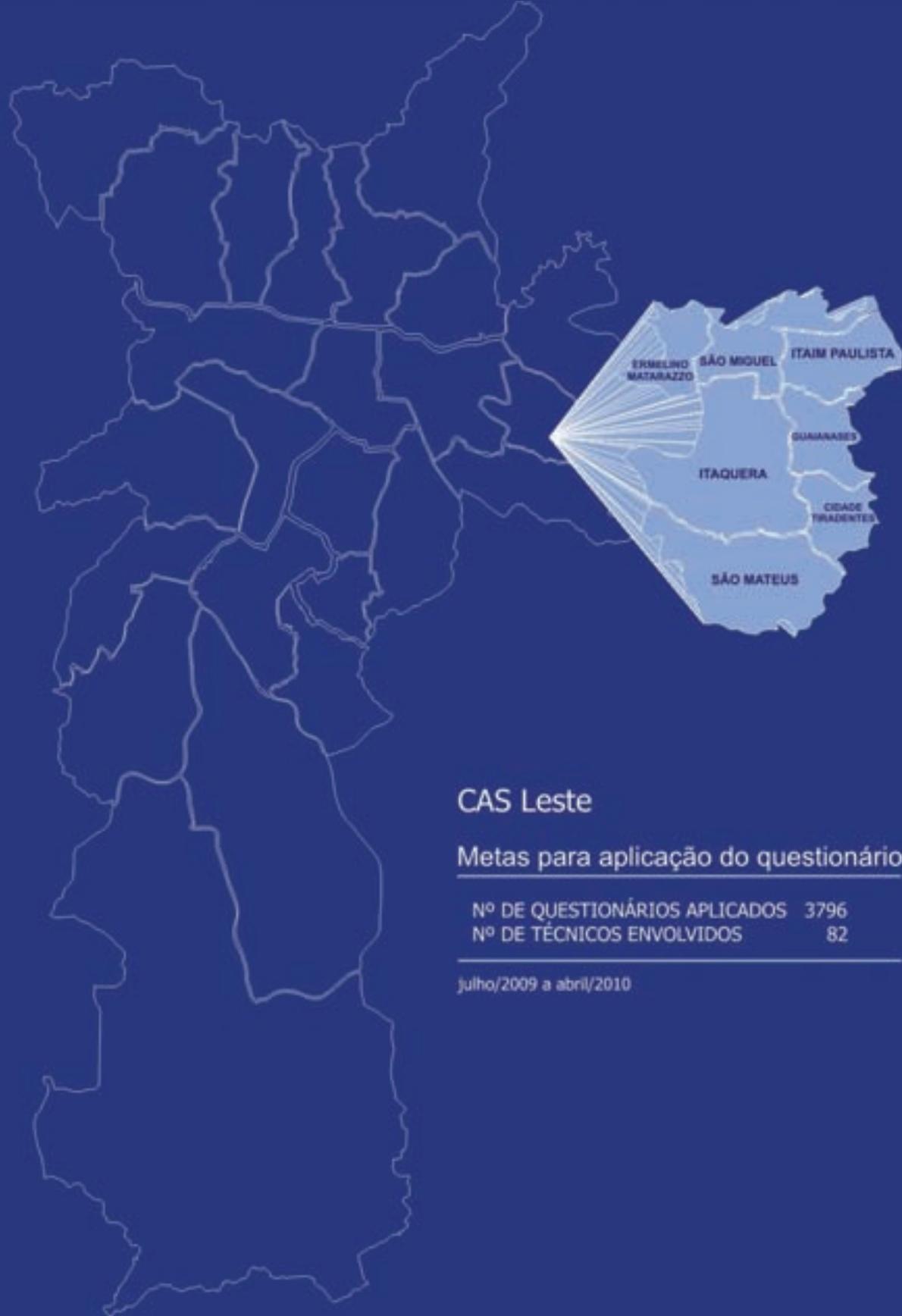
Pietra completa Bianca e Bianca

completa Pietra. Há uma cumplicidade entre ambas que é sensível. As duas buscam apenas seu espaço na sociedade, já que felicidade elas têm de sobra. Ambas são extremamente comunicativas e com um leve sorriso estimulam a reflexão sobre o que realmente é importante na vida.



*A pequena Pietra frequenta duas escolas e vive cercada pelo amor e carinho da família*





## CAS Leste

### Metas para aplicação do questionário

Nº DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS	3796
Nº DE TÉCNICOS ENVOLVIDOS	82

julho/2009 a abril/2010



# BPC até debaixo d'água

*"Aqui, o papel da Assistência Social é o de fazer a ponte para uma condição de vida melhor"*

*Sônia Cassimiro Meira Ferreira, coordenadora da CAS Leste*

Impossível pensar hoje na Zona Leste de São Paulo e não fazer relação com as torrenciais chuvas que castigaram o município no final de 2009 e início de 2010.

Aliás, foi lá onde mais choveu no ano passado. Para se ter uma idéia, das dez áreas mais chuvosas, cinco estão na Zona Leste, entre elas o Jardim Pantanal, em São Miguel Paulista, território do CRAS São Miguel, sob coordenação da assistente social Maria Aparecida Pavão, que acabou por se tornar símbolo do que o excesso de chuva pode provocar.

Mas o que tem isso a ver com Assistência Social e Programa BPC na Escola? Tudo.

Foi justamente na fase mais aguda de aplicação dos questionários que os recursos humanos dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, instalados na área de cobertura da Coordenadoria de Assistência Social - CAS Leste tiveram que dividir sua atenção entre o atendimento emergencial às famílias e a continuidade das entrevistas.

"E a nossa cota não era pequena, cerca

de 3.800 questionários, a segunda maior do município. Conseguimos dar conta do recado, por meio de um processo de ajuda mútua entre os CRAS", afirma a coordenadora da CAS Leste, Sônia Cassimiro Meira Ferreira.

A região de cobertura, a mais populosa - ultrapassa os 2,5 milhões de habitantes (IBGE - 2008) - e de menor renda per capita de São Paulo, algo em torno de R\$ 650,00 (SEADE - 2007), requer e mantém uma natural dependência das ações da Assistência Social.

Segundo Sônia, "aqui, o papel da Assistência Social é o de fazer a ponte para uma condição de vida melhor, o que significa encaminhar com qualidade o cidadão para a rede, isto é, de uma forma que o atendimento que ele demanda esteja garantido. Aqui, entendemos que o papel da Assistência Social é possibilitar ao cidadão acesso a uma condição de vida melhor, que os seus direitos sejam garantidos, buscamos implantar serviços que diminuam a situação de vulnerabilidade e risco social das famílias".

## **Não ao isolamento**

A luz no final do túnel. É assim que

Roseli Dutra da Cunha Ferreira, do CRAS Ermelino Matarazzo, define a reação de boa parte dos beneficiários e suas famílias ao serem abordados para entrevista.

"Em geral, as diversas barreiras físicas impedem que o beneficiário saia de casa, algo que, ao mesmo tempo, inibe que a principal cuidadora, quase sempre a mãe, possa ter outra atividade que não seja se dedicar ao filho com deficiência. O isolamento é um problema real", afirma Roseli Ferreira, do CRAS Ermelino Matarazzo.

O psicólogo Ricardo Estevam, que também atua no CRAS Ermelino, confirma a

idéia. "Essa busca ativa abriu novas perspectivas para essas famílias. Um ponto muito positivo é que os beneficiários não vivem encarcerados, escondidos ou exclusivamente limitados ao espaço de seus quartos. Ainda que distantes de um processo efetivo de socialização, hoje já são encarados como parte da família".

Na Zona Leste há o registro de aplicação "monitorada" dos questionários em algumas áreas, sobretudo as de favela, onde só é possível entrar com a autorização dos "patrões".

Mesmo considerando o receio de mui-



*Com o pé na lama e a prancheta na mão: superando dificuldades em nome de uma qualificada busca ativa*

tos dos entrevistados de perder o benefício, a assistente social Gislaine Aparecida da Silva, do CRAS Itaim, destaca que o maior ganho que o trabalho proporcionou foi dar visibilidade a essas pessoas. "São muitos beneficiários e eles estão fisicamente próximos, ocupando uma mesma área de concentração, o que é extremamente positivo para o nosso trabalho".

A assistente social do CRAS Itaquera, Juliana Rodrigues, entende que: "a escola não está preparada para receber esse público. A realidade é que a cuidadora, já tão sobrecarregada, tem que estar presente na escola, o que muitas vezes faz com que ela se anule como mãe, mulher e dona de casa. Daí para a total desestruturação familiar é só um passo".

Mas a Assistência Social tem que cumprir com o seu papel, argumenta a assistente social Neide de Carvalho Mendes, do CRAS São Miguel. Reconhecer essa população e suas demandas, motivá-la à apropriação de seus direitos, diz ela, é ponto de honra. "O BPC na Escola pode ser um divisor de águas nesse sentido".

Para Sônia Cassimiro, o que tanto incomoda a quem opera na Assistência Social é o fato de enxergar todo o problema e só conseguir resolver um pequeno pedaço dele. "Mas precisamos desvelar essas dificuldades, provocar as demais políticas públicas para que também façam, cumpram seu papel".

O tempo para execução da aplicação dos questionários é apontado por Eliana Irena do Nascimento Menezes, do CRAS Guaianases, como um aspecto do planejamento para uma intervenção mais qualificada junto às famílias. "Mapeamos e identificamos as necessidades e, agora, pós-aplicação, estamos aproximando demandas e serviços, interagindo com o território".

A chuva, e não só ela, explica a assistente social Mirian de Paula Baptista, do CRAS São Miguel, exigiu readequações diárias na execução da atividade. "No Jar-



*Na Zona Leste, para acessar as casas dos beneficiários, técnicos não hesitaram em incluir as botas de borracha na lista de ferramentas diárias de trabalho*

dim Helena, por exemplo, tivemos que conviver com a irritação da população que vivenciava uma situação crítica em decorrência das fortes chuvas".

As botas de borracha passaram a fazer parte do instrumental de trabalho da equipe de São Miguel. Houve dias em que botes da Defesa Civil foram colocados à disposição da equipe para que pudessem acessar a casa dos beneficiários.

Apesar da contrariedade quando da atribuição da tarefa, Luiza Gabriella Dias de Araújo, assistente social do CRAS Cidade Tiradentes, reconhece que a experiência viabilizou um elo com a comunidade. "Algo que é fundamental para nós, técnicos, pois revela como está sendo feito

o atendimento dessas pessoas, seja pela Assistência Social, seja pela Educação, seja pela Saúde".

A existência de um grupo gestor regional no nível do território para pensar e articular os serviços e atividades de diferentes secretarias é defendida pelos técnicos. "É muito bom saber que há essa intenção", reconhece Luiza Gabriella Dias de Araújo, do CRAS Cidade Tiradentes.

A exemplo das demais CAS, na Zona Leste a mobilidade populacional também foi um desafio para a efetivação de um número maior de questionários. Sem contar que as ruas não têm placa de identificação e a numeração nunca é seqüencial, contam eles.

---

## ***Intervindo para transformar***

"A partir da aplicação do questionário do BPC na Escola e da conseqüente nucleação, tivemos a oportunidade de começar um trabalho socioeducativo. Está, aí, a importância do técnico: frente a uma demanda, a decisão de interagir ou não é dele. Ele pode ir além da aplicação e, ao fazer a intervenção, transformar", enfatiza a assistente social Kátia Regina Marques, do CRAS Guaianases.

É de transformação mesmo a história de Ana Flávia Santos Almeida, 17 anos, acometida por paralisia cerebral. Na pri-

meira visita à sua residência, o cenário era de isolamento e de absoluta falta de perspectivas. Ana passava os dias em uma cama. Não reagia.

Dona Fernanda Lúcia dos Santos, sua mãe, muito menos. "Eu sempre desejei que ela estudasse, mas as barreiras sempre foram imensas. Eu até tentei, mas desisti na segunda negativa".

A mãe confessa que tudo é muito difícil quando se tem um filho com deficiência dentro de casa. "A começar pela família.

Tenho o apoio do meu marido, mas sinto que ele não é suficientemente forte para enfrentar a questão. Minha outra filha está na fase de lidar com seu próprio desenvolvimento e, quando olho em volta, me vejo sozinha. Careço de apoio e cuidados". A interação com o CRAS Guaianases transformou a vida de Ana Flávia e Fernanda.

Há pouco mais de seis meses a menina freqüenta, duas vezes por semana, as oficinas de uma instituição de apoio à inclusão social conveniada com SMADS. "O atendimento é maravilhoso. Hoje a Aninha ri, reage, é muito feliz. Ela só não freqüenta todos os dias por falta de transporte, mas acredito que o CRAS vá me ajudar também nisso", comemora dona Fernanda.

A orientadora socioeducativa que atua na instituição conveniada, afirma que o comportamento de Ana Flávia é muito bom, está se sociabilizando, reconhece os colegas e evoluiu muito nestes últimos meses.

Dona Fernanda diz que só agora entende o quanto é importante que as pessoas conheçam melhor e se apropriem do trabalho que o CRAS realiza. "Melhorou muito para a Ana Flávia e melhorou muito para mim. Há um resgate da minha autoestima".

Em São Miguel Paulista, mais precisamente no Jardim Helena, a Escola Municipal de Educação Fundamental Flavio Augusto Rosa pode até não ser classificada como unidade modelo para inclusão de alunos com deficiência, mas, certamente, está muito perto disso.

Sanitários adaptados e rampa de acesso às salas de aula, entre outros, revelam um olhar aguçado para esta questão. E os avanços não estão presentes apenas na estrutura física e nos materiais didáticos.

Direção, coordenação, professores e estagiários, sempre com o apoio e orientação do Centro de Formação e Apoio à Inclusão - CEFAI local, fazem com que alunos e pais se sintam literalmente acolhidos numa relação de portas abertas.

Aliás, envolvimento que se dá também com os técnicos da Assistência Social de São Miguel Paulista sempre que há uma demanda a ser atendida. "O que acontece aqui é a maior prova de que o trabalho articulado, pautado pelo diálogo e pela ação entre as secretarias, resulta em ganhos reais e qualificados para a população", argumenta a assistente social Mirian de Paula Batista.





## CAS Norte

### Metas para aplicação do questionário

Nº DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS	2346
Nº DE TÉCNICOS ENVOLVIDOS	113

julho/2009 a abril/2010



# De tarefa a compromisso

*"A experiência com o BPC na Escola suscitou a reflexão e confirmação de que trabalhos intersetoriais podem permitir avanços no monitoramento e na qualidade das políticas públicas"*  
Teresinha Colaneri dos Reis, coordenadora da CAS Norte

Uma região heterogênea. Talvez seja esta a melhor forma de definir a Zona Norte de São Paulo, com seu desenvolvimento e sua precariedade.

A área de cobertura da Coordenadoria de Assistência Social - CAS Norte engloba os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS de Perus, Pirituba, Freguesia do Ó/Brasilândia, Casa Verde/Cachoeirinha, Santana/Tucuruvi, Jaçanã/Tremembé, Vista Alegre e Vila Maria/Vila Guilherme. Estima-se que a população supere os dois milhões de habitantes.

Na Zona Norte estão o Aeroporto Campo de Marte, o primeiro da Cidade, e o Pico do Jaraguá, o ponto mais alto do município. Estão, também, a Brasilândia, com suas inúmeras favelas, e o valorizado distrito de Santana, em crescente processo de verticalização.

O trabalho de georreferenciamento realizado pela equipe da Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais, a partir dos dados do cadastro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS indicou uma concentração de 2.346 beneficiários do Programa BPC na Escola na região.

Lá, os técnicos entraram firmes no território. Antes, contudo, não hesitaram em questionar a "tarefa".

Para além das dificuldades, os resultados da pesquisa demonstraram que mais uma vez a Assistência Social avançou para a consolidação dos direitos sociais e aproximou seu olhar para a população que dela necessita, argumenta a coordenadora da CAS Norte, Teresinha Colaneri dos Reis. "São incontáveis os depoimentos dos ganhos, retratados pelos profissionais dos CRAS. As famílias passaram a ter maior visibilidade, sendo que algumas foram atendidas na rede socioassistencial e ou em programas de outras secretarias, além daquelas que receberam orientações de acordo com suas necessidades".

## Novo olhar sobre o território

A assistente social Zenilda Barbosa Castelo Branco, do CRAS Santana, destaca que voltava, todos os dias, impactada do território, tamanho o isolamento social dos beneficiários.

"Aliás, foi esse impacto que nos possibilitou ver o BPC na Escola de outra forma. Passamos a perceber que são cidadãos que estão muito aquém das políticas pú-

blicas, terreno fértil para semear a Assistência Social".

"Inicialmente, foi difícil compreender porque uma atividade que envolvia também a Saúde e a Educação tinha que ser desempenhada só por nós", revela a assistente social Iria de Nazaré Campos Palhau Pinto, do CRAS Vila Maria.

Nivaldo Bernardo Máximo, do CRAS Jaçanã/Tremembé, vai na mesma linha. "Ora, é inegável que historicamente tudo o que ninguém quer, a Assistência Social é quem tem que fazer. Além do mais, ao determinar um prazo para realização, foi inevitável enxergar a aplicação dos questionários do BPC na Escola efetivamente como uma tarefa. Hoje, a gente comemora os resultados, mas no começo foi difícil".

Segundo Viviane Patrício Delgado, assistente social do CRAS Vila Maria, tudo aconteceu na hora certa. "Quem atua na área há anos sabe que nunca fomos assistentes sociais de gabinete". Ela conta que a demanda surgiu em um momento onde a Assistência Social, no município, passa por um processo de reafirmação, de consolidação de sua identidade. "Penso que mostramos quem somos e que queremos e podemos trabalhar com essa fatia da população. É uma experiência que enriquece e aproxima, que possibilita mil e uma intervenções e encaminhamentos".

A assistente social Kelri Lima de Moura Pereira, coordenadora do CRAS Vista Alegre, tem a mesma opinião. "Apesar de novata, fico feliz por estar participando daquilo que classifico como um momento histórico da Assistência Social em São Paulo. Em vez de resgate, a palavra para mim é construção, construção de uma relação de compromisso com as famílias monitoradas pelo CRAS".

Entre os principais aspectos inibidores para a melhor efetivação do Programa BPC na Escola, os técnicos apontam o receio das famílias de perderem o benefício e a necessidade de adequações constantes de recursos materiais diversos.

De acordo com Shirley Santos Menezes, pedagoga do CRAS Freguesia do Ó, há necessidade de melhorar as condições para inclusão escolar, principalmente para aqueles com paralisia cerebral e ou múltipla, que necessitam de profissionais de apoio na escola e de equipamentos específicos.

A mãe, em geral, é a principal e única cuidadora e, comumente, foi abandonada pelo marido. "O que nos propõe a criação de grupos de discussão para trabalhar com elas. A dificuldade é que isso teria que acontecer num momento em que elas não estivessem se dedicando ao filho com deficiência, o que é praticamente impossível", argumenta Nivaldo Máximo.

Os técnicos são unânimes em apontar, ainda, que apesar de ser um direito da pessoa com deficiência, o recurso oriundo do BPC está incorporado à renda familiar, isso quando ele não é a única fonte de renda.

Os técnicos demonstram expectativas quanto aos resultados da análise dos dados do questionário e na formulação de políticas públicas, em todos os setores, que efetivamente assegurem melhor qualidade de vida para beneficiários e suas famílias.

"A partir do BPC na Escola, nós da Assistência Social, bem como, representantes do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAl, da Secretaria Municipal da Educação e da Secretaria Municipal da Saúde, iniciamos um trabalho de articulação que tem como principal objetivo atender a criança e o adolescente

com deficiência de maneira integral nos CRAS da região Norte", finaliza Ivonete Martins Nogueira, coordenadora do Núcleo de Gestão de Benefícios da CAS Norte.

Para Teresinha Colaneri, a experiência com o BPC na Escola suscitou a reflexão e confirmação de que trabalhos intersetoriais podem permitir avanços no monitoramento e na qualidade das políticas públicas.

"Novamente a Assistência Social saiu na frente em priorizar ações que contribuam para o bem estar da população. Este compromisso marcou uma nova etapa no sentido de nuclear trabalho de grupos com estas famílias nos CRAS, bem como suscitar discussões pertinentes às problemáticas apresentadas, na perspectiva de ampliar e consolidar novas formas de atendimento".

## ***A força que tudo supera***

É possível tristeza e alegria se confundirem num mesmo olhar?

Sim. É possível enxergar isso nos olhos de Valdomiro Coelho dos Santos, pai de uma menina com paralisia cerebral e que hoje está com 17 anos.

Natural da Bahia, ele deixou sua cidade natal, Poções, 15 dias depois que Elisângela nasceu, com problemas. Veio para São Paulo em busca de soluções. Veio para São Paulo em busca de uma vida melhor para a filha.



*Foi em São Paulo que os pais procuraram, e encontram, uma vida melhor para Elisângela*

Mesmo em meio a muitas dificuldades, afirma que não se arrependeu. "Minha filha passou por cirurgia e tratamentos aqui que, tenho certeza, foram decisivos para

que ela continuasse entre nós. Levo uma vida dura, por vezes falta o dinheiro para o aluguel, mas não desisto, confio num amanhã melhor".

Valdomiro é exceção. Lado a lado com dona Sônia Silva Souza cuida da filha, compartilha as dores e os amores. Não virou as costas para a realidade e não negou seu papel de pai. É antes de tudo um forte!

Tem encontrado no CRAS Jaçanã/Tremembé um ombro amigo, "alguém" com quem pode contar. "As assistentes sociais têm dado orientações e viabilizado muitas coisas importantes para a Elisângela e para nós".

Não muito distante dali, na Vila Maria, Gabriel Rodrigues, 15 anos, carrega estampado no rosto, bonito, um ar de felicidade.

Aos 12 anos, em uma dessas tantas peraltices que uma criança nessa idade costuma cometer, subiu no telhado da escola em que a avó trabalha, para resgatar um balão, e caiu. Caiu feio.

Foram quatro meses no hospital e a descoberta que sua vida nunca mais seria a mesma. Seu andar não seria o mesmo, sua fala não seria a mesma e nem sua agilidade no pensar. "Mas eu sou feliz pra caramba. Tive que passar por isso para descobrir que meus verdadeiros amigos são

os meus pais, a minha família. Sou feliz porque vivo", diz Gabriel.

Recentemente, por intermédio de uma ação do CRAS Vila Maria junto ao Rotary Clube local, foi presenteado com um andador, indispensável nos exercícios de reabilitação.

De volta à escola, no supletivo, Gabriel corre atrás do tempo. Tanto ou mais do que sua mãe, deseja ser o máximo possível independente. "Adoro computador e penso em trabalhar nessa área. Quero um dia compensar os esforços de minha mãe e a dedicação do meu pai".



*Gabriel frequenta a escola e com o apoio da mãe luta diariamente para reconquistar sua autonomia*





## CAS Sudeste

### Metas para aplicação do questionário

---

Nº DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS	2387
Nº DE TÉCNICOS ENVOLVIDOS	84

---

julho/2009 a abril/2010



# Conhecer e desbravar o território

*"Não há escadaria no mundo capaz de destruir o sonho de ver meus quatro filhos andando"*

*Natalice Mota Cardoso, mãe de beneficiário do BPC*

A Coordenadoria de Assistência Social - CAS Sudeste é composta por sete CRAS: Jabaquara, Vila Mariana, Ipiranga, Mooca, Vila Prudente/Sapopemba, Aricanduva/Formosa e Penha. Estima-se que abrigue cerca de dois milhões de habitantes.

A verticalização está presente em boa parte deles e a renda média, por habitante, é da ordem de três salários mínimos.

O cadastro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS apontou que 2387 beneficiários do BPC, na faixa etária do zero aos 18 anos, residem na região.

"A aplicação do questionário do BPC na Escola foi a grande oportunidade de orientarmos um trabalho, aqui, de conhecimento sensível. Os técnicos identificam os beneficiários que, ao mesmo tempo, se apropriam do seu território, enquanto cidadãos", afirma Edna Diva Miani Santos, coordenadora da CAS Sudeste.

Assistente social há cinco anos, Eleonice Zago atua no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Vila Prudente/Sapopemba. Segundo ela, o BPC na Escola

veio renovar o gosto pela visita domiciliar. "Eu acredito sinceramente que é esse trabalho de busca ativa que faz com que a gente seja técnico de verdade, capaz de intervir no território ao conhecer a realidade dos beneficiários e suas famílias".

Eleonice conta que muitos dos entrevistados já faziam parte de algum dos serviços orientados pelo CRAS, porém não o conheciam do ponto de vista institucional. "Acabou sendo uma oportunidade, então, de cumprir a tarefa potencializando-a com ações de atendimento e orientação".

Ouvir, ouvir e ouvir. Para a assistente social Patrícia de Moura Silva, do CRAS Mooca, tão importante quanto outras formas de interação é atuar na escuta. "Apliquei um questionário onde o beneficiário faleceu poucos dias depois. O contato proporcionado pela visita fez com que a mãe nos procurasse, no CRAS, visivelmente com o exclusivo desejo de ser ouvida".

Consciente dos muitos ganhos técnicos e sociais obtidos a partir da aplicação do questionário do Programa BPC na Escola, a pedagoga Fernanda Maria Magalhães Casella, do CRAS Vila Mariana, revela que



*Em média, 65 técnicos da Assistência Social atuaram na área de cobertura da CAS Sudeste para cumprir a meta de aplicar 2387 questionários*

a maioria dos técnicos encarou a missão, inicialmente, com certa resistência.

"Penso, hoje, que foi um processo que se iniciou como tarefa e terminou como compromisso. Não foram poucos os que saíram desmotivados da capacitação. Mas, ao longo do tempo, fomos naturalmente envolvidos pela dinâmica e importância do trabalho. Nosso olhar, inclusive, ficou mais aguçado", explica.

A mudança de endereços e a recusa de

muitos beneficiários em responder à pesquisa, receosos em perder o benefício, são as principais dificuldades apontadas pelos técnicos.

Segundo Edna Diva, a população na área de cobertura da CAS Sudeste tem um perfil um pouco mais instruído, de gente dita "conhecedora" de seus direitos. "Apesar do esforço dos técnicos, alguns entenderam que poderiam comprometer o benefício ao responderem o questionário, o que não tem o menor fundamento".

A socióloga Célia Aparecida Bortolato, do CRAS Jabaquara, argumenta que significativa parcela dos entrevistados em sua região tem o BPC como única fonte de renda da família. "Aliás, um benefício que deixa de ser de oportunidade para ser de custeio", diz ela.

Assistente social do CRAS Vila Prudente, Aideê Miranda Souza conta que foi iniciado um trabalho específico de orientação e acolhimento com mães de beneficiários. "Percebemos que a principal cuidadora, a mãe, precisava de cuidados. Então, vimos realizando reuniões quinzenais, quando ela tem a oportunidade de sair do ambiente diário, trocar experiências, falar e ser ouvida. Hoje, contamos com a adesão de nove mães".

Iniciativa semelhante acontece na Penha, afirma a assistente social Maria Zélia de Oliveira Souza, mas, lá, o movimento - batizado de "mães solidárias" - partiu

das próprias mães, de filhos autistas, e hoje tem o apoio do CRAS local.

Do ponto de vista da inclusão escolar, os técnicos dizem que foi possível perceber que a maioria está em alguma instituição ou na escola, ainda que esta não reúna as condições ideais.

"É preciso haver um trabalho de sensibilização com diretores e professores das escolas. Preconceito ou não, é preciso encarar a questão de frente", destaca Fabiana Almeida, assistente social do CRAS Mooca.

No campo, ainda de acordo com os técnicos, a intersetorialidade não surtiu o efeito desejado. Segundo eles, mesmo que tenha funcionado do ponto de vista institucional, a atuação do grupo gestor regional avançou muito pouco em relação aos encaminhamentos realizados, mas, quando ocorreu, obteve êxito.

---

## A figura da mãe

Dona Natalice Mota Cardoso, moradora do Jabaquara, mãe de quatro crianças com paralisia cerebral.

Os técnicos do CRAS Jabaquara tiveram a oportunidade de conhecê-la quando ela ainda morava num cômodo escuro, sem ventilação, longe de tudo e de todos.

Para acessar o nível da rua, uma ladeira, dona Natalice tinha que vencer, primeiro, 29 degraus. Naquele momento, tinha a companhia dos filhos e do marido, desempregado, visivelmente em depressão e de certa forma vencido pelo alcoolismo.

O BPC do filho mais velho, Caíque, de 12 anos, e a ajuda constante de amigos tornavam possível, e menos dolorosa, a sobrevivência.

A partir do contato com o CRAS muita coisa mudou, a começar pela moradia. A família foi inserida no Programa Parceria Social da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB e mora hoje com mais dignidade, em uma casa de quatro cômodos.

Também conta com benefícios eventuais concedidos pelo CRAS. As crianças aguardam, agora, transporte especial gratuito, cadeiras de rodas e mobiliário adequado, condições que possibilitarão a frequência à escola.

"Os médicos dizem que é possível fazer com que eles andem, já que a paralisia cerebral no caso deles não é tão severa. Por isso é que eu digo que não há escadaria nesse mundo capaz de tirar de mim a esperança de ver meus quatro filhos andando", profetiza dona Natalice.

### Do Jabaquara à Vila Prudente

No contra-turno da escola regular, Jhonatan e André, ambos com paralisia cerebral, participam de atividades diversas em uma instituição de reabilitação conveniada à Prefeitura. Passam as tardes ali.

Elaine Pereira Lisboa, mãe de Jhonatan, explica que ele frequenta hoje uma escola estadual, já que na municipal as escadarias dificultavam muito o acesso à sala de aula. "O mais importante é que ele está estudando e que é muito bem acolhido aqui", comemora.

A mãe de André, Marlene Batista de Araújo Souza, conta que o filho está há um ano em uma escola municipal, próxima a sua residência. "Eu não o acompanho dentro da escola, mas percebo que ela não está preparada para os alunos com deficiência. Sinto que faltam recursos, adaptações e materiais específicos, apesar de ele ser bem tratado".



*Natalice e seus quatro filhos: interação com o CRAS e esperanças renovadas*

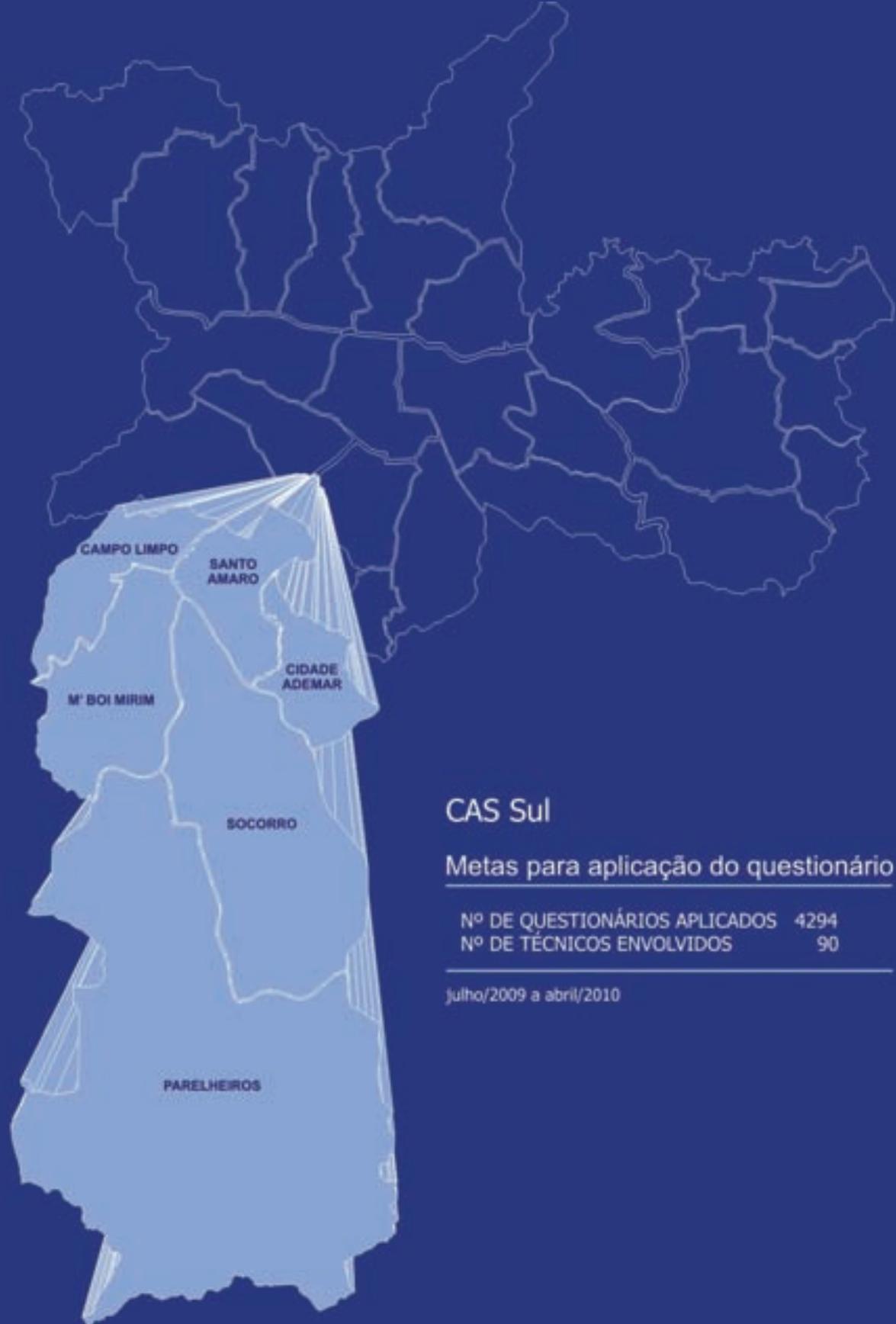
Legal mesmo, na Vila Prudente, é o trabalho do CRAS com um grupo de mães de beneficiários, entre elas dona Elizabete Genoíno da Silva, Ana Paula Souza Vieira, Silmara Alves Brito e Sandra Martins da Silva. Todas tiveram o primeiro contato com o CRAS ao responder o questionário do Programa BPC na Escola.

Elas e mais cinco mães se reúnem a cada 15 dias para trocar experiências. Na verdade, histórias de vida que se repetem, em

seus dramas e alegrias, mas que, antes de tudo, se colocam à disposição, de modo voluntário, de outras mães.

"Estamos discutindo aqui um jeito de fortalecer esse grupo. Nós mesmas pretendemos visitar outras mães, de crianças com deficiência, para reproduzir todo o conhecimento que estamos obtendo. Sentimos que temos a obrigação de multiplicar essas informações", ensina dona Elizabete.





## CAS Sul

### Metas para aplicação do questionário

---

Nº DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS	4294
Nº DE TÉCNICOS ENVOLVIDOS	90

---

julho/2009 a abril/2010



## Encurtando distâncias

*“Achava-me única na vida do Gabriel e não aceitava que pudessem cuidar dele. Quando descobri que a escola poderia me ajudar, libertei o meu filho e a mim mesma”*  
*Cláudia Medeiros da Silva, mãe de beneficiário do BPC*

Do ponto mais alto de Parelheiros, distrito localizado no extremo sul do município, é possível avistar a orla de Itanhaém, cidade no litoral de São Paulo, distante aproximadamente 75 km do marco zero da capital. O distrito, de característica rural, é o segundo maior em extensão territorial, embora seja pouco povoado.

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Parelheiros compõe a Coor-

denadoria de Assistência Social - CAS Sul, da Zona Sul de São Paulo, uma das mais populosas do município com estimados 2,5 milhões de habitantes e que abriga, ainda, os CRAS de Capela do Socorro, M'Boi Mirim, Cidade Ademar, Santo Amaro e Campo Limpo. A desigualdade social é uma das marcas da Zona Sul.

Por tudo isso, o Programa BPC na Escola na região, comandado pela CAS Sul,



*Uma balsa pelo caminho. Uma não, duas. Na Zona Sul o desafio de superar, entre outros, regiões distantes e de difícil acesso, como a Ilha do Bororé*

se constituiu na superação, entre outros, de dois principais desafios: o grande volume de questionários a serem aplicados, 4294 (ou 32% do total), e a extensa cobertura territorial.

Segundo a coordenadora da CAS Sul, Angela Gonçalves Marques, a aplicação dos questionários do BPC na Escola pelos técnicos do CRAS foi um grande desafio na região, e não só pela extensão territorial, mas principalmente pelas peculiaridades locais. "Famílias moradoras em favelas onde o acesso ao território se dá necessariamente na convivência imposta por um poder paralelo invisível, mas sempre presente; moradores na Península do Bororé, onde o acesso se dá por uma ou duas balsas, dependendo de quanto distante do continente; famílias moradoras em Marsilac, região com a menor densidade demográfica da cidade, onde muitas vezes só é possível chegar percorrendo trilhas de terra em meio à Mata Atlântica", pontua.

"Acaba sendo realmente tudo muito longe", argumenta Heloísa Previdello, também da CAS Sul. "Além disso, estamos em uma região de acentuado contraste social, o que exige mais preparo dos técnicos".

Ela reafirma a dificuldade de acesso a alguns locais como Vila Andrade e Paraisópolis, na área de cobertura do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS Campo Limpo, onde por vezes era

preciso pedir autorização aos "patrões da área", para adentrar ao território. "Muitas vezes uma liderança comunitária local acabava intermediando esse contato", explica.

Nada menos do que 90 técnicos operaram no território da CAS Sul. Há pelo menos dois pontos comuns, entre eles, na análise que fazem: a aplicação do questionário possibilitou uma maior apropriação do território; e a maioria dos beneficiários está, sim, na escola.

"A forma como a escola os recebe está longe de ser a ideal e a prova disso é o fato de, em geral, a mãe ter que acompanhar a criança com deficiência durante o período que ela passa na escola", afirma a assistente social Beatriz Aparecida Nogueira Giosa, do CRAS Campo Limpo.

A psicóloga Inez Auxiliadora Torres Santoro, do CRAS Cidade Ademar, argumenta que a inclusão ou não, bem como sua qualidade, é imposta, também, pelo limite da deficiência. "Está claro que os grandes excluídos são aqueles que têm deficiência grave, pelas tantas barreiras de acesso, como o transporte, o relevo, entre outros".

Ela destaca que superada a fase inicial de conciliar as demandas já existentes com o BPC na Escola, foi possível avançar com qualidade no território. "A pesquisa nos

trouxe essa possibilidade, ou seja, mapear o potencial do território e aproximar a Assistência Social da população".

Em Cidade Ademar, o apoio dos serviços conveniados foi um aspecto facilitador na localização de endereços. "Houve essa interação no campo, menos sentida junto à Saúde e à Educação, que até nos receberam, mas cujo acolhimento não resultou em ação concreta".

Já em M'Boi Mirim, a atuação intersetorial fez toda a diferença. "Houve uma interação muito grande entre a Saúde e a Assistência Social. Fortalecemos o contato com as unidades básicas de saúde e com os agentes do Programa Saúde da Família, o que

possibilitou facilidade no acesso a maior parte dos beneficiários", revela Marlene Borges, assistente social do CRAS M'Boi.

De acordo com a coordenadora da CAS Sul, o BPC na Escola trouxe belíssimos resultados. "Profissionais recém-nomeados puderam conhecer o chão que escolheram para trabalhar e profissionais há anos na Assistência Social tiveram a oportunidade de percorrer o território com "olhos de ver", com a atenção focada na situação de usuários que quase sempre não chegavam ao CRAS. Essa descoberta desafiou a todos na busca de ações efetivas de acompanhamento das famílias e dos beneficiários do BPC, provocando inclusive a articulação do CRAS com as demais políticas sociais", finaliza.

---

## ***Amor, superação e liberdade***

Do contato com muitas e muitas histórias de vida, na Zona Sul de São Paulo, no Programa BPC na Escola, três em especial são exemplos de superação.

Pedro Henrique Barbosa é um garoto de 10 anos, beneficiário do BPC. Os cabelos encaracolados e o sorriso fácil emprestam a ele um carisma sem igual.

Pedro tem deficiência auditiva, descoberta aos quatro anos de idade. Hoje, ela é da ordem de 70% e compromete bastante a sua fala.

É filho único, tem a atenção exclusiva da mãe e frequenta uma escola especial, na Chácara Santo Amaro. "Ele ficou por muito tempo em uma escola regular e não evoluía. Depois que foi para essa unidade especial seu aprendizado tem sido muito melhor", comemora Cláudia Alexandre da Silva, mãe de Pedro.

Há uma tristeza, no entanto, no olhar de dona Cláudia. "Cuido dele sozinho, sem o apoio de ninguém. O pai, desde que descobriu, não é presente e a família dele não estão nem aí. Sinto que



*A deficiência auditiva não afasta de Pedro, da bateria da Vai-Vai, a alegria de viver*

preciso de um psicólogo, de uma terapia para mim".

"Elas de fato precisam de apoio e atenção", afirma a assistente social Érika Aparecida Rodrigues de Oliveira, que tem acompanhado Pedro e Cláudia. Entre as intervenções, o encaminhamento para consulta com um otorrino, da rede, algo que vinha sendo tentado pela mãe, sem sucesso, há mais de seis meses e a inclusão em atividade socioeducativa na região, ou seja, cuidar de quem cuida: a mãe, quase sempre, sozinha.

### **Transformando dor em amor**

Não distante dali, ainda na área de cobertura de Capela do Socorro, a dor transformada em amor. Tereza do Carmo Cândido do Nascimento e José Marcionilo Francisco do Nascimento Filho celebram, ao nascer de cada novo dia, a presença entre eles de Priscila, hoje com 17 anos.

Ela tem paralisia cerebral e foi adotada, logo após seu nascimento. "A mulher teve gêmeos e disse que não queria aquela criança doente, a segunda a nascer. Eu tra-

balhava no hospital, servindo cafezinho, e não hesitei: eu quero, falei para ela".

Apesar da recusa inicial do marido, dona Teresa bateu o pé e, hoje, Priscila é a razão de viver do pai, como ele mesmo reconhece. "Ela é tudo para mim. É o ar que eu respiro, o motivo de eu viver". Beneficiária do BPC, Priscila e seus pais contam hoje com o acompanhamento do CRAS Capela do Socorro.

### **Transformando amor em liberdade**

Persistência não falta à dona Cláudia Medeiros da Silva, moradora de M'Boi Mirim, mãe do pequeno Gabriel, de oito anos, que apresenta deficiência intelectual e física.

"Achava-me única na vida do Gabriel e não aceitava que ninguém pudesse cuidar dele. Quando descobri que a escola poderia me ajudar, libertei o meu filho e a mim mesma", revela.

A mãe conta que depois que o filho passou a freqüentar a escola, há cerca de quatro anos, apresentou significativa melhora em termos de saúde, deixando para trás as convulsões e internações freqüentes.

Aluno da Escola Municipal de Educação Fundamental Mário Moura Albuquerque, Gabriel recebe lá o apoio

necessário para seu desenvolvimento. "A comunidade escolar participa da vida de nossos alunos com deficiências com atenção e carinho muito peculiares", revela a diretora da escola, Eunice Navarro.

No início do atual ano letivo, Gabriel recebeu uma nova cadeira de rodas, fruto da atuação do Centro de Formação e Apoio à Inclusão - CEFAl, da Secretaria Municipal da Educação, que avaliou a necessidade de troca do equipamento. "Há um esforço da Secretaria de Educação no sentido de adequar o atendimento aos alunos com deficiência, seja capacitando os professores e estagiários, seja viabilizando materiais e equipamentos, seja adaptando fisicamente as unidades. Não estamos perfeitos, mas a busca por melhorias é contínua", afirma Maria Regina Zemella Luccas, coordenadora do CEFAl Campo Limpo.

Para dona Cláudia, a certeza de que valeu à pena. "Quando aceitei a presença da escola na vida do Gabriel, o que já foi difícil, encontrei muitas barreiras para conseguir uma vaga. Até o pessoal do Conselho Tutelar me desaconselhou a correr atrás. Hoje, minha persistência e a efetiva estada dele na escola, inclusive com transporte especial gratuito, me dão a esperança de que ele desenvolverá a sua autonomia", finaliza.



## Entre volantes e teclados

Eles rodaram bastante e não só por ruas e avenidas.

No sobe e desce que marca a acidentada topografia da cidade de São Paulo, não foram poucas as vezes que deixaram o volante de seus possantes para acompanhar os técnicos, a grande maioria mulheres, na aplicação do questionário do Programa BPC na Escola.

Percorreram escadarias, caminharam juntos em vielas, equilibraram-se em caibros sobre ruas alagadas, enfim, uniram-se ao esforço de localizar os endereços e possibilitar, assim, que o maior número possível de entrevistas fosse realizado.

O convívio com boa parte deles permite identificar diferentes estilos. Tem os mais velozes, os mais falantes, os mais centrados e, até mesmo, os mais amigos, aqueles que conseguem construir em um simples deslocamento, dentro da cidade, uma relação de confiança. Todos, inegavelmente, profissionais.

Morador da Zona Leste há 37 anos, Antonio Pereira dos Santos atua como motorista junto ao CRAS São Miguel Pau-



*Os motoristas não se limitaram a conduzir os técnicos, mas participaram ativamente da localização dos beneficiários*

lista. Aos 55 anos de idade, confessa já ter visto um pouco de tudo, mas nada parecido com as chuvas torrenciais que castigaram a região, no início de 2010.

"Mesmo em meio às dificuldades e às outras necessidades de atendimento pela população, nos dividimos no sentido de garantir a realização do BPC na Escola. As botas de borracha passaram a fazer parte do nosso cotidiano", relata Antonio.

Ele conta que em um dos dias de aplicação, um líder comunitário da Vila Itaim seguia a Kombi da Prefeitura e com um megafone orientava as famílias a não atenderem as assistentes sociais. "Na verdade



*Trabalho de equipe: técnicos e motoristas decidem conjuntamente os próximos passos*

ele ficava insuflando a população contra nós, dizendo que iríamos passar com um trator sobre aquelas casas. Foi meio tenso, mas acabou dando tudo certo", revela.

No CRAS Capela do Socorro, Zona Sul de São Paulo, o motorista Alcimar Gomes de Oliveira, 35 anos, é o "dono do pedaço". Ele conhece como ninguém a região do Grajaú e adjacências e acabou se transformando em ponto de referência para a localização de endereços. "Onde fica mesmo a rua... ah, pergunta para o Alcimar".

Segundo ele, o mais importante é poder colaborar com o trabalho. "Várias e várias vezes desci do carro em busca de um determinado número, já que a numeração das casas não é seqüencial. Tem sido uma experiência gratificante participar dessa atividade, sobretudo pela dedicação que todos têm demonstrado".

### **Muitos toques para o BPC**

É difícil precisar quantos toques eles digitaram ao longo dos últimos meses. A considerar que estavam responsáveis pelo lançamento, no sistema do Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, dos 13.976 questionários aplicados em São Paulo, cada um com 119 questões, foram muitos, mas muitos toques mesmo.

No início de dezembro do ano passado, uma turma de 15 digitadores, especialmente chamada para atuar no BPC na Escola, teve o primeiro contato com o tema, durante atividade de capacitação.

Para a digitadora Patrícia Laís Nascimento Luz, 33 anos, o trabalho enseja uma reflexão sobre o aluno com deficiência na escola. "A gente sabe que é cada vez maior o acesso da pessoa com deficiência ao sistema regular de ensino. Identificar o que facilita e o que prejudica esse acesso é um bom caminho para definir ações que assegurem mais qualidade de vida a essas pessoas".

No dia a dia, a cada novo lote para ser digitado, o papel desses profissionais foi ganhando destaque. "Nós sabemos que

graças ao envolvimento da grande maioria, pequenas e pontuais inconsistências no preenchimento do questionário puderam ser equacionadas, sem prejuízo ao conteúdo, no momento da digitação, evitando um vai e vem que poderia atrasar o trabalho", explica Fátima de Jesus Teixeira, da Coordenadoria de Proteção Social Básica.

O digitador Marcus Vinícius Pereira de Melo, 32 anos, confirma o empenho. "O questionário só era devolvido em casos onde de fato a resposta não estava clara. Mas é importante destacar que todo o sistema montado, desde a capacitação, favoreceu muito o nosso trabalho".

Ele destaca, ainda, que o BPC na Escola foi, sem dúvida nenhuma, o trabalho mais importante que realizou em sua área de atuação. "Sinto que ele vai criar condições de integração social para pessoas que requerem uma atenção especial. É muito bom fazer parte desse processo", finaliza.

*Um grupo de 15 profissionais digitadores ficou responsável pelo lançamento dos dados do questionário no sistema do MDS*



## Deu prêmio!

Reconhecimento e legitimação. É assim que a coordenadora Geral de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, Ângela Eliana de Marchi, classifica a indicação e premiação de São Paulo entre as melhores práticas municipais em Assistência Social, no Prêmio Nacional Rosani Cunha, promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

São Paulo concorreu com a experiência da aplicação do Questionário do Programa BPC na Escola, apresentando nacionalmente o êxito da busca ativa realizada, bem como da comprometida atuação intersetorial.

“Faço questão de frisar que a conquista é de todos nós. Óbvio, em especial de nossos técnicos que, em cada território



*O Prêmio Rosani Cunha é organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o MDS. Sua primeira edição, 2009, teve como tema "Ações Integradas para Proteção e Promoção Social".*

desta Cidade, interagiram com muita qualidade junto à população. Mas é, também, daqueles que, nos grupos gestores local e regionais, articularam com disposição no plantio dessa semente que é a intersetorialidade”, destaca Ângela.

A premiação das melhores práticas aconteceu em Brasília, nos dias 24 e 25 de março de 2010. O Prêmio Rosani Cunha tem como objetivos identificar, valorizar e divulgar ações e práticas bem sucedidas de políticas e programas na área de Assistência Social e teve por tema “Ações Integradas para Proteção e Promoção Social”.

O Prêmio homenageia Rosani Cunha,

ex-secretária nacional de Renda e Cidadania, falecida em novembro de 2008.



*A equipe técnica que coordenou o Programa BPC na Escola esteve em Brasília para a premiação. Da esquerda para a direita: Marli Matos de Godoi, Fátima de Jesus Teixeira, Maria Madalena Rodrigues Wu, Ângela Eliana de Marchi, Eufrosina Teresa de Oliveira, Zilah Daijo Kuroki e Wladimir Martins do Prado*



# **Estudo quantitativo**



# Programa BPC na Escola

## Estudo quantitativo

### Introdução

O Benefício de Prestação Continuada - BPC - é mecanismo de proteção social que prevê constitucionalmente o direito a uma renda básica de sobrevivência à pessoa idosa e à pessoa com deficiência em qualquer idade, independentemente de contribuição prévia à Previdência Social.

As crianças e adolescentes com deficiência que são beneficiárias do BPC e que estão em idade escolar passaram a preocupar os gestores dessa política principalmente no que diz respeito às suas vidas escolares. Como decorrência, foi instituído em 12 de março de 2008, pela Portaria Interministerial nº 01 de 2008, o Programa BPC na Escola de natureza intersetorial, envolvendo as políticas de assistência social, educação, direitos humanos e saúde, de forma a favorecer o pleno desenvolvimento desses beneficiários.

Para a sua realização foi necessário conhecer quem são esses beneficiários, quantos estão freqüentando as escolas, quantos não freqüentam as escolas, quais razões justificam essa ausência ou esse abandono. O meio escolhido para o conhecimento foi realizar uma pesquisa quantitativa. Assim, o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS - formulou um questionário que foi aplicado nos municípios onde o programa é executado.

A Cidade de São Paulo, por meio da SMADS, foi responsável pela aplicação de 13.976 questionários. A SMADS, diante dessa massa de dados, decidiu fazer uma análise dos resultados obtidos a partir de uma amostra extraída desse universo de questionários. A extração dessa amostra foi realizada pela "Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do município de São Paulo - PRODAM - SP" para a garantia do rigor estatístico.

## Objetivos da pesquisa

### Contextualização

- A identificação do entrevistado;
- O perfil demográfico do beneficiário;
- O tipo de deficiência dos beneficiários;
- As necessidades especiais dos beneficiários;
- As relações sociais dos beneficiários.

### Diagnóstico

O diagnóstico realizado considerou as avaliações sobre as escolas distribuindo os beneficiários assim:

*Freqüentam as escolas atualmente,  
Já freqüentaram e não freqüentam mais as escolas, e  
Nunca freqüentaram as escolas.*

Variáveis e indicadores escolhidos

- Ano/Ciclo,*
- Tipo de escola:*
  - pública
  - privada,
- Tipo de classe:*
  - comum
  - especial,
- Tempo de freqüência:*
  - número de dias de aula,
  - tempo gasto da residência à escola,
- Avaliação de três ordens de necessidades*
  - física: acessibilidade (trajeto da casa à escola, a escola propriamente dita - mobiliário e outros recursos)
  - pedagógica: oferta de material didático e equipamento
  - recursos humanos: profissionais de apoio e especialistas de comunicação e pedagogia.

## Amostra

A amostra é representativa da população em estudo, selecionada por meio de critérios estatísticos, que utiliza como base a fonte de dados da Pesquisa BPC na Escola realizada pelo MDS.

Tamanho da amostra

Região (CAS)	CRAS	Amostra
Centro-Oeste	Butantã	21
	Lapa	10
	Pinheiros	10
	Sé	10
Leste	Cidade Tiradentes	20
	Ermelino Matarazzo	13
	Guaiabases	24
	Itaim Paulista	32
	Itaquera	35
	São Mateus	36
	São Miguel	38
Norte	Verde/Cachoeirinha	17
	Freguesia/Brasilândia	23
	Perus	9
	Pirituba	22
	Santana/Tucuruvi	10
	Tremembé/Jaçanã	18
	Guilherme	19
Sudeste	Aricanduva	15
	Ipiranga	20
	Jabaquara	13
	Mooça	14
	Penha	25
	Vila Mariana	17
	Prudente/Sapopemba	37
Sul	Campo Limpo	47
	Cidade Ademar	36
	M'Boi Mirim	57
	Parêheiros	15
	Santo Amaro	11
	Socorro	56
<b>Total</b>		<b>730</b>

**Intervalo de Confiança:** 95%  
 Erro Amostral: + ou - 5%

**Software Utilizado**  
 SPSS - Statistical Package for the  
 Social Sciences

Fonte: Coordenadoria do Observatório  
 de Políticas Sociais/SMADS

A amostra foi extraída pelos técnicos da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM - SP. A extração da amostra se deu por meio do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho). Assim, foram formados os conglomerados que compreendem um conjunto de questionários proporcional ao tamanho das Coordenadorias de Assistência Social - CAS - e ao tamanho dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, aleatoriamente.

Por tamanho entende-se a abrangência territorial de uma Coordenadoria frente ao número de beneficiários do BPC que nela reside.

Cálculos estatísticos garantiram um "intervalo de confiança" dessa amostra representativa da população em estudo de 95%.

Para o processamento e organização das informações foi utilizado o software SPSS - Statistical Package for the Science Socials.

# Principais resultados

## Contextualização

### Identificação do Entrevistado

#### *A mãe, principal entrevistada*

Dos 730 questionários selecionados aleatoriamente pela amostra, 80% foram preenchidos com as informações prestadas pelas mães dos beneficiários do BPC. Esta participação majoritária, confere à figura da mãe um papel fundamental na vida dos beneficiários com idade entre 0 e 18 anos. São elas as responsáveis pelas informações que permitiram a construção dos perfis sócio-demográficos, das necessidades, dos diagnósticos da relação beneficiário e escola, enfim do que esta pesquisa possibilitou conhecer.

TABELA 1  
Vínculo familiar do entrevistado com o beneficiário

Tipo de vínculo	Número de entrevistados	
	Absoluto	%
Mãe	584	80,03
Pai	35	4,67
Avô(s)	34	4,66
Outro	27	3,74
Em branco	18	2,49
Irmão(s)	13	1,68
Tio(s)	10	1,42
Procurador(s) representante institucional	7	1,02
Procurador(s) não membro da família	2	0,29
<b>Base</b>	<b>730</b>	<b>100,00</b>

### Principal cuidador do beneficiário

Reiterando características da cultura que confere papéis distintos para homens e mulheres no mundo doméstico, a mulher tem destaque como a principal cuidadora dos filhos. Com efeito, para 83% dos beneficiários a mãe é quem cumpre esse papel. De outro lado, o pai aparece como principal cuidador para apenas 4% da amostra.

TABELA 2  
Principal cuidador do beneficiário, em número absoluto e porcentagem

Principal cuidador	Beneficiário	
	N.A.	%
Adolescente da família	2	0,30
Idoso(a) da família	13	1,92
Mãe	559	82,69
Outro	12	1,78
Outro adulto da família	29	4,29
Pai	29	4,29
Profissional contratado	20	2,96
Sem informação	12	1,78

Base respondente: 676

Base da amostra: 730

## Perfil demográfico e tipo de deficiência do beneficiário

### Faixa etária e gênero

*Concentração nas faixas mais velhas.*

*Os homens estão em maior número*

A maior parte dos beneficiários, segundo a distribuição da amostra por faixa etária, encontra-se de forma equilibrada nas três faixas mais velhas.

Separada a amostra por ciclo de vida, 56,6% dos beneficiários são adolescentes e 42,7% são crianças. Deste grupo de crianças, 30,2% estão na faixa de 7 a 11 anos e 12,5% estão na faixa de 0 a 6 anos. Por que esta faixa apresentou percentual tão baixo em relação aos das outras?

Esta pesquisa não pode responder essa questão. Mas isso não impede que se levante algumas hipóteses que podem, inclusive, estar associadas:

- Pode ser indicador de uma tendência geral da diminuição do número de pessoas com deficiência na idade mais tenra em função da ampliação de ofertas de bens e serviços públicos para essa população mais vulnerável etc...?
- Pode ser efeito de uma demora da família na detecção da deficiência nas crianças mais novas?
- As deficiências adquiridas ganham corpo nas sociedades modernas e avolumam os índices das faixas etárias mais velhas?

TABELA 3  
Faixa etária e gênero  
dos beneficiários  
da amostra, em número  
absoluto e em porcentagem

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Nº Absoluta	%	Nº Absoluta	%	Nº Absoluta	%
0 - 6 anos	29	4,00	62	8,50	91	12,50
7 - 11 anos	105	14,40	115	15,80	220	30,20
12 - 15 anos	80	11,00	137	18,80	217	29,80
acima de 16 anos	87	11,90	110	14,90	197	26,80
Sem informação	5	0,70	0	0,00	5	0,70
<b>Base</b>	<b>306</b>	<b>42,00</b>	<b>424</b>	<b>58,00</b>	<b>730</b>	<b>100,00</b>

Os beneficiários do sexo masculino tiveram participação maior do que as mulheres: 58% contra 42%.

## Cor/raça

### *Predomínio dos que vêm os beneficiários como brancos*

O conceito de raça/cor utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>1</sup> - IBGE baseou esta pesquisa. Considerou-se o conceito de “auto-identificação” ou “auto-classificação”<sup>2</sup>, porém foi entrevistado, na maioria das vezes, o responsável legal do beneficiário, que o viu dentro de uma das cinco categorias consideradas: branca, preta, amarela, parda (incluindo nesta categoria a pessoa declarada mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (considerando-se nesta categoria as pessoas declaradas como indígena ou índia).

TABELA 4  
Distribuição da amostra de  
acordo com a cor/raça do  
beneficiário, em número  
absoluto e porcentagem

Cor/raça	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Branca	479	65,62
Parda	192	26,30
Preta	35	4,79
Amarela	3	0,41
Indígena	1	0,14
Sem informação	20	2,74
<b>Total</b>		<b>100,00</b>

Base da amostra: 730

<sup>1</sup> Nota Metodológica da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD, 2004.

<sup>2</sup> Segundo Schwartzman (1.999,pp.83-96 *apud* 2.004, Indicadores de Desigualdade Racial, Fundação Seade, anexo metodológico) "os resultados confirmam que o Brasil não tem linhas nítidas entre populações em termos de características étnicas, lingüísticas, culturais ou históricas, o que faz com que qualquer tentativa de classificar as pessoas de acordo com estas categorias esteja sujeita a grande imprecisão. Isto não significa, no entanto, que o tema não possa nem deva ser pesquisado em termos estatísticos, que permitem o entendimento de realidades amplas e significativas, ainda que de delimitação pouco nítida. Esta imprecisão não deve ser entendida como um erro que pudesse ser corrigido com uma categorização ou classificação mais precisa; mas como uma característica necessária de um dado que reflete percepções e identidades difusas, que podem inclusive variar para a mesma pessoa, conforme o contexto ou o tipo de questão que lhe é apresentada". Schwartzman, S. Fora de foco: diversidade e identidade étnicas no Brasil. Novos Estudos, Cebrap 55, Novembro 1999, pp. 83-96. Disponível em: [http://www.schwartzman.org.br/simon/pub\\_artigos.htm](http://www.schwartzman.org.br/simon/pub_artigos.htm).

Para os entrevistados, os beneficiários são majoritariamente definidos como brancos: 65,62%. Os que os incluíram na categoria raça/cor "parda" representaram 26,30% da amostra. E os pretos representaram apenas 4,79%.

Alguns institutos de pesquisa estabelecem uma nova categoria para a raça/cor: a população "negra"<sup>3</sup>. Esta categoria é o resultado do total das pessoas "pardas" mais as "pretas". Se utilizarmos a mesma categoria, temos 31,09% da amostra. Ainda assim ficam distantes da maioria que considerou pertencer o beneficiário ao grupo da raça/cor "branca".

## Tipo de deficiência

Com 28,66% das menções, a categoria "deficiência múltipla" foi a que registrou a maior frequência. Muito próxima aparece, com 25,84%, a categoria "Deficiência Mental/Intelectual". Recebeu também, ainda que mais distante, uma quantidade significativa de pessoas a categoria "Deficiência física" (18,16%).

A categoria "Síndrome de Down", com a quarta posição na ordem decrescente de frequência, também foi destacada na medida em que registrou mais de 10% das menções. Essas quatro categorias concentraram 83,89% de toda a base amostral.

TABELA 5  
Tipo de deficiência dos beneficiários da amostra,  
em número absoluto e em porcentagem

Tipos	Número de beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Múltipla	209	28,66
Cegueira	7	0,97
Baixa visão	9	1,24
Surdez	15	2,03
Deficiência auditiva	16	2,25
Deficiência física	133	18,16
Deficiência mental/intelectual	189	25,84
Transtornos globais de desenvolvimento	12	1,67
Síndrome de Down	82	11,23
Doenças crônicas/degenerativas	30	4,14
Sem informação	28	3,82
<b>Base</b>	<b>730</b>	<b>100,00</b>

<sup>3</sup> A Fundação Seade justifica assim a utilização da categoria RAÇA NEGRA: "esse critério decorre de definições para obtenção de valores estatísticos consistentes com o nível de desagregação permitido das variáveis e da compatibilização, na medida do possível, da segmentação das variáveis raça/cor, sexo e idade. Busca-se também facilitar a comparação do perfil da população negra paulista com outros sistemas que utilizam o mesmo critério de raça negra".

Frente à pouca significância estatística das frequências relativas às demais categorias de deficiência, as informações a seguir se basearam nas entrevistas realizadas junto aos responsáveis pelos beneficiários acometidos por uma das quatro categorias que concentraram a maior parte dos beneficiários da amostra.

## Tipo de deficiência por Coordenadoria de Assistência Social - CAS

### *Distribuição semelhante ao total de beneficiários da Cidade*

Distribuídas as categorias de deficiência nas regiões político-administrativas adotadas pela SMADS, as quatro categorias ranqueadas no capítulo anterior ocupam também posições de destaque em todas as regiões. Ainda que os percentuais estejam próximos, a categoria "Síndrome de Down" assumiu a terceira posição na CAS Norte, empurrando para a 4ª. posição os beneficiários com "Deficiência Física".

TABELA 6  
Tipo de deficiência dos beneficiários por Coordenadoria de Assistência Social - CAS, em porcentagem

Tipo de deficiência	Centro Oeste	Leste	Norte	Sudeste	Sul
Deficiência múltipla	46	27	35	26	27
Deficiência mental/intelectual	29	24	27	32	26
Deficiência física	12	19	12	19	25
Síndrome de Down	11	13	15	12	10
Doenças crônicas/degenerativas	2	5	4	2	4
Deficiência auditiva	0	4	1	2	1
Surdez	0	2	1	5	2
Transtornos globais de desenvolvimento	0	1	2	1	2
Baixa visão	0	3	1	0	2
Cegueira	0	2	2	1	1
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

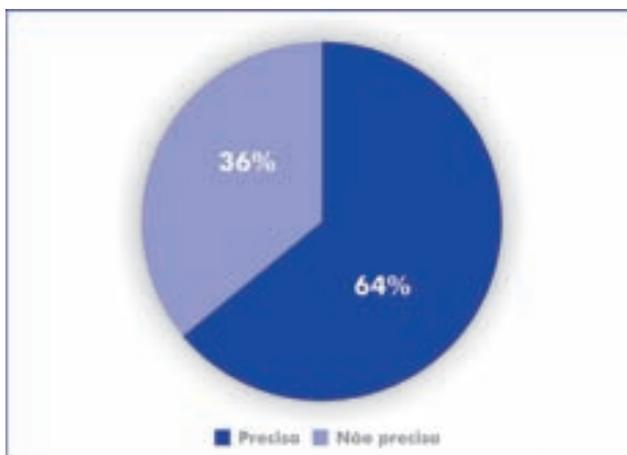
## Quadro de necessidades

### Uso contínuo de produtos em função das deficiências

#### Medicamentos, alimentos especiais e ou suplementos nutricionais

Dos beneficiários da amostra, 64% precisam fazer uso contínuo de algum produto de natureza medicamentosa e/ou algum alimento especial. Essa condição interfere possivelmente no cotidiano desses beneficiários em vários espaços sociais, notadamente nos espaços educacionais, requerendo um cuidado diferenciado.

**FIGURA 1**  
 Porcentagem de beneficiários que precisam usar de forma contínua medicamentos, alimentos especiais e ou suplementos nutricionais



Desta parcela, 69% necessitam usar continuamente medicamentos. O uso associado de medicamentos com outros produtos, sejam alimentos especiais ou suplementos nutricionais é uma realidade para alguns beneficiários: o índice de multiplicidade que dimensiona essa associação é baixo: 1,3, ou seja, aproximadamente em cada 3 beneficiários, 1 combina necessidades de uso de medicamentos com alimentos especiais ou suplementos nutricionais.

**TABELA 7**  
 Beneficiários que precisam fazer uso contínuo de medicamentos, alimentos especiais e ou suplementos nutricionais, em número absoluto e porcentagem sobre a base respondente

Produtos	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Medicamentos	427	69
Alimentos especiais/dieta	90	15
Suplementos nutricionais	79	13
Outros	20	3

Base respondente: 470  
 Índice de multiplicidade: 1,3  
 Base da amostra: 730

A maioria dos beneficiários adquire os produtos de uso contínuo (medicamentos, alimentos e/ou suplementos) nas Unidades Básicas de Saúde - UBS - do Sistema Único de Saúde (SUS), 74%. As farmácias hospitalares e a farmácia popular também são lugares utilizados, ainda que tivessem tido frequência mais reduzida, 17% e 14%, respectivamente. Surpreende a quantidade de entrevistados que disseram utilizar outras alternativas, além dos listados na pergunta.

O índice de multiplicidade registrado foi de 1,9. Os dados sugerem a hipótese de que para 2 compras nas alternativas estatais/assistenciais, realiza-se uma em "outros lugares".

TABELA 8

Lugar da aquisição dos medicamentos, alimentos especiais e ou suplementos nutricionais, em número absoluto e porcentagem sobre a base respondente

Lugar de aquisição	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Unidade básica de saúde - SUS	348	74
Farmácias hospitalares - SUS	78	17
Doação de pessoas	31	7
Doação de instituições	17	4
Farmácia Popular - SUS	66	14
Outros lugares	341	72

Base respondente: 470

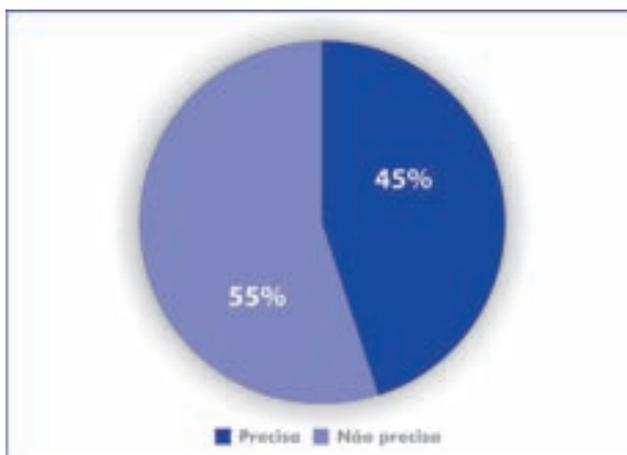
Índice de multiplicidade: 1,9

Base da amostra: 730

## Produtos descartáveis e equipamentos

Diferentemente dos medicamentos e alimentos especiais, mais da metade dos beneficiários da amostra não precisa fazer uso de produtos descartáveis e de equipamentos, 55% os dispensam.

FIGURA 2  
Porcentagem de beneficiários que necessitam usar continuamente produtos descartáveis e ou equipamentos



Entre aqueles que fazem uso de produtos descartáveis e/ou equipamento (45%), o principal produto são as fraldas descartáveis (79%).

O uso associado é expressivo: aproximadamente 1 em cada 3 beneficiários desta parcela da amostra faz uso combinado.

Reitera-se mais uma vez que as escolas devem estar preparadas para realizar um acompanhamento mais cuidadoso para com esses estudantes como já observado em relação àqueles alunos que necessitam usar de forma contínua medicamentos e/ou alimentos especiais.

**TABELA 9**  
Beneficiários que precisam fazer uso contínuo de produtos descartáveis e equipamentos, em número absoluto e porcentagem sobre a base respondente

Equipamentos	Beneficiários	
	Nº Absoluta	%
Vestimenta com tecido ou modelagem especial	10	3
Móveis e utensílios	86	27
Instrumentos adaptados para alimentação e higiene pessoal	67	21
Fraldas descartáveis	255	79
Outros	49	15

Índice de multiplicidade: 1,4

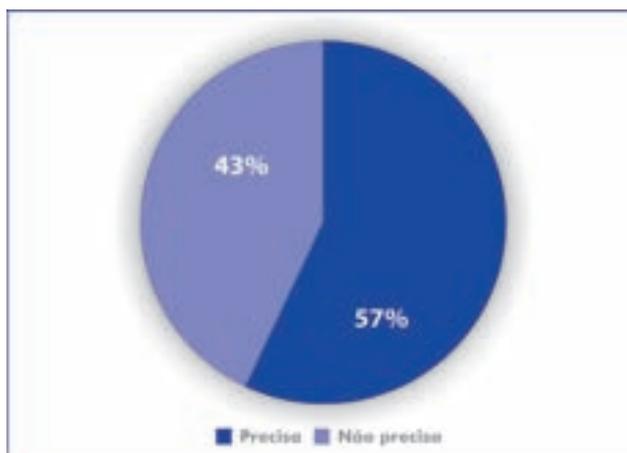
Base respondente: 324

Base da amostra: 730

## Cadeira de rodas, próteses, órteses e outros equipamentos de uso diário

Além de produtos descartáveis, 57% dos beneficiários precisam fazer uso diário de algum equipamento especial ou produto de apoio.

**FIGURA 3**  
Percentual de beneficiários que fazem uso diário de equipamentos



Dos que fazem uso diário de produtos de apoio e equipamentos, destacam-se aqueles que usam cadeira de rodas com ou sem assento sanitário, 69% ou 289 beneficiários. Sublinha-se que esses beneficiários fazem, em média, uso diário de um produto ou equipamento freqüentemente acompanhado de outro, segundo o índice de multiplicidade alcançado: 1,9.

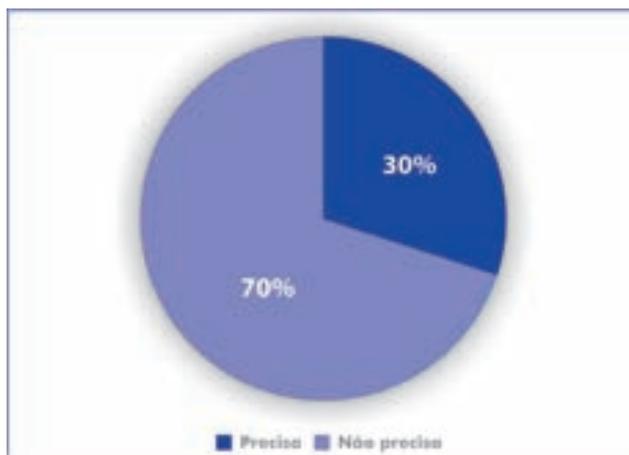
**TABELA 10**  
Produtos e equipamentos utilizados diariamente pelos beneficiários, em número absoluto e porcentagem sobre a base respondente

Produtos	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Cadeira de rodas	212	51
Cadeira de rodas com assento sanitário	77	18
Bengala	7	2
Muleta	20	5
Bengala articulada	6	1
Andador	26	6
Coletor urinário	6	1
Órtese para coluna	17	4
Órtese para membros superiores	43	10
Órtese para membros inferiores	98	24
Prótese para membro superiores	14	3
Prótese para membro inferiores	40	10
Aparelho auditivo	39	9
Implante coclear	3	1
Prótese ocular	6	1
Óculos e ou lentes de contato	135	31
Lupas	6	1
Outros	36	9

Base respondente: 417  
Índice de multiplicidade: 1,9  
Base da amostra: 730

Parcela da amostra que faz uso de produtos de apoio e equipamentos diários, 30% necessitam usar órteses e próteses.

**FIGURA 4**  
Porcentagem de beneficiários que usam órteses e próteses



O SUS é alternativa de aquisição de próteses e órteses para 25,2% dos beneficiários. As doações em geral somam 43,6%.

Outras fontes para aquisição também têm grande destaque nas menções - 42,2%.

TABELA 11

Lugar de aquisição das órteses e próteses pelos beneficiários, em número absoluto e porcentagem sobre a base respondente

Lugar de aquisição	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
No SUS	55	25,2
Doação de alguma pessoa	30	13,8
Doação de instituição	65	29,8
Compra em outro lugar	92	42,2
Outra forma de aquisição	5	2,3

Base respondente: 218  
Índice de multiplicidade: 1,1  
Base da amostra: 730

## Necessidade de acompanhamento de profissionais da saúde

Quase todos os beneficiários da amostra necessitam do acompanhamento de profissionais da Saúde, 97%.

São três os profissionais mais procurados: os neurologistas que alcançaram 62% dos beneficiários; os dentistas que registraram 57%; e os pediatras com 54% das menções.

Ressalta-se que o acompanhamento nunca se faz isoladamente, o mesmo beneficiário se faz acompanhar por pelo menos três profissionais de diferentes especialidades, como mostra o alto índice de multiplicidade alcançado: 3,6.

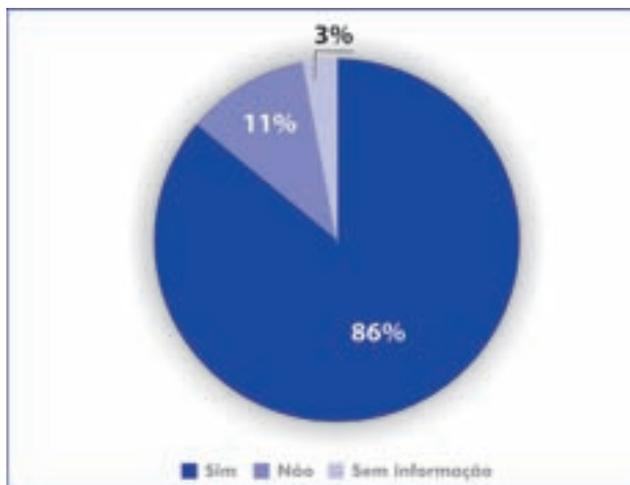
TABELA 12  
Beneficiários que precisam de acompanhamento de profissionais de saúde, em número absoluto e porcentagem

Profissionais de saúde	Número de entrevistados	
	Nº Absoluto	%
Clinico geral	231	33
Pediatra	383	52
Psiquiatra	184	25
Neurologista	441	60
Ortopedista	279	38
Oftalmologista	289	40
Otorrinolaringologista	202	28
Dentista	404	55
Outros	196	27
Não precisa	24	3

Índice de multiplicidade: 3,6  
Base da amostra: 730

Este acompanhamento é afirmativamente realizado para 86% dos beneficiários pesquisados. E para 80% deles o acompanhamento é feito no SUS.

FIGURA 5  
Percentual de beneficiários que necessitam de acompanhamento e o realizam



Na verdade, os beneficiários com deficiências trazem demandas múltiplas para o sistema de saúde, tanto do ponto de vista das especialidades, quanto medicamentos, suplementos nutricionais, equipamentos diários ou produto de apoio.

TABELA 13  
Lugar aonde os beneficiários realizam o acompanhamento, em número absoluto e porcentagem sobre a base respondente

Lugar do acompanhamento	Absoluto	%
SUS	498	80
Convênio	68	11
Particular	26	4
Outros	87	14

Base respondente: 623  
Índice de multiplicidade: 1,1  
Base da amostra: 730

Cabe o registro que, em função do baixo índice de multiplicidade - 1,1 -, é improvável que o beneficiário alterne o SUS com outras alternativas para a realização do acompanhamento.

## Necessidade de algum tipo de reabilitação

Dos beneficiários da amostra, 85% necessitam de algum tipo de reabilitação. A área

de Fonoaudiologia foi a mais citada: 63% a utilizam para reabilitação. A Fisioterapia, a Psicologia e a Terapia Ocupacional também foram tipos de reabilitação com registros significativos. A despeito das frequências obtidas por estas áreas, os beneficiários, segundo o índice de multiplicidade (2,2), participam em média de duas áreas para a reabilitação.

**TABELA 14**  
Tipos de reabilitação realizados pelos beneficiários, em número absoluto e porcentagem sobre a base respondente

Tipo	Nº Absoluto	%
Terapia ocupacional	278	45
Fonoaudiologia	392	63
Fisioterapia	332	53
Psicologia	290	47
Reabilitação profissional	9	1
Outros	71	11
Não precisa de reabilitação	108	15
<b>Total</b>	<b>1.372</b>	

Índice de multiplicidade: 2,2  
Base respondente: 622

É importante salientar que, apesar da observação da necessidade, 34% dos beneficiários não fazem as terapias que necessitam. Se somarmos este percentual àqueles que realizam apenas parte das terapias de que necessita, o número de beneficiários que deixam de realizar terapias necessárias aumenta para mais da metade da amostra (52%).

**FIGURA 6**  
Percentual de beneficiários que realizam ou não as terapias que necessitam



Dos que fazem as terapias, 53% as fazem no SUS. O setor privado (seja convênio ou particular) é responsável por 20% dos casos e outras alternativas 32%.

**TABELA 15**  
Lugar aonde os beneficiários realizam as terapias, em número absoluto e porcentagem sobre a base respondente

Lugar	Nº Absoluto	%
Pelo SUS	216	58
Por convênio	29	8
Particular	45	12
Outros	118	32
<b>Total</b>	<b>408</b>	

Índice de multiplicidade: 1,1  
Base respondente: 370  
Base da amostra: 730

## Relações institucionais

Da lista de serviços públicos acessados pelos beneficiários da pesquisa, os serviços ofertados pela Saúde foram os mais citados, principalmente os postos de saúde do SUS, seguido pela visita do Agente Comunitário de Saúde. Da Assistência Social, o mais citado foi o CRAS, acessado por 12% dos beneficiários da pesquisa.

O mesmo ocorre quando se trata da família do beneficiário, os seus membros, quando acessam os serviços públicos, também o fazem de forma intensa em relação aos postos de saúde do SUS. Na área da Assistência Social, são também os CRAS os mais visitados.

**TABELA 16**  
Serviços públicos acessados pelos beneficiários, em número absoluto e porcentagem

Serviços	Nº Absoluto	%
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	83	12
CREAS - Centro de Referência Especializada da Assistência Social	1	0
Ação sócio educativa e de convivência	18	3
Inclusão produtiva	1	0
Centro - dia	3	0
Atendimento domiciliar	27	4
Serviços de reabilitação na comunidade	16	2
Posto de saúde do SUS	613	92
Visita do agente comunitário de saúde	188	28
CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial	33	5
Ambulatório Especializado em Saúde Mental	29	4
Serviço de reabilitação física do SUS	1	0
Serviço de reabilitação auditiva do SUS	17	3
Serviço de reabilitação visual do SUS	21	3
Serviço de atendimento para deficiência mental no SUS	45	7
Serviço de reabilitação profissional no INSS	2	0
Outros	81	12
Não tem acesso a nenhum serviço	61	8
<b>Total</b>	<b>1304</b>	

Índice de multiplicidade: 1,1  
Base respondente: 669  
Base da amostra: 730

TABELA 17  
Serviços públicos  
acessados pelos  
familiares dos  
beneficiários,  
em número  
absoluto e  
porcentagem

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	78	12
Ação sócio educativa e de convivência	9	1
Inclusão produtiva	1	0
Centro - dia	1	0
Atendimento domiciliar	15	2
Serviços de reabilitação na comunidade	6	1
Posto de saúde do SUS	606	90
Visita do agente comunitário de saúde	166	25
CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial	13	2
Ambulatório Especializado em Saúde Mental	10	1
Serviço de reabilitação física do SUS	6	1
Serviço de reabilitação auditiva do SUS	2	0
Serviço de reabilitação visual do SUS	1	0
Serviço de atendimento para deficiência mental no SUS	4	1
Serviço de reabilitação profissional no INSS	1	0
Outros	46	7
A família do(a) beneficiário(a) não tem acesso a nenhum serviço	59	8
<b>Total</b>	<b>965</b>	

Índice de multiplicidade: 1,4  
Base respondente: 671  
Base da amostra: 730

## Programas de transferência de renda

Além dos beneficiários que estão presentes nesta pesquisa, 31% dos seus familiares recebem algum tipo de benefício de programa de transferência de renda. Desses, quase a metade, ou 49%, recebem benefícios do "Bolsa-Família". A alternativa "outro" obteve frequência significativa, 19%. Nesta, foram incorporados os benefícios oriundos de instituições de caráter assistencialista e Igrejas.

De qualquer maneira, os maiores impactos ficaram por conta dos programas de transferência de renda dos três entes: municipal, estadual e federal. Não há multiplicidade nas respostas, sugerindo a provisão de apenas 1 tipo de benefício para os familiares, excluindo hipóteses de sobreposição.

TABELA 18  
Outros membros das  
famílias dos  
beneficiários que  
receberam benefícios  
de programas de  
transferência de renda,  
em número absoluto e  
porcentagem

Benefício	Nº Absoluto	%
Bolsa Família	110	48,89
BPC - Idoso	7	3,11
BPC - Pessoa com deficiência	24	10,67
Renda Mensal Vitalícia	4	1,78
PETI	1	0,44
Bolsa Jovem	1	0,44
Bolsa Escola Municipal	4	1,78
Transferência de renda municipal/estadual	24	10,67
Outro	43	19,11

Base respondente: 225  
Base da amostra: 730

## Serviços de defesa de direitos

A utilização desse tipo de serviço foi feita por menos da metade dos entrevistados definidos pela amostra, ou 46%. Ainda assim é um número expressivo de entrevistados que disseram já ter ido buscar esse tipo de serviço. Desses, 43% dirigiram-se ao Conselho Tutelar em busca da defesa de seus direitos.

TABELA 19  
Serviços de defesa utilizados pelos beneficiários, em número absoluto e em porcentagem sobre a base respondente

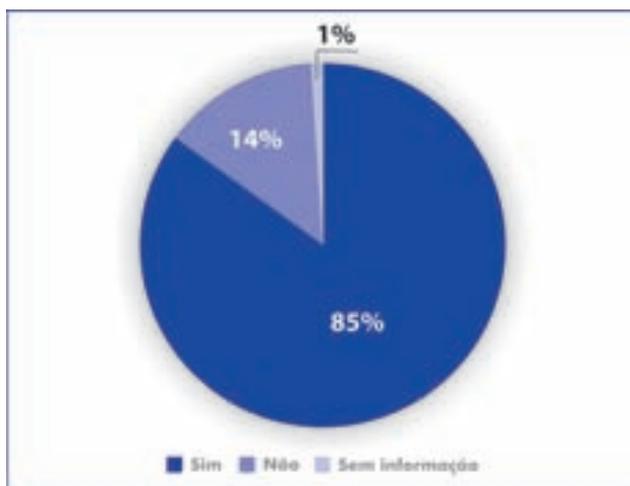
Serviços	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Conselho Tutelar	145	43
Ministério Público	42	12
Fóruns	102	30
Defensoria Pública	29	9
Conselho de Direitos das Pessoas com Deficiência	13	4
Outros	7	2
Nunca utilizou	392	

Base respondente: 338  
Base da amostra: 730

## Transporte público

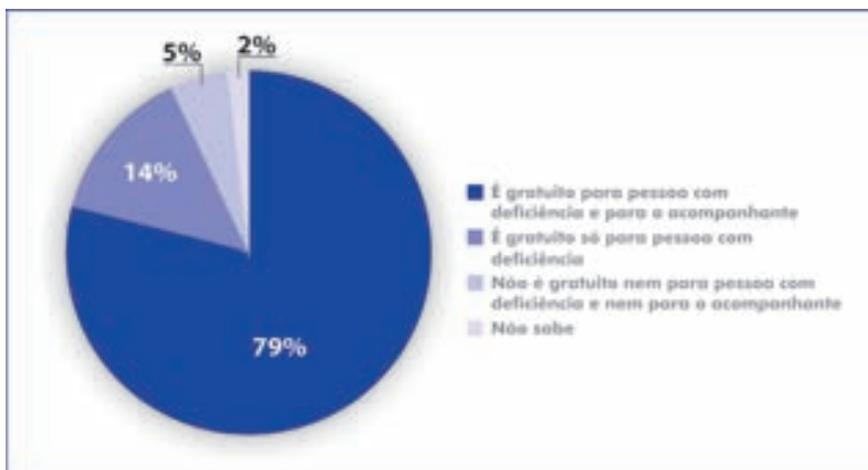
Para a maioria dos beneficiários da amostra o transporte público faz parte do cotidiano de suas vidas, 85% o utilizam.

FIGURA 7  
Percentual de beneficiários que utilizam transporte coletivo



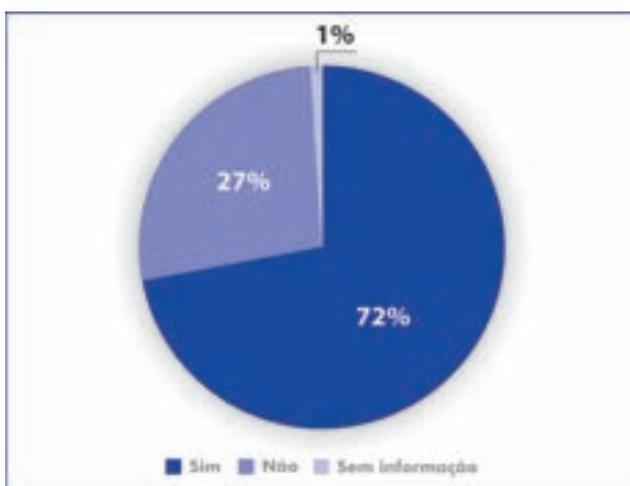
Para 79% dos entrevistados, os beneficiários e acompanhantes não pagam para utilizar o transporte. Já para 14% dos entrevistados, a gratuidade é apenas para as pessoas com deficiência.

FIGURA 8  
Percentual de beneficiários que utilizam gratuitamente transporte coletivo



Outra informação importante diz respeito à adequação do transporte coletivo às necessidades dos beneficiários para que consigam acessá-lo: 72% dos entrevistados disseram que as condições de acessibilidade estão garantidas. De outro lado, para 27% dos entrevistados, o transporte coletivo não está adequado para a acessibilidade dos beneficiários.

FIGURA 9  
Percentual de beneficiários que têm acesso ao transporte coletivo gratuito



## Relações sociais

### Atividades com a família

A maioria dos beneficiários realiza atividades com a família. A principal delas diz respeito à visita aos parentes, com 81% das menções.

A ida a passeios também teve registro importante, assim como ir a festas e ir à igreja.

Todas as alternativas oferecidas pela questão foram mencionadas pela maioria dos entrevistados. Isso é revelador da existência de vida social variada, da qual participam os beneficiários.

TABELA 20  
Atividades dos beneficiários com a família,  
em número absoluto e porcentagem

Atividades	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Ir à casa de parentes	588	81
Ir à igreja	518	71
Ir a festas	529	72
Ir a passeios	576	79
Não vai com a família a lugar nenhum	58	8
<b>Total</b>	<b>2.269</b>	

Índice de multiplicidade: 3,0  
Base da amostra: 730

### Atividades com outras crianças e adolescentes da mesma idade

Essa vida social que o beneficiário tem com a família, também se verifica quando se trata da vida social do beneficiário com indivíduos da sua faixa etária.

Para 63% brincar e/ou se divertir com outras pessoas de sua idade é fato que acontece sempre.

Os demais raramente brincam, divertem-se com seus pares ou por limitações pessoais (15%) ou porque são vistos desta forma pelos possíveis pares (6%).

Os dados sugerem, portanto, que a possibilidade do cotidiano com os deficientes facilita a superação de preconceitos.

Mas esse percentual de 6% indica a importância do trabalho de desconstrução do preconceito do olhar do outro para a pessoa deficiente, ou mesmo de possibilitar ao "outro" conhecer, ter informação sobre as potencialidades da pessoa com deficiência.

**TABELA 21**  
Os beneficiários na relação com as pessoas da mesma idade, em número absoluto e porcentagem

Os beneficiários brincam ou se divertem com pessoas da mesma idade?	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Não, porque não consegue brincar ou se divertir	108	15
Não, porque os outros pensam que ele não consegue brincar ou se divertir	47	6
Sim, raramente	103	14
Sim, sempre	462	63
Sem informação	10	1

Base da amostra: 730

Outro espaço de socialização de função estruturante nas sociedades modernas é a escola. Quantos acessam as escolas? Quantos e quais as razões que impedem o acesso à escola? Essas e outras questões foram respondidas no próximo capítulo da pesquisa: "Diagnóstico (socialização e aprendizagem na escola)".

## Diagnóstico da escola (socialização e aprendizagem)

O número de beneficiários que freqüentam a escola é significativo: 65% da amostra. Por outro lado, as taxas obtidas referentes aos que nunca freqüentaram e aos que já freqüentaram e não o fazem mais incomodam: 19,77% e 14,62%, respectivamente. Somados, chegam a alcançar 1/3 dos beneficiários.

**TABELA 22**  
Cenários de frequência e de não frequência dos beneficiários à escola, em número absoluto e porcentagem

Cenários	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Freqüenta a escola	476	65,18
Nunca freqüentou a escola	144	19,77
Já freqüentou a escola	107	14,62
Sem informação	3	0,43
<b>Base da amostra</b>	<b>730</b>	<b>100,00</b>

## Beneficiários que frequentam a escola

Para a realização da avaliação das escolas frequentadas, excluímos da amostra as escolas particulares e as de caráter filantrópico.

As escolhas das escolas municipais e estaduais se deram em razão da estatística, isto é, 76% da amostra de beneficiários com deficiência frequentam escolas públicas; em segundo lugar, em função dos resultados que servem para (re)direcionar as políticas públicas, em geral, e particularmente as da área educacional.

**TABELA 23**  
Tipo de rede frequentada pelos beneficiários, em número absoluto e porcentagem

Tipo	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Pública	362	76,30
Particular	53	11,30
Filantrópica	57	11,95
Sem informação	4	0,44

**Base respondente:** 476  
**Base da amostra:** 730

Dos beneficiários que estudam em escolas públicas, 64,09% estudam em escolas de responsabilidade do governo municipal, enquanto 35,36% estudam em escolas estaduais.

Houve apenas duas menções sobre beneficiários que estudam em escola de responsabilidade da União.

**TABELA 24**  
Ente responsável pelas escolas públicas frequentadas pelos beneficiários, em número absoluto e porcentagem

Ente	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Município	232	64,09
Estado	128	35,36
União	2	0,55

**Base respondente:** 362  
**Base da amostra:** 730

## Faixa etária e ciclo escolar

A maior parcela dos beneficiários que freqüentam as escolas públicas municipais está na faixa etária de 7 a 11 anos. Estes, somados aos mais jovens (0-6 anos) acompanham os ciclos escolares correspondentes às idades. De outro lado, quanto mais se sobe na escala das idades mais diminui a correspondência entre idade e ciclo. A pesquisa não nos permitiu explicar a correlação entre idade/ciclo frequentado pelos beneficiários.

TABELA 25  
Ano/Ciclo frequentado pelos beneficiários das escolas municipais,  
por faixa etária da amostra e % da defasagem entre ano/ciclo e idade

Ano/Ciclo Escola Municipal	Distribuição etária da amostra, segundo ano/ciclo que está cursando atualmente	Distribuição etária da amostra	% de alunos com defasagem faixa etária X ano/ciclo
Educação infantil	61	51 (0 a 6anos)	19,61
Fundamental de 1ª a 5ª	107	76 (7 a 11 anos)	40,78
Fundamental de 6ª a 9ª	43	49 (12 a 15 anos)	-12,24
Médio de 1ª a 3ª	1	36 (mais de 16 anos)	-97,20

As escolas estaduais recebem majoritariamente os mais velhos, os adolescentes, em função das ofertas de ciclos. Em relação à correspondência idade e ciclo escolar, a situação é semelhante à das escolas municipais: os beneficiários que estão nas faixas mais jovens tendem a freqüentar os ciclos correspondentes, o contrário ocorre quando os beneficiários estão nas faixas mais velhas.

TABELA 26  
Ano/Ciclo frequentado pelos beneficiários das escolas estaduais,  
por faixa etária da amostra e % da defasagem entre ano/ciclo e idade

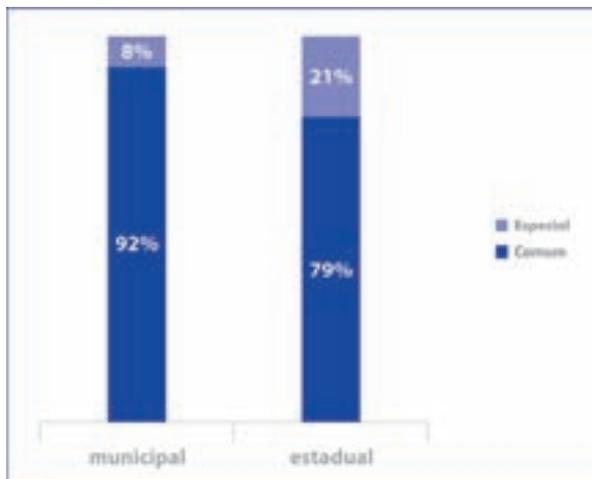
Ano/Ciclo Escola Estadual	Distribuição etária da amostra, segundo ano/ciclo que está cursando atualmente	Distribuição etária da amostra	% de alunos com defasagem faixa etária X ano/ciclo
Educação infantil	2	1 (0 a 6anos)	50,00
Fundamental de 1ª a 5ª	62	34 (7 a 11 anos)	82,35
Fundamental de 6ª a 9ª	14	40 (12 a 15 anos)	-65,00
Médio de 1ª a 3ª	21	24 (mais de 16 anos)	-14,29

## Tipo de classe frequentada: comum ou especial

A maioria dos beneficiários, que estudam nas escolas públicas municipais e estaduais, não está em classes especiais. As poucas classes especiais oferecidas às pessoas com

deficiência têm no Estado a sua maior participação: 21% estudam nessas classes. Enquanto a rede municipal oferece esse serviço para apenas 8% dos beneficiários da amostra.

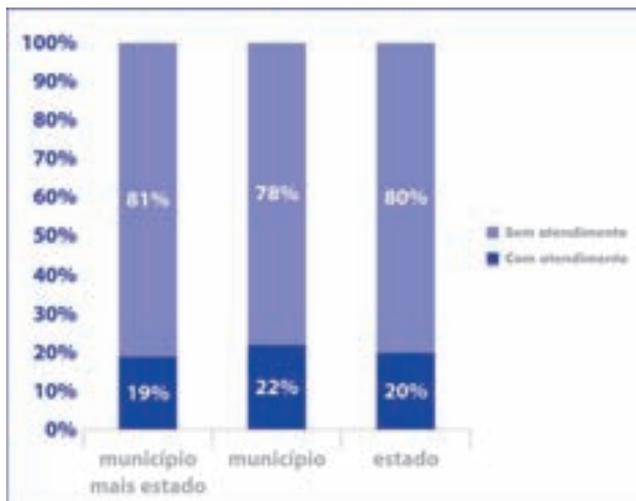
FIGURA 10  
% de beneficiários que estudam em classes comuns e especiais, por ente responsável



Base respondente: Município = 193/Estado= 99  
Base da amostra: 730

Além disso, também é minoritária a parcela daqueles beneficiários que recebem atendimento educacional especializado em turno diferente ao da escolarização. Dos estudantes das municipais, 22% têm esse tipo de atendimento; e, dos estudantes das estaduais, 20%.

FIGURA 11  
% de beneficiários das escolas públicas que estudam em classes comuns e têm ou não atendimento especializado em turno diferente ao da escolarização



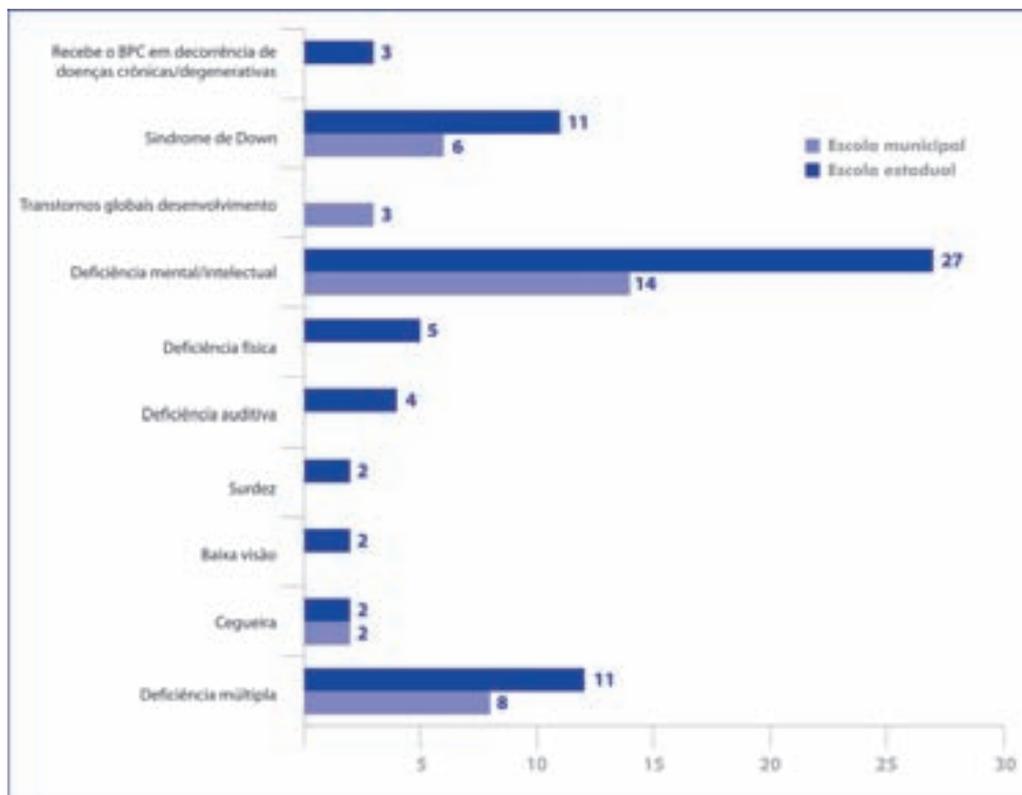
Base respondente: Município = 193/Estado= 99  
Base da amostra: 730

Dos beneficiários que têm atendimento especializado, a maioria está entre aqueles que apresentam deficiência mental/intelectual, deficiência múltipla e síndrome de down, tanto para a rede municipal quanto para a estadual.

Os beneficiários que apresentam deficiência física e auditiva aparecem com destaque apenas na rede pública municipal.

FIGURA 12

% de beneficiários que têm atendimento especializado por tipo de deficiência

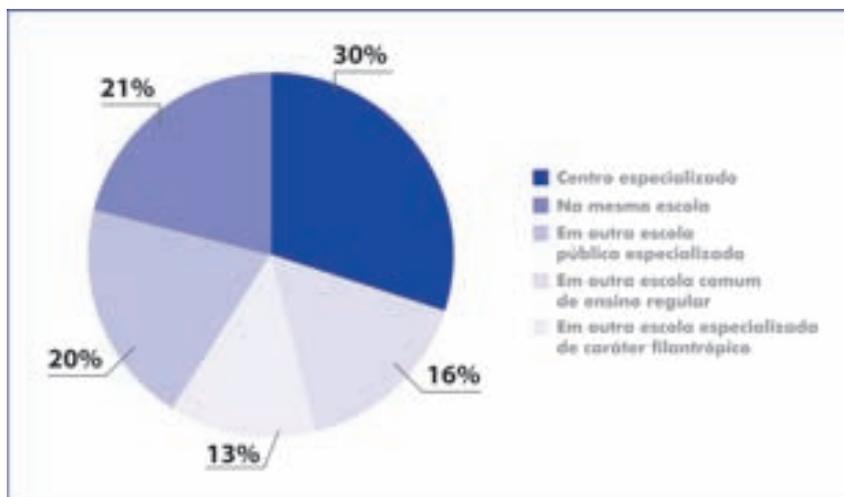


Base respondente: 63

Base da amostra: 730

O lugar mais frequentado pelos beneficiários é o centro especializado, com 30% das menções. Em seguida, estão aqueles que têm atendimento especializado na mesma escola e aqueles que têm atendimento especializado em outra escola pública especializada (como registrado no questionário), com 21% e 20% das menções, respectivamente.

FIGURA 13  
 Percentual de beneficiários das escolas municipais e estaduais,  
 segundo o lugar frequentado para atendimento especializado



Base respondente: 63 Base da amostra: 730

## A presença nas aulas

A maioria dos beneficiários está presente nas aulas de 2ª. a 6ª. feira. As escolas municipais têm 81% dos beneficiários presentes nesses 5 dias. Esse percentual é ainda mais expressivo nas escolas estaduais, 91% têm presença nos 5 dias de aula.

TABELA 27

Dias da semana frequentados pelos beneficiários das escolas municipais e estaduais, em número absoluto e em porcentagem

Dia(s)	Beneficiários			
	Escola Municipal		Escola Estadual	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
1	2	1	1	1
2	9	4	3	2
3	17	7	4	3
4	15	6	4	3
5	188	81	116	91
Sem informação	1	1	-	-
<b>Base respondente</b>	<b>232</b>	<b>100</b>	<b>128</b>	<b>100</b>

Base da amostra: 730

## Tempo gasto da residência até a escola

O tempo gasto da residência até a escola, para a maioria dos beneficiários que estudam nas escolas públicas é até 30 minutos. Dos beneficiários das municipais, 74%

levam esse tempo para chegar às escolas. Dos estaduais, o percentual sobe para 83%. A concentração de respostas no intervalo de menor tempo sugere que a proximidade da escola é uma condição para a frequência do público com deficiência nas instituições de ensino. Ainda assim é bom registrar que 15% a 18% dos beneficiários, das escolas estaduais e municipais respectivamente, têm seu tempo aumentado para "30 minutos à 1 hora".

TABELA 28

Beneficiários das escolas municipais e estaduais segundo o tempo gasto da residência até a escola, em número absoluto e em porcentagem

Tempo	Beneficiários			
	Escola Municipal		Escola Estadual	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
Até 30 minutos	171	74	106	83
Entre 30 min e 1h	42	18	15	12
Entre 1 e 2h	12	5	5	4
Mais de 2h	7	3	2	1

Base respondente: 360  
Base da amostra: 730

Se o tempo da casa até a escola é igual ou inferior aos 30 minutos para a maioria dos beneficiários, concluí-se que esse tempo não significa um fator de agravo no cotidiano dos beneficiários. Essa mesma conclusão se aplica aos acompanhantes desses beneficiários. Esse mínimo na escala do tempo não desgasta ainda mais o acompanhante. É bom registrar que a figura do acompanhante está presente no deslocamento de 72% dos beneficiários que estudam nessas escolas públicas.

TABELA 29

Beneficiários das escolas municipais e estaduais que necessitam de acompanhante, em número absoluto e em porcentagem

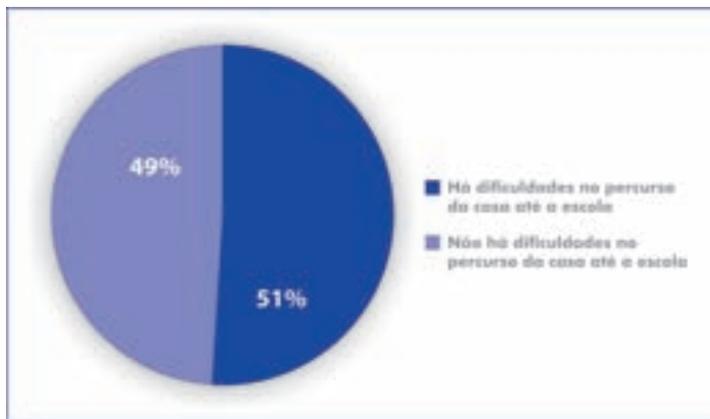
Alternativas	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Não necessita de acompanhante	97	27
Necessita e tem acompanhante	261	72
Necessita e não tem acompanhante	2	1

Base respondente: 360  
Base da amostra: 730

## Avaliação da acessibilidade

No entanto, foi expressivo o percentual de entrevistados que disseram haver muitas dificuldades a serem enfrentadas pelos beneficiários que estudam nas escolas municipais para realizar o percurso das suas respectivas residências até as escolas: 51%.

**FIGURA 14**  
Percentual de beneficiários das escolas municipais que encontram dificuldades no trajeto da residência até a escola



Base respondente: 232 Base da amostra: 730

Para 67%, a maior parte dos beneficiários que estudam nas escolas estaduais, não há dificuldades a serem enfrentadas no trajeto da residência até a escola. Ainda assim, o percentual relativo aos que afirmaram haver dificuldades para a realização do trajeto foi significativo: 33%. A redução do índice que enfrenta dificuldades no trajeto, da escola municipal para a estadual, está provavelmente associada à faixa etária (mais elevada nas escolas estaduais) e possivelmente se relaciona também a um comprometimento menor dos beneficiários com deficiência.

**FIGURA 15**  
Percentual de beneficiários das escolas estaduais que encontram dificuldades no trajeto da residência até a escola



Base respondente: 128 Base da amostra: 730

Dos entrevistados, responsáveis pelos beneficiários que estudam em escolas municipais, que afirmaram haver dificuldades do trajeto da casa até a escola, 34% elegeram as calçadas como o lugar das dificuldades. Muito de perto aparece, com 33%, a rua. Tanto "as calçadas" quanto "as ruas" também aparecem com percentuais muito próximos quando a avaliação se faz por tipo de deficiência: para os beneficiários com deficiência múltipla, deficiência física e síndrome de down "as calçadas" assumem a primeira posição; para os beneficiários com deficiência mental/intelectual "as ruas" tomam o lugar das primeiras.

TABELA 30

Lugares que apresentam dificuldades segundo os entrevistados cujos beneficiários estudam nas escolas municipais, por tipo de deficiência, em número absoluto e em porcentagem

Lugares que apresentam dificuldades	Nº de beneficiários das escolas municipais por tipo de deficiência com maior número de menções									
	Múltipla		Física		Mental/Intelectual		Down		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Nas ruas	21	30	18	32	12	39	10	37	61	33
Nas calçadas	24	34	19	33	9	29	12	44	64	34
No transporte	14	20	9	16	6	20	2	7	31	17
Na sinalização	9	13	7	12	2	6	1	5	19	10
Outra	3	3	4	7	2	6	2	7	11	6
Total	71	100	57	100	31	100	27	100	186	100
Base respondente		36		24		16		14		90
Índice de multiplicidade		1,97		2,34		1,93		1,93		2,0

Base da amostra: 730

Os dados sugerem as mesmas tendências para os alunos beneficiários das escolas estaduais. A insuficiência de infraestrutura das calçadas (estreitas, sem guia rebaixada, sem pavimentação etc.) e a "rua" (sem pavimentação, sem sinalização, estreitas para o tráfego de automotivos etc.) não permitiu uma avaliação mais precisa sobre o tipo de dificuldade enfrentada para indicação de melhoria de política pública.

TABELA 31

Lugares que apresentam dificuldades segundo os entrevistados cujos beneficiários estudam nas escolas estaduais, por tipo de deficiência, em número absoluto e em porcentagem

Lugares que apresentam dificuldades	Nº de beneficiários das escolas estaduais por tipo de deficiência com maior número de menções									
	Múltipla		Física		Mental/Intelectual		Down		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Nas ruas	8	36	13	35	6	32	-	-	27	33
Nas calçadas	5	23	15	41	7	36	3	75	30	37
No transporte	4	18	4	11	3	16	-	-	11	13
Na sinalização	2	9	3	8	2	11	1	25	8	10
Outra	3	14	2	5	1	5	-	-	6	7
Total	22	100	37	100	19	100	4	100	82	100
Base respondente		11		19		15		3		48
Índice de multiplicidade		2,0		2,0		1,3		1,3		1,7

Base da amostra: 730

As sugestões apresentadas pelos entrevistados (tabelas 32 e 33) ajudam a qualificar as dificuldades encontradas nas ruas e nas calçadas. Com efeito, ao sugerirem a "pavimentação das ruas", 23% das menções, eles apontam para a questão central que é a ausência de ruas pavimentadas para poderem acessar a escola com o mínimo de conforto. Em segundo lugar vem a sugestão de "rebaixar as guias", com 21% das menções, para poder acessar as calçadas sem exigir esforços em demasia para o beneficiário e para o acompanhante.

TABELA 32

Lista de sugestões apresentadas pelos entrevistados cujos beneficiários estudam em escolas municipais, por tipo de deficiência, em número absoluto e em porcentagem

Sugestões para a superação das dificuldades	Nº de beneficiários das escolas municipais por tipo de deficiência com maior número de menções									
	Múltipla		Física		Mental/Intelectual		Down		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Rampa	14	17	13	21	6	17	4	17	37	18
Guia rebaixada	18	22	16	25	5	14	4	17	43	21
Pavimentação da rua	20	24	13	21	10	29	5	21	48	23
Pavimentação da calçada	10	12	4	6	1	3	4	17	19	9
Semáforo sonoro	3	4	2	3	1	3	1	4	7	3
Transporte apropriado	14	17	10	16	6	17	2	8	32	16
Outra	4	5	5	8	6	17	4	17	19	9
Total	83	100	63	100	35	100	24	100	205	100
Base respondente	36		24		16		14		90	
Índice de multiplicidade	2,3		2,6		2,2		1,7		2,3	

Base da amostra: 730

Da mesma forma, 18% das menções sugerem substituir escadas por rampas ou construir rampas coexistindo com escadas. São medidas muitas vezes viáveis e simples, não onerosas em demasia que podem ser tomadas no sentido de facilitar o deslocamento dessa população.

TABELA 33

Lista de sugestões apresentadas pelos entrevistados cujos beneficiários estudam em escolas estaduais, por tipo de deficiência, em número absoluto e em porcentagem

Sugestões para a superação das dificuldades	Nº de beneficiários das escolas estaduais por tipo de deficiência com maior número de menções									
	Múltipla		Física		Mental/Intelectual		Down		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Rampa	4	18	10	23	3	16	0	0	17	19
Guia rebaixada	3	14	8	18	2	11	1	33	14	16
Pavimentação da rua	6	27	10	23	6	32	1	33	23	26
Pavimentação da calçada	2	9	8	18	2	11	1	33	13	15
Semáforo sonoro	1	5	2	5	0	0	0	0	3	3
Transporte apropriado	4	18	5	11	3	16	0	0	12	14
Outra	2	9	1	2	3	16	0	0	6	7
Total	22	100	44	100	19	100	3	100	88	100
Base respondente	11		19		15		3		48	
Índice de multiplicidade	2,0		2,3		1,3		1,0		1,8	

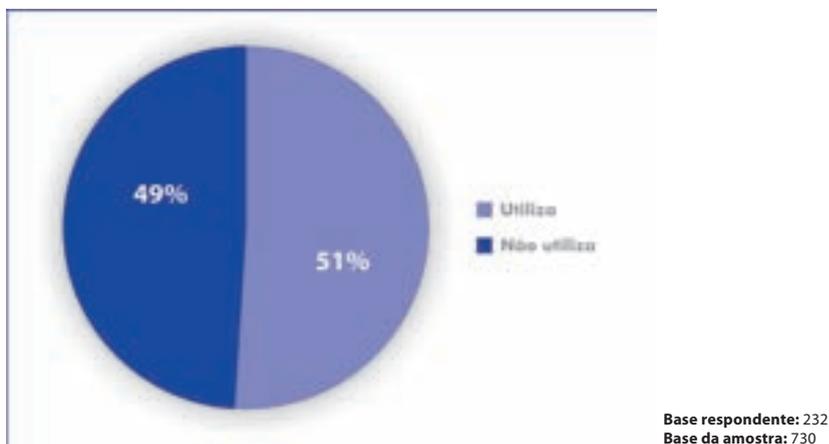
Base da amostra: 730

## Avaliação do transporte

### Quantos utilizam

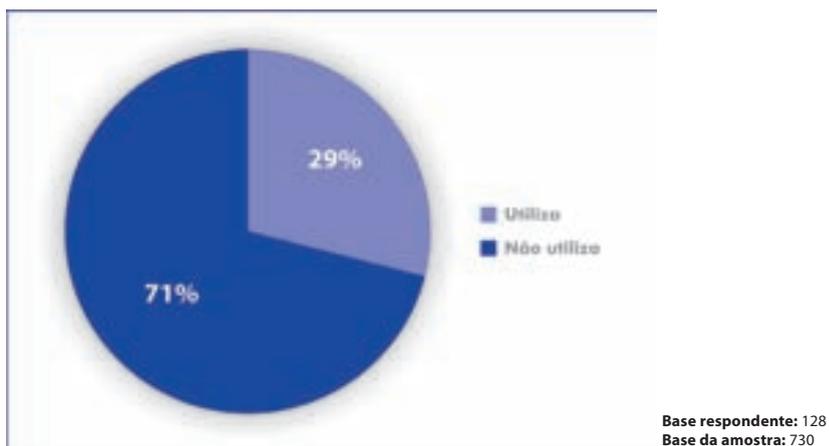
Dos beneficiários que estudam nas escolas municipais, segundo os entrevistados, 51% precisam do transporte público para ir às escolas. A outra metade provavelmente mora próxima às escolas.

FIGURA 16  
Percentual de beneficiários das escolas municipais que utilizam o transporte coletivo



Já, para aqueles que estudam em escolas estaduais, o percentual de beneficiários que não necessitam do transporte público para acessar as escolas alcança 71%, uma ampla maioria que provavelmente vive com o equipamento escolar muito próximo de sua residência. Esta conclusão é reiterada com a informação de que para a maior parte destes beneficiários o tempo gasto da residência até a escola não ultrapassa os 30 minutos.

FIGURA 17  
Percentual de beneficiários das escolas estaduais que utilizam o transporte coletivo



## Transporte público apropriado

Os ônibus, quando utilizados pelos beneficiários das escolas municipais fazem parte do sistema de transporte da PMSF (93%). Para a maioria, ou 86%, o transporte oferecido atende às necessidades da demanda, são veículos bem adaptados.

FIGURA 18  
Percentual de beneficiários que utilizam transporte público apropriado

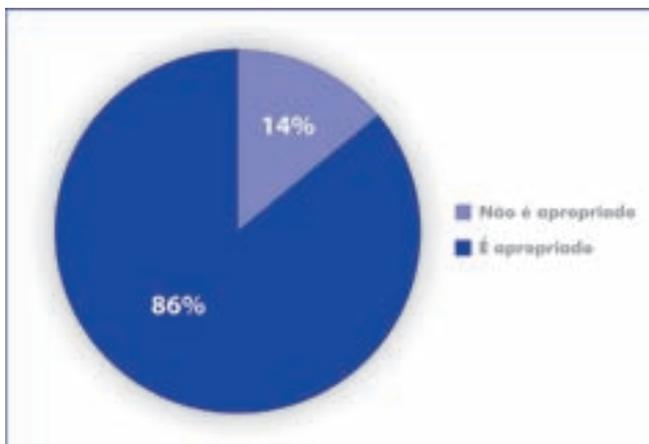


TABELA 34  
Natureza do transporte utilizado pelos beneficiários, em número absoluto e em porcentagem

Natureza	Beneficiários que frequentam as escolas municipais e utilizam transporte	
	Nº Absoluto	%
Particular	1	1
Da Prefeitura	105	93
Do Estado	-	-
De instituição filantrópica	7	6
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100</b>

Base respondente: 113  
Base da amostra: 730

Para a maior parte dos beneficiários que estudam em escolas estaduais, a avaliação da adequação do transporte público também foi positiva: 76% dos entrevistados disseram que os veículos são apropriados para o transporte dos beneficiários.

Parcela significativa desse conjunto, 43%, utiliza transporte coletivo oferecido por instituições filantrópicas, superando o percentual de 38% relativo aos beneficiários que utilizam os veículos de natureza estatal.

FIGURA 19  
 Percentual de beneficiários que estudam em escolas estaduais e utilizam transporte público apropriado

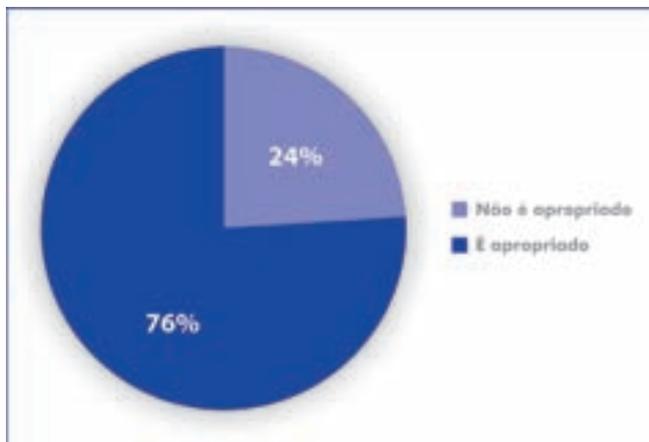


TABELA 35  
 Natureza do transporte utilizado pelos beneficiários, em número absoluto e em porcentagem

Natureza	Beneficiários que frequentam as escolas estaduais e utilizam transporte	
	Nº Absoluto	%
Particular	1	3
Da Prefeitura	14	38
Do Estado	6	16
De instituição filantrópica	15	41
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100</b>

Base respondente: 37  
 Base da amostra: 730

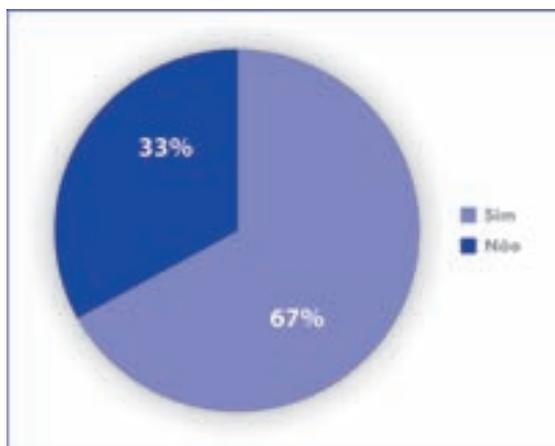
## Avaliação da infraestrutura

### Recursos Humanos

Da parcela de beneficiários que estuda em escola municipal, 67% necessitam de apoio de profissionais para poder dar conta das suas necessidades na vida cotidiana. A mesma necessidade vai se colocar para 51% dos beneficiários que frequentam as escolas estaduais.

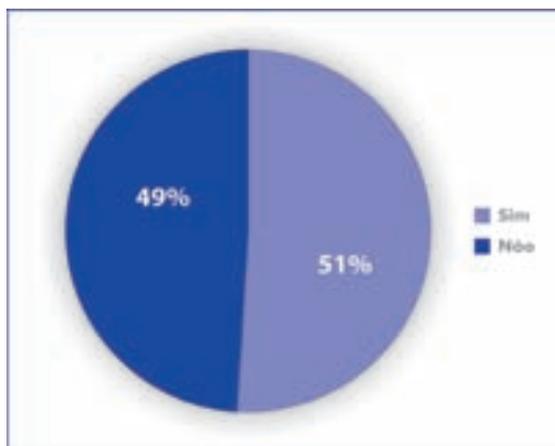
Como vimos anteriormente parte significativa deles precisa, por exemplo, tomar medicamentos de uso contínuo, usar produtos descartáveis como fraldas etc. e a presença de um profissional para apoiá-los com prontidão é fundamental para poderem realizar suas atividades de forma adequada nas instituições de ensino.

FIGURA 20  
Percentual de beneficiários que estudam em escolas municipais e necessitam de profissional de apoio



Base respondente: 181  
Base da amostra: 730

FIGURA 21  
Percentual de beneficiários que estudam em escolas estaduais e necessitam de profissional de apoio



Base respondente: 111  
Base da amostra: 730

As escolas municipais e estaduais não oferecem profissionais de apoio para a grande maioria dos beneficiários que deles necessitam. A situação das municipais aponta que 60% dos beneficiários não contam com profissionais de apoio e nas estaduais esse índice é de 79%.

Analisadas a partir das categorias de deficiência, as pessoas com deficiência física que estudam nas escolas municipais apresentaram o maior percentual de carência: para 71% as suas escolas não oferecem esse profissional.

TABELA 36  
Beneficiários das  
escolas municipais  
que contam com  
profissional de apoio

Existe profissional de apoio?	Nº de beneficiários das escolas municipais por tipo de deficiência com maior número de menções									
	Múltipla		Física		Mental/ intelectual		Down		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Não	32	56	33	71	27	59	16	48	108	60
Não sabe	1	4	2	5	3	6	1	4	7	4
Sim	23	40	11	24	16	35	16	48	66	36
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>33</b>	<b>100</b>	<b>181</b>	<b>100</b>

Base respondente: 181  
Base da amostra: 730

TABELA 37  
Beneficiários das  
escolas estaduais  
que contam com  
profissional de apoio

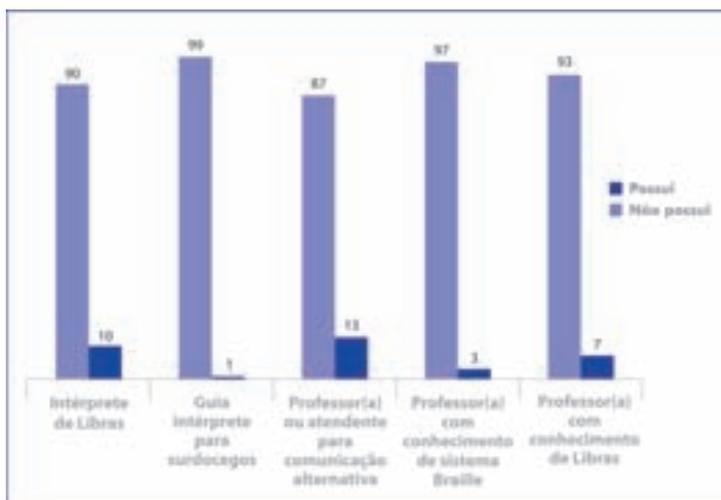
Existe profissional de apoio?	Nº de beneficiários das escolas estaduais por tipo de deficiência com maior número de menções									
	Múltipla		Física		Mental/ intelectual		Down		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Não	19	79	28	78	34	87	7	58	88	79
Não sabe	2	8	3	8	4	10	-	-	9	8
Sim	3	13	5	14	1	3	4	33	13	12
Sem informação	-	-	-	-	-	-	1	9	1	1
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>100</b>	<b>39</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>100</b>	<b>111</b>	<b>100</b>

Base respondente: 111  
Base da amostra: 730

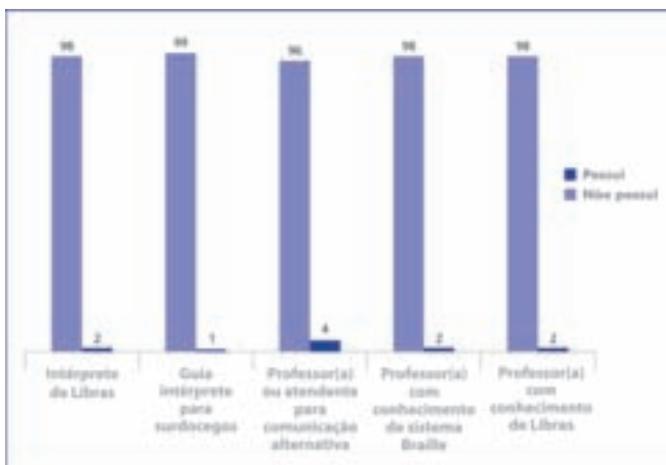
## Outros recursos humanos

A pesquisa revela que a cobertura de outros recursos humanos das escolas públicas municipais e estaduais se mostra insuficiente para atender as necessidades dos beneficiários.

FIGURA 22  
Percentual de cobertura de outros recursos humanos, escolas municipais



**FIGURA 23**  
 Percentual de cobertura de outros recursos humanos, escolas estaduais

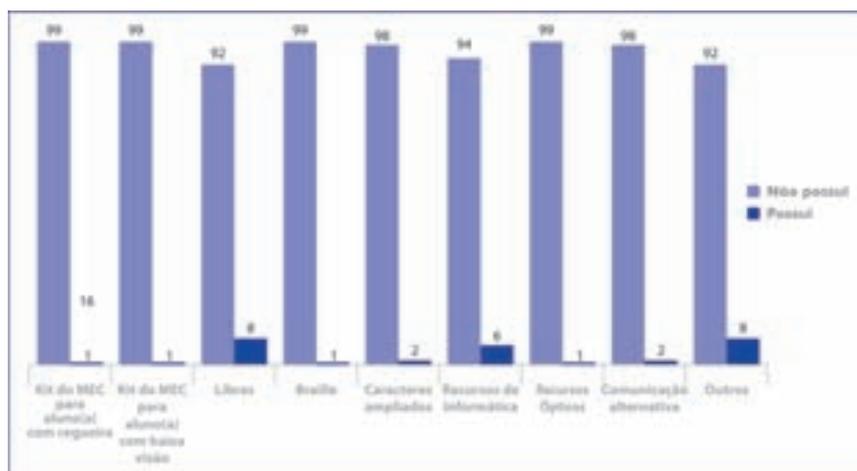


Base respondente: 128  
 Base da amostra: 730

## Recursos pedagógicos

Conforme demonstra o gráfico, em relação à cobertura dos recursos pedagógicos para a realização do processo de aprendizagem, a grande maioria não possui esses recursos, tanto as escolas municipais quanto as escolas estaduais.

**FIGURA 24**  
 Percentual de cobertura de recursos pedagógicos, escolas municipais



Base respondente: Municipal - 232 Estadual - 128  
 Base da amostra: 730

## Recursos mobiliários

Se for possível algum regozijo frente a um quadro de tanta carência, este está na adequação dos recursos mobiliários às necessidades das crianças e adolescentes com deficiência. Segundo a maioria, 63% dos beneficiários das escolas municipais e 57% dos beneficiários das escolas estaduais, os mobiliários das escolas são adequados, não causam quaisquer tipos de barreiras. Contudo, sem muito alarde, é preciso alguma cautela.

Percentuais significativos de desagravo com o mobiliário foram registrados, notadamente os mobiliários das escolas estaduais que para 32% dos entrevistados deixam a desejar.

FIGURA 25  
Percentual de recursos mobiliários, escolas municipais

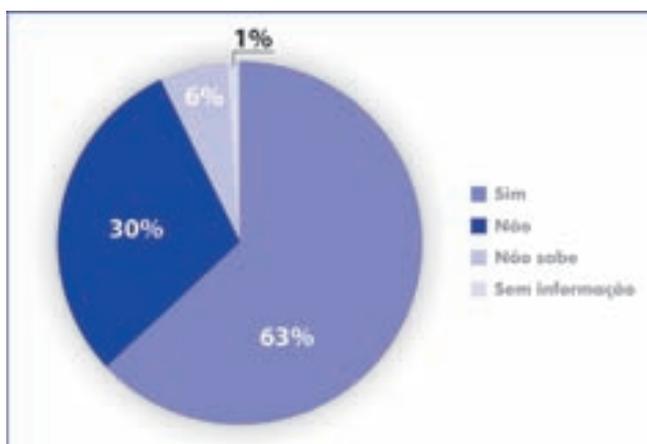
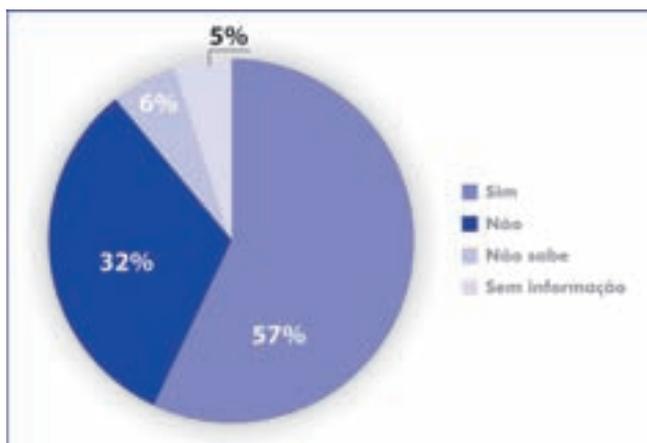


FIGURA 26  
Percentual de recursos mobiliários, escolas estaduais

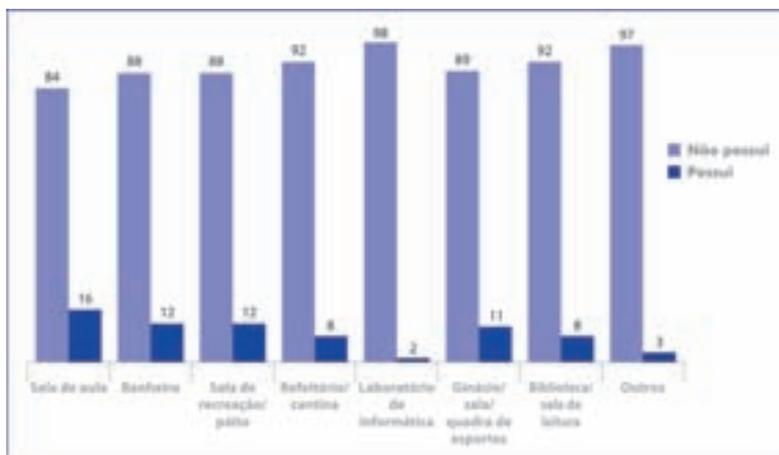


## Barreiras físicas de acesso aos vários ambientes

As escolas públicas maciçamente não oferecem quaisquer tipos de barreiras físicas que possam impedir o acesso dos beneficiários aos seus vários ambientes.

As queixas, quando existem, se referem principalmente às salas de aula (16%), um pouco distantes ficaram os banheiros, as salas de recreação e o ginásio de esportes.

FIGURA 27  
Percentual de existência de barreira físicas, escolas municipais e estaduais



## Beneficiários que nunca frequentaram a escola

O percentual de beneficiários que nunca frequentaram a escola é de quase 20%. Se ponderarmos essa taxa frente ao universo, o número absoluto de crianças e adolescentes que ainda não conquistaram o direito básico de frequentar a escola pode chegar a mais de 2.800. Mas por que isso acontece? Quais as razões que levam essas famílias ao não cumprimento de um dever básico? O que dizem os responsáveis por estas crianças e adolescentes?

TABELA 38  
Cenários de frequência e de não frequência dos beneficiários a escola, em número absoluto e porcentagem

Cenários	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Frequenta a escola	476	65,18
Nunca frequentou a escola	144	19,77
Já frequentou a escola	107	14,65
Sem informação	3	0,43
<b>Base da amostra</b>	<b>730</b>	<b>100,00</b>

## Posicionamento da família

Ao ser questionada sobre o cumprimento deste dever, a maioria, 56%, afirma que esses beneficiários devem freqüentar a escola.

Esse percentual é superado em muito pelos entrevistados cujos beneficiários apresentam deficiência física, mental/intelectual e síndrome de down. A exceção fica por conta daqueles cujos beneficiários têm deficiência múltipla: 58% afirmam que eles não devem freqüentar a escola.

Se os percentuais daqueles que entendem que esses beneficiários devam freqüentar as escolas são tão expressivos, por que não o fazem? Não temos as respostas.

As razões foram perguntadas somente para aqueles que não entendem ser conveniente a freqüência às instituições escolares dos beneficiários a eles ligados.

TABELA 39

Posicionamento da família frente ao dever ou não frequentar a escola, por tipo de deficiência, em número absoluto e em porcentagem

Posicionamento	Nº de beneficiários que nunca frequentaram escola, por tipo de deficiência com maior número de menções									
	Múltipla		Física		Mental/Intelectual		Down		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Deve frequentar a escola	29	42	11	73	25	69	6	86	71	56
Não deve frequentar a escola	39	58	4	27	11	31	1	14	55	44
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>126</b>	<b>100</b>

Base respondente: 126

Base da amostra: 730

A principal razão apresentada por 44% deste grupo de entrevistados é que as crianças e adolescentes com deficiência não têm condições de aprender.

De onde tiraram essa conclusão? Ainda que não explorada pelo questionário, é importante sublinhar que, segundo os dados da tabela 40, 77% dos entrevistados que assim pensam são responsáveis pelos beneficiários que têm deficiência múltipla.

De alguma forma, a condição destes beneficiários pode estar pesando bastante nesta afirmação. Isto pode ter gerado desalento maior e ter ajudado a promover julgamentos

apressados sobre o futuro dos seus filhos. São casos mais complexos que merecem intervenções urgentes por parte do poder público.

TABELA 40

Razões da família porque os beneficiários não devem frequentar a escola, por deficiência, em número absoluto e em porcentagem

Razões	Nº de beneficiários que nunca frequentaram escola por tipo de deficiência com maior número de menções									
	Múltipla		Física		Mental/Intelectual		Down		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
A criança não tem condições de aprender	34	77	3	7	7	16	-	-	44	100
Temer que a criança seja discriminada	4	44	1	11	3	33	1	11	9	100
Temer que a criança sofra violência	5	50	1	10	4	40	-	-	10	100
Não tem como levar a criança à escola	3	43	1	14	3	43	-	-	7	100
Não tem quem acompanhe a criança na escola	3	38	1	13	4	50	-	-	8	100
Necessita materiais que não tem condições comprar	-	-	-	-	1	100	-	-	1	100
Outras razões	7	50	-	-	7	50	-	-	14	100
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>7</b>	<b>29</b>	<b>1</b>	<b>93</b>					

Índice de multiplicidade: 1,7 Base respondente: 55 Base do filtro: 144 Base da amostra: 730

## Histórico da família procurando escola

Das famílias dos beneficiários que nunca frequentaram escolas, 55% já procuraram as escolas para tentar realizar a matrícula dos seus filhos. Principalmente aquelas famílias cujos filhos têm deficiência física, mental/intelectual e síndrome de down. Aquelas cujos filhos têm deficiência múltipla registraram o menor percentual: 46%, reiterando a maior dificuldade desses pais em se mobilizar para garantir o acesso dos seus filhos à escola.

TABELA 41

Famílias que procuram a escola para matricular os beneficiários por tipo de deficiência, em número absoluto e em porcentagem

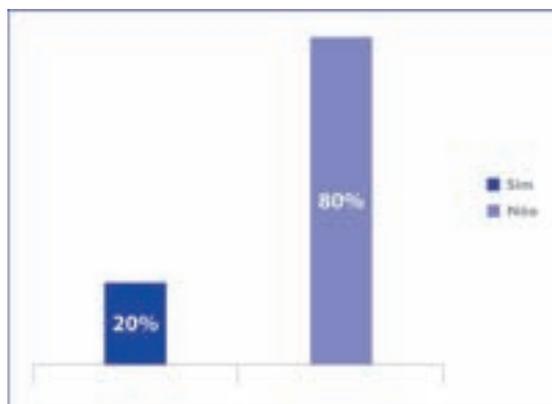
A família já procurou a escola para matricular o beneficiário?	Nº de beneficiários que nunca frequentaram escola, por tipo de deficiência com maior número de menções									
	Múltipla		Física		Mental/Intelectual		Down		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Sim	31	46	11	73	23	62	5	71	70	55
Não	36	53	3	26	13	37	2	29	54	43
Sem informação	1	1	1	7	1	1	-	-	3	2
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>37</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>127</b>	<b>100</b>

Base respondente: 127  
Base da amostra: 730

## Condições encontradas

Para esse grupo que procurou a escola, em 80% dos casos, as escolas não criaram condições para a realização da matrícula.

FIGURA 28  
% de escolas que criaram ou não condições para a realização da matrícula



Segundo os entrevistados, a principal razão da não aceitação das matrículas é a ausência de um profissional de apoio para os beneficiários com deficiência, (32%). Em segundo lugar a não realização da matrícula tem como justificativa a "recusa" por parte da instituição, 25% dos casos.

Ressalta-se que a primeira alternativa oferecida pela questão se confunde com a própria questão, pois o que se pretendia medir aqui era exatamente a(s) principal(is) razão(ões) da recusa ou da não aceitação da matrícula. Vistas sob o ângulo dos tipos de deficiência examinados, as matrículas não realizadas tiveram como razão principal a mesma do quadro geral, ou seja, a ausência de um profissional de apoio secundada pela "recusa". Talvez aqui a alternativa "recusa" esteja associada ao fato dessas instituições não possuírem profissionais de apoio.

TABELA 42  
Barreiras que impediram a matrícula, em número absoluto e em porcentagem

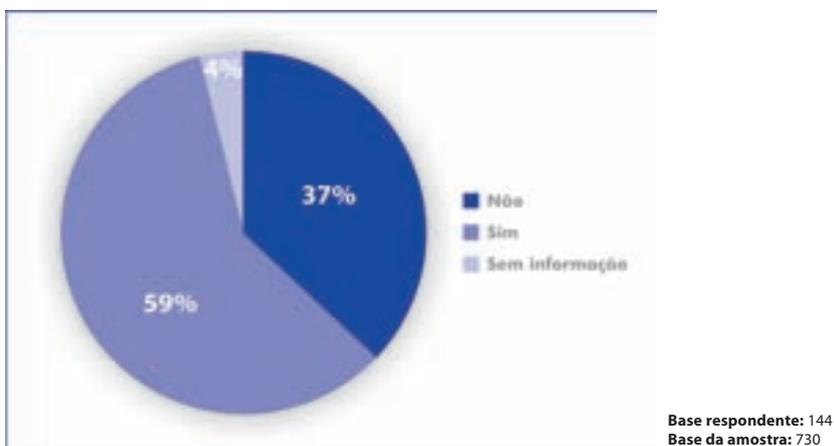
Barreiras	Nº de beneficiários que nunca frequentaram escola por tipo de deficiência com maior número de menções									
	Múltipla		Física		Mental/Intelectual		Down		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Não aceitou a matrícula	11	28	3	14	5	17	1	25	20	25
Não possuía mobiliário adequado	3	8	2	9	2	7	-	-	7	9
Não dispunha de material didático e pedagógico	3	8	2	9	3	10	-	-	8	10
Havia barreiras físicas no caminho até a escola	2	5	2	9	1	3	-	-	5	6
Havia barreira física dentro da escola	2	5	3	14	3	10	-	-	8	10
Ausência de profissional de apoio	11	28	4	17	9	32	2	50	26	32
Ausência de profissional para a realização comunicação	1	3	3	14	2	7	-	-	6	8
Outras	6	15	3	14	4	14	1	25	14	18
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>94</b>	<b>100</b>

Índice de multiplicidade: 1,6 Base respondente: 59 Base da amostra: 730

## Expectativas quanto ao futuro

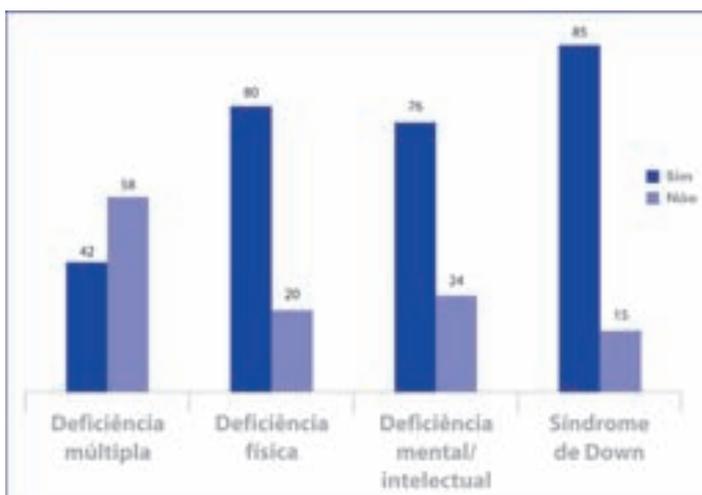
As expectativas das famílias em relação à intenção de matrículas para que seus filhos acessem as escolas são positivas para 59% delas.

FIGURA 29  
% de famílias que pretendem ou não matricular os seus filhos



Se estratificadas por tipo de deficiência, as taxas positivas chegam a patamares próximos dos 80%: dos entrevistados cujos beneficiários têm deficiência física, 80% disseram ter a expectativa de realizar as matrículas; 76% dos entrevistados cujos beneficiários têm deficiência mental/intelectual nutrem essa expectativa; e 85% dos entrevistados cujos beneficiários têm síndrome de down também pretendem realizar as matrículas. Já para aqueles entrevistados cujos beneficiários têm deficiência múltipla, mais da metade, 58%, afirmam que não vão realizar esse movimento.

FIGURA 30  
% de famílias que pretendem ou não matricular os seus filhos, por tipo de deficiência



## Beneficiários que já frequentaram a escola e não frequentam mais

Para os entrevistados cujos filhos já frequentaram escola e não o fazem mais, excluímos aqueles que estudaram em escolas particulares ou filantrópicas. As escolhas das escolas públicas se deram em razão das possibilidades de apontar para os seus gestores, medidas que alterem o quadro desses beneficiários que hoje se encontram do lado de fora.

TABELA 43  
Cenários de frequência e de não frequência dos beneficiários a escola, em número absoluto e porcentagem

Cenários	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Frequenta a escola	476	65,18
Nunca frequentou a escola	144	19,77
Já frequentou a escola	107	14,65
Sem informação	3	0,41
<b>Base da amostra</b>	<b>730</b>	<b>100,00</b>

## Ciclo escolar e tipo de deficiência

A maior parte dos beneficiários que já frequentou a escola e não frequenta mais estudou somente até a Educação Infantil (39,6%). Se adicionarmos a esta taxa o percentual de abandono registrado para o ciclo "Fundamental 1" temos um total de 56,6% do total da base respondente. Este resultado indica que é logo no início da jornada escolar que o abandono ocorre.

TABELA 44  
Ciclo escolar, por tipo de deficiência, em número absoluto e porcentagem

Ano/Ciclo	Nº de beneficiários das escolas públicas por tipo de deficiência com maior número de menções									
	Múltipla		Física		Mental/Intelectual		Down		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Educação Infantil	6	37,50	3	23,08	10	55,56	2	33,33	21	39,60
Fundamental 1	2	12,50	1	7,69	4	22,22	2	33,33	9	17,00
Fundamental 2	1	6,25					1	16,67	2	3,80
Fundamental 3					2	11,11			2	3,80
Fundamental 4	2	12,50	3	23,08					5	9,40
Fundamental 5	2	12,50					1	16,67	3	5,07
Fundamental 6	1	6,25			1	5,56			2	3,80
Fundamental 7			1	7,69					1	1,90
Fundamental 8			2	15,38	1	5,56			3	5,70
Médio 1										
Médio 2	1	6,25							1	1,90
Médio 3			3	23,08					3	5,70
Nenhuma das alternativas	1	6,25							1	1,90
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,00</b>	<b>13</b>	<b>100,00</b>	<b>18</b>	<b>100,00</b>	<b>6</b>	<b>100,00</b>	<b>53</b>	<b>100,00</b>

Base respondente: 64 Base da amostra: 730

Discriminando por tipo de deficiência, foram os beneficiários com deficiência mental/intelectual, down e múltipla que registraram os três maiores percentuais de abandono logo no início da jornada: 78%, 67% e 50%, respectivamente.

## Tipo de classe frequentada: comum ou especial

Tal qual ocorre com os beneficiários que estudam, a maioria dos ex-alunos estudava em classes comuns, 75% contra 24% que tinham acesso às classes especiais.

TABELA 45

Tipo de classe frequentada na rede pública, em número absoluto e em porcentagem

Tipo	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Comum	48	75
Especial	15	24
Sem informação	1	1

Base respondente: 64

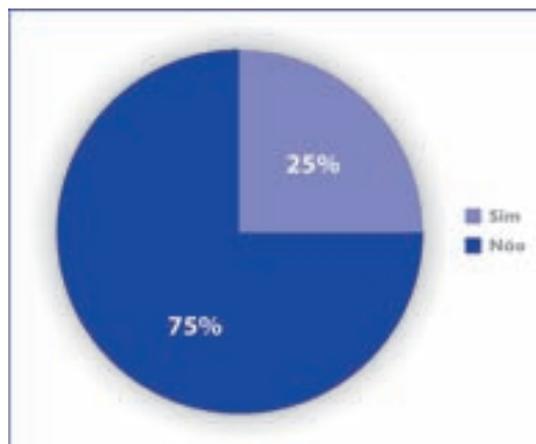
Base da amostra: 730

## Atendimento especializado complementar

A maioria dos beneficiários que estudava nas escolas públicas, fossem municipais ou estaduais, não tinha atendimento especializado complementar, 75%.

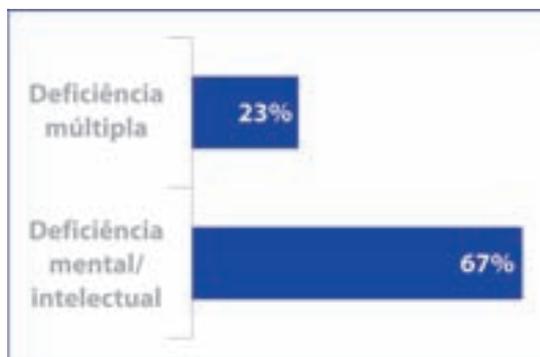
FIGURA 31

% de ex-alunos que tinham ou não atendimento especializado



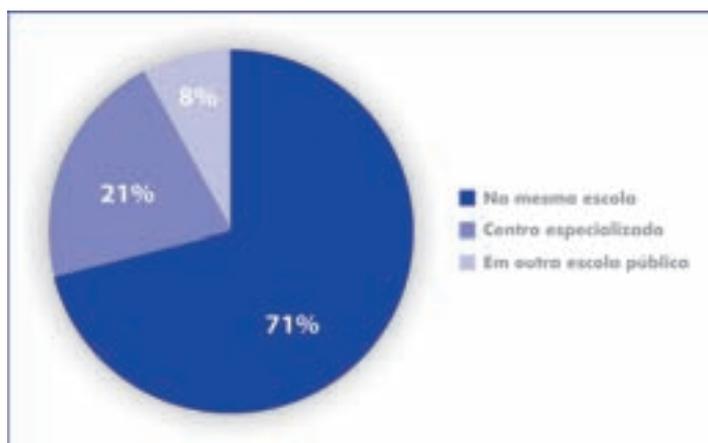
Dos beneficiários que recebiam atendimento especializado, a maioria estava entre aqueles que apresentaram deficiência mental/intelectual e deficiência múltipla.

FIGURA 32  
% de ex-alunos que tinham atendimento especializado por tipo de deficiência que recebeu o maior número de menções



É importante registrar que, ainda que pequeno o percentual de ex-alunos que recebiam atendimento educacional especializado, esse suporte era oferecido pela própria escola para 71% deles. Esse percentual é muito maior em relação àquele auferido pelos beneficiários que estudam, para esses 21% recebem atendimento educacional especializado nas mesmas escolas em que estudam.

FIGURA 33  
% de beneficiários segundo o lugar frequentado para o atendimento educacional especializado



## Necessidade de acompanhamento durante o percurso da residência até a escola

A figura do acompanhante estava presente no percurso de 84% dos beneficiários

para acesso às escolas públicas onde estudavam. Indubitavelmente a presença do acompanhante era e ainda é (vide os resultados da pesquisa para quem estuda atualmente) de fundamental importância em todos os ciclos da vida escolar desses beneficiários, e, provavelmente, para o exercício de outras atividades de suas vidas.

TABELA 45  
Beneficiários que necessitavam ou não de acompanhante,  
em número absoluto e em porcentagem

Necessidade de acompanhante	Beneficiários	
	Nº Absoluto	%
Não necessitava de acompanhante	9	14,1
Necessitava e tinha acompanhante	50	78,1
Necessitava e não tinha acompanhante	4	6,3
<b>Base respondente</b>	<b>64</b>	

Base da amostra: 730

## Razões do abandono

As razões do abandono que obtiveram as maiores taxas são: "recomendação da gestão da escola" e "ausência de profissionais para auxílio nas atividades diárias", com 25% e 20%, respectivamente.

Como visto no capítulo referente aos beneficiários que freqüentam as escolas, os fatores recursos humanos e pedagógicos podem ter contribuído para a decisão de afastamento desses beneficiários.

15% dos entrevistados atribuíram a decisão do abandono à iniciativa própria. Neste caso, retoma-se a questão feita no capítulo referente aos beneficiários que nunca freqüentaram a escola: baseados em que eles tomaram essa decisão? Na inexistência de condições objetivas das escolas e dessas famílias?

A esta pergunta e a outras mais feitas no decorrer da análise desta pesquisa, temos que buscar as respostas. Isso significa que este trabalho certamente irá provocar novos desdobramentos no sentido da promoção de ações que consigam reverter esse quadro.

Vale recuperar que boa parte dos entrevistados ainda nutre a expectativa de que seus filhos possam participar da vida escolar.

TABELA 46

Razões do abandono por tipo de deficiência, em número absoluto e porcentagem

Motivos	Deficiência múltipla	Deficiência física	Deficiência mental/ Intelectual	Síndrome de Down	Total	%
Recomendação da gestão da escola	5	2	5	4	16	25,0
Exigências da escola difíceis de serem cumpridas pelo(a) beneficiário(a)	3	1	2	1	7	10,9
Saúde debilitada	6	1	3	0	10	15,6
Iniciativa própria dos pais ou familiares de retirar o(a) beneficiário(a) da escola	2	1	6	1	10	15,6
Inexistência de materiais didáticos e pedagógicos que atendam às necessidades de aprendizagem do(a) beneficiário(a)	2	1	3	0	6	9,4
Barreiras físicas dentro da escola	0	3	0	0	3	4,7
Ausência de profissionais de apoio para auxílio nas atividades diárias	5	2	4	2	13	20,3
Ausência de profissionais para auxílio na comunicação	2	0	0	0	2	3,1
Outras barreiras	6	4	5	1	16	25,0
Nenhuma das opções anteriores	1	8	3	1	13	20,3
<b>Totais</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>31</b>	<b>10</b>	<b>96</b>	

Índice de multiplicidade: 1,5

Base respondente: 64

Base da amostra: 730

Se do ponto de vista do conhecimento algumas lacunas deverão ser preenchidas no futuro, do ponto de vista prático, várias ações já estão acontecendo. Uma das principais diz respeito ao acompanhamento social das famílias pesquisadas pelos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, ação esta já iniciada a partir da aplicação do questionário objetivando a garantia de acesso aos direitos de cidadania e reflexão sobre a mudança de paradigma quanto à deficiência e possibilidades de seus filhos.

Outro ganho importante, adquirido no processo de aplicação dos questionários, foi em relação à estratégia da ação: a intersetorialidade. Essa estratégia inverte a lógica histórica de uma visão de sujeito fragmentado para uma visão de sujeito inteiro. Do ponto de vista prático, é a única capaz de garantir a inclusão dos beneficiários na rede de proteção social.

## Resumo

### Contextualização

*Vínculo do entrevistado com o beneficiário, perfil demográfico e tipos de deficiência dos beneficiários*

1. Do conjunto de entrevistas, 80% foram realizadas com as mães dos beneficiários.
2. Segundo a distribuição da amostra por faixa etária, verificou-se um equilíbrio entre as faixas mais velhas, com ligeira vantagem daqueles que estão na faixa de 7 a 11 anos (30%).
3. A proporção entre homens e mulheres favoreceu os primeiros: 58% contra 42%.
4. A maior parte, ou 65,62%, dos beneficiários é da cor/raça branca, seguida de longe daqueles que se vêem como pardos: 26,30%.
5. O tamanho das famílias dos beneficiários da amostra obteve média de 3,54.
6. A mãe é presença garantida na vida de 86% dos beneficiários da amostra.
7. As categorias de deficiência "Mental/Intelectual", "Síndrome de Down" e "Múltipla" foram, na ordem, as que receberam as maiores concentrações de beneficiários.
8. A distribuição dos tipos de deficiência por CAS não altera os resultados da análise. As CAS proporcionalmente mantém o mesmo quadro apresentado no item 5.

#### *Quadro de necessidades especiais*

1. A maior parte, 64%, dos beneficiários, precisa de medicamentos, alimentos especiais e/ou suplementos nutricionais de uso contínuo. Esses itens são adquiridos principalmente nas Unidades Básicas de Saúde.
2. A fralda descartável é produto de uso contínuo para 79% dos beneficiários da amostra.
3. A cadeira de rodas é o equipamento mais utilizado por parte significativa dos beneficiários da amostra: 51%.
4. 60% dos beneficiários da amostra precisam de acompanhamento de neurologistas.
5. 85% precisam realizar terapias para reabilitação. Desses, 34% não realizam as terapias das quais necessitam.
6. Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional foram, nesta

ordem, as áreas de maior necessidade para a realização de terapias de reabilitação. Para 58% o lugar de realização das terapias é o SUS.

### ***O beneficiário, a família e os serviços públicos***

1. O SUS é serviço utilizado por 92% dos beneficiários da amostra. Secundariamente, para 28%, está a visita do agente comunitário da saúde.

2. Os postos de saúde do SUS também são utilizados por 90% dos familiares dos beneficiários.

3. O Bolsa Família é o programa de transferência de renda presente em 15% das famílias dos beneficiários da pesquisa.

4. Mais da metade dos entrevistados, 54%, disseram nunca ter utilizado quaisquer serviços de defesa da pessoa com deficiência. Para os que disseram já ter utilizado, o Conselho Tutelar foi o mais citado.

5. 85% disseram utilizar o transporte coletivo. Para a maioria, ou 79%, o transporte coletivo é gratuito para o beneficiário e o acompanhante. E, também para a maioria, 72%, o transporte é apropriado para a pessoa com deficiência.

### ***Vida social***

A maioria dos beneficiários da amostra, cerca de 70%, tem vida social: saem com a família para passear, vão a festas, visitam os parentes e freqüentam as igrejas.

## **A escola como espaço de socialização e aprendizagem**

### ***Frequenta a escola***

1. Dos beneficiários que freqüentam as escolas, a maior parcela está inserida na rede pública, 76,30%. Desses, 64,09% estão nas escolas municipais.

2. A maior parte dos beneficiários que estão nas escolas municipais, 60%, é mais jovem. O contrário ocorre nas estaduais, os beneficiários que estão nas faixas mais velhas têm maior participação: 68%.

3. A ampla maioria dos beneficiários das municipais estuda em classes comuns. Nas estaduais, um número mais expressivo estuda em classes especiais: 21%.

4. São poucos os beneficiários que recebem atendimento especializado fora período de escolarização. Dos que recebem, os beneficiários com deficiência mental/intelectual são os que mais se destacam em termos quantitativos.

5. A presença às aulas ocorre de forma massiva nos 5 dias de aula por semana. As estaduais têm vantagem de proporção sobre as municipais: 91% contra 81%.

6. A maioria dos beneficiários que freqüentam as escolas municipais gasta até 30 minutos para chegar aos equipamentos.

7. Para a metade dos freqüentadores das escolas municipais há dificuldades no percurso da casa à escola. Dos freqüentadores das estaduais, 33% afirmam haver dificuldades no percurso da casa à escola.

8. "Ruas e calçadas" foram os lugares mais citados que apresentam grandes dificuldades. A pavimentação das ruas foi a alternativa que mais recebeu menções como sugestão de melhoria.

9. 51% dos beneficiários que estudam nas municipais utilizam os ônibus. Já, dos que estudam nas estaduais, 29% utilizam os ônibus como meio para acessar as escolas.

10. Para a maioria que utiliza o transporte coletivo, 86% dos estudantes das municipais e 76% das estaduais, os ônibus estão apropriados para o uso das pessoas com deficiência.

11. 67% dos beneficiários que estudam nas municipais precisam de profissional de apoio. Nas estaduais, 51% precisam desse profissional. Contudo, 60% das municipais e 79% das estaduais não oferecem esse recurso.

12. O agravamento da situação de carência as escolas públicas é mais fortemente verificado quando se trata do quadro de especialistas. Constatou-se a simetria da carência: sem os professores especializados, sem os recursos pedagógicos.

14. Para o conforto e a segurança dos beneficiários, parcela significativa das escolas têm mobiliários adequados.

15. Outro ponto a favor das escolas é que para a maioria as escolas não apresentam quaisquer barreiras físicas que possam comprometer o acesso dos beneficiários aos vários ambientes.

### *Nunca frequentou a escola*

1. Quase 20% dos entrevistados disseram que os beneficiários a eles vinculados nunca freqüentaram a escola. São muitas crianças e adolescentes que ainda não conquistaram um direito básico.

2. 56% desses entrevistados acreditam que as crianças e os adolescentes deveriam freqüentar as escolas. Já os outros 44% disseram que essas crianças e adolescentes não deveriam freqüentar as escolas.

3. Para estes que recusam a escola como espaço de socialização e aprendizagem, de acordo com as famílias, as crianças e adolescentes não tem condições de aprender.

4. 55% dos entrevistados que ainda acreditam no potencial dos beneficiários a eles vinculados disseram já ter procurado as instituições para a realização das matrículas.

5. Em 25% das instituições procuradas, os responsáveis foram orientados a não realizar as matrículas.

6. Para 32% dos entrevistados, a ausência de um profissional de apoio foi a razão da desistência de realização das matrículas.

7. Para 59%, existe a disposição de se movimentar no sentido de realizar as matrículas dos beneficiários a eles vinculado.

### *Já frequentou e não frequenta mais*

1. Deste grupo de entrevistados, 60% disseram que seus beneficiários já foram estudantes das escolas municipais e estaduais.

2. O abandono da escola ocorre logo no início do ciclo escolar, 39,6% dos ex- alunos das escolas públicas a abandonaram no ciclo de educação infantil.

3. A maioria desses ex-alunos estudava em classes comuns.

4. Eram poucos os beneficiários que recebiam atendimento especializado fora do período de escolarização: 25%.

5. 84% dos beneficiários que freqüentavam a escola e não freqüentam mais necessitavam de acompanhante.

6. Das razões que mais contribuíram para que os beneficiários deixassem de freqüentar a escola, em primeiro lugar, com 25% das menções, foi a recomendação da gestão da escola, seguido da ausência de profissionais de apoio para auxílio das atividades diárias com 20% das menções.

# Gente que fez a diferença no BPC na Escola

## CAS CENTRO-OESTE

### Coordenadora:

Margarida Yoshie I. Yuba

### Equipe técnica de campo

Ademir Carlos de Oliveira

Alessandra Marques Ávila Medeiros

Ana Carmo de Souza

Ana Paula Mathias P. dos Santos

Andrea Cali

Andréia P. S. Gomes de Araújo

Anete Duarte Osório

Angela Maria Morgado Peres

Angelina Zottino Nazareth

Antonio Carlos Moura

Aparecida Rodrigues Hidalgo

Augustinho Vicente da Silva

Benedita Creusa de A. dos Santos

Camila Aparecida Cardoso da Silva

Camila Chaves

Carlos Cesar Machado

Carolina Teixeira Nakagawa

Cecilia Maria de Andrade Tosta

Celia Fernandes Vilarinho Peres

Celia Marinai Bronzeri

Celida Regina de Oliveira

Chana Viner

Cilmara Regina Rizzitiello Sanches

Circe Valério da Silva

Claudia Maria Pires de Campos

Clauzeane de Guisolfi L. Salomão

Cleide Leonel Amaro Mendes

Cleria Maria de Melo Oliveira

Daise Staut Zukeran

Doris Mariani

Eleni Micheletti

Eliana de Menezes Rocha

Eliana Della Montagna

Elide Ravagnani de Souza

Elinea Meira Martins

Filipe Santoro Santos

Flávio Augusto dos Santos

Idalina Helena Villas Boas Menezes

Ilza Valeria Moreira Jorge

Jandira Zagatto

Janise Bottin Suardi

Joana Maria Lopes dos Anjos

Leila Nordi Murat

Lia Deborah Sztulman

Lidia Maria Balthazar Affonseca

Lilian Lopes Rossi

Lourenço Marcos Moreira

Margarete Amaral G De Barros

Maria Angelina Campi P. Castanho

Maria Beatriz Barbosa

Maria Christina Batista

Maria Estela Santos Galletti

Maria Fernanda Leal Giusti

Maria Helena Medeiros de Araujo

Maria Iracema da Silva

Maria Lucia Jageneski Pereira

Maria Luiza Piccinini

Maria Lygia Navarro Mendes Braga

Mariana da Silva Santos

Marilisa Jorge Ayres

Marly de Souza Gouvea

Monica Wiser Brisolla Burzaca

Natalia Ruta da Silva

Neide Assami Muramatsu

Neusa Maria Gobi

Neuza Faria Bezerra de Menezes

Niderce Gargiulo Santiago

Oberdam Turati

Paulo Roberto Pereira

Regina A. G. dos Reis Oliveira

Regina Fátima Della Magiora

Rita de Cássia M. de L. Siqueira

Roseli Yoko Akagui

Rosely Aparecida Dalterio

Sandra Regina Degani Duarte

Sandra Vanderci Ramos

Selma Alle Emed Geres  
Simone Alves Nabarrete  
Sonia Saba  
Stella Maria dos Santos Soares  
Sueli Chohfe Stelzer  
Suely Scipião Magalhães Ragazzi  
Teresinha de Jesus P. Mosquera  
Valdir Pio Alexandre  
Vanda Donizeti Vergueiro Renaud  
Vanja Lucia F. Luccas  
Vera Lucia Cordeiro Heck  
Vera Lucia Nogueira Degaki  
Vera Lucia Vasconcelos  
Viviane Costa Carvalho Marques

### Grupo Gestor Regional do Programa BPC na Escola - Centro Oeste

*Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/SMADS*

Carolina Teixeira Nakagawa

*Supervisão de Planejamento e Observatório de Políticas Sociais - CAS Centro Oeste*

Vanja Lúcia Figueira Lucca

*Supervisão Técnica de Assistência Social - CAS Centro Oeste*

Aparecida Rodrigues Hidalgo

*Supervisão do Núcleo de Gestão de Benefícios - CAS Centro Oeste*

*Secretaria Municipal de Educação/SME*

*Diretoria Regional de Educação Pirituba:*

Zizelle Maria de Brito Cruz

*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*

*Diretoria Regional de Educação do Butantã:*

Marly Peinado Bonsaglia

*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*

*Diretoria Regional de Educação do Ipiranga:*

Rogério da Rocha

*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*

*Secretaria Municipal de Saúde/SMS*

*Coordenadoria Regional de Saúde - Centro Oeste:*

Salvina Vita de Carvalho

### CAS LESTE

#### Coordenadora:

Sonia Cassimiro Meira Souza Ferreira

#### Equipe técnica de campo

Aline Cristina Novaes da Costa

Adalberto V dos Santos

Ana Cléia Machado Araujo

Ana Maria de Paula Martins

Ana Maria Lopes Calbar

Ana Maria Palhau de Lima

Ane Caroline Almeida de Laet

Antonia Lopes de Oliveira

Aurenice Ferreira Lumes de Lima

Beatriz Fernandes Santos

Camilla da Silva Montel

Cícera Maria

Claudia Cristina de Castro

Claudia Leles de Almeida

Claudia Moreno da Silveira

Claudionor Rodrigues dos Santos

Cledioneide de Abreu Rodrigues Barba

Conceição Aparecida da Costa Melo

Daniela Cristina Augusto Campos

Decio Yoshikaso Hatakeiama

Edna Silva Oliveira

Elia Aparecida do Nascimento

Eliana Irena do Nascimento Menezes

Elisabete Ap. Gualano da Costa Cortes

Elisabete Pereira de Melo Da Silva

Erika Hecht

Ethiene Borbely Leal

Fabiana Aparecida de Oliveira

Faraíl Rodrigues Paravano

Fátima dos Reis Francisco da Costa

Fernanda de Sousa Alegre

Francilene Gomes Fernandes

Gislaine Bagio de Souza

Gislene Aparecida da Silva

Helena de Paiva Ligabue

Ione Farias Espindola Garcia

Irenice Francisca da Silva

Irma de Cássia Lins de Araujo

Ivani Cristina Brandão

João Borges da Costa

José Alberto Galvão

Juliana do Espírito Santo

Julio Cesar de Moura Matos

Julio Cesar de Oliveira Morais  
Karina Damas  
Kátia Regina Marques  
Kelly Rodrigues Melatti  
Lucia Harumi Hino  
Luciene de Oliveira Rebello  
Luiz Carlos Gonçalves Figueiredo  
Luiza Gabriella Dias de Araujo  
Luiza Yoshi Mibe  
Marcia C. Campanholle  
Márcia Gomes de Araújo  
Márcia Regina Ribeiro  
Marcos Carvalho de Souza  
Maria Ap. de Oliveira Wilanoski Garcia  
Maria Aparecida Paraizo  
Maria Aparecida Ribeiro Pavão  
Maria Aparecida Russo Bresciani Orkenyi  
Maria Cecília Gonçalves Morrone Ginjo  
Maria Guiomar Fernandes do Couto  
Maria Ines Shigekawa  
Maria Tereza Venâncio da Silva Oliveira  
Marilda Maria da Fonseca  
Marilene Santos Sousa Siqueira  
Marina Ziegler  
Marisa Bermudes  
Marlene Zorio  
Marli Lourenço Rodrigues  
Marta Yurie Yoshikawa  
Mírian de Paula Baptista  
Moacyr Yassuo Uehara  
Monalisa Garcia Pera  
Najila Thomaz de Souza  
Neide de Carvalho Mendes  
Neuci Ignotti Pellegrino  
Palma Aparecida Visona  
Patrícia Costa Pinto  
Patricia Shimabukuro  
Patricia Silva Santos Carvalho  
Paulo de Oliveira Antonio  
Priscila Lemos Lira  
Priscila Monteiro  
Raoni Pereira Jerônimo  
Raquel Sena Santana  
Renata Soraia de Paula  
Rene Ribeiro Silva  
Rina Cleide Nemenz  
Rita de Cássia Bezerra

Roselene L. Constantino de Oliveira  
Roseli Dutra da Cunha Ferreira  
Roseli Innocencio  
Sheila de Souza Marques França  
Shirley Fernanda de Souza  
Silvana Pires de Lima  
Sílvia Aparecida F. Sutério  
Simone Cassini  
Simoni Bausells  
Sueli Corci Ferreira  
Tamie Kameda Andreeto  
Tânia Cardoso da V. Gomes  
Teresinha Cristina da Silva  
Vanessa Alves Leão  
Vânia Custodio Gonçalves  
Vera Suzart Barbosa  
Viviane Ramos Marinho  
Wilson Pordeus Dedis do Nascimento  
Wilza Tereza Freire de Oliveira

#### Grupo Gestor Regional do Programa BPC na Escola - Leste

*Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/SMADS*  
Tânia Cardoso da Visitação Gomes  
*Núcleo de Gestão de Benefícios - CAS Leste*  
Rina Cleide Nemenz  
*Supervisão de Planejamento - CAS Leste*

*Secretaria Municipal de Educação/SME*  
*Diretoria Regional de Educação de Guaianazes:*  
Mírian Prado  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAl*  
*Diretoria Regional de Educação da Penha:*  
Adriana Marli da Silva  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAl*  
*Diretoria Regional de Educação São Miguel:*  
Eunice Souza do Nascimento  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAl*  
*Diretoria Regional de Educação de São Mateus:*  
Paula Regina Carvalho Merise  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAl*

*Diretoria Regional de Educação de Itaquera:*  
Ione Marcos da Silva  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*

*Secretaria Municipal de Saúde/SMS*  
*Coordenadoria Regional de Saúde Leste:*  
Ana Maria Koyama Rabaçal

## **CAS NORTE**

### **Coordenadora:**

Teresinha Colaneri Reis

### **Equipe técnica de campo**

Adelaide Bidin Pavan

Adeli Silva de França

Adriana Gomes de Souza Budim

Alairse Garcia Girardi

Aloísio José dos Santos

Ana Cristina Pereira da Conceição

Ana Lucia Almeida Barreto

Ana Lucia dos Santos Abdala

Andrea de Arruda Flora

Angela Manoel Pereira De Oliveira

Angela Maria Pereira

Antonio Carlos Stelzer

Aparecido de Oliveira

Aparecido De Vasconcelos

Bety Hanashiro

Bruno Richard Gomes Conceição

Carlos de Sousa Aguiar

Celia Satie Kami

Cláudia S. M. Aurelhano

Cleide Giron

Creusa De Souza Ledesma

Cristiano Umberto Dos Reis

Dimas Jayme Trindade

Doris Markiy Martins

Dorothea Schmidt Botassi

Edna Aparecida Nogueira

Elizabete de Góis Pinto

Emilia Maria Cintra de Souza Aranha

Esmeralda de Andrade

Evanize Pavanelli Valsi

Fabiana Gomes de Paiva

Fabio de Abreu Gonçalves

Fátima Aparecida Mendonça

Fátima Aparecida Delfino

Felipe Bazo Torres

Fernanda de Moraes Alcova de Paula

Flávia Ribeiro

Franciele dos Santos

Francisco Paulino

Geane Teixeira de Souza

Gelson Ribeiro Jovelino

Glauca Damasceno Dos Santos

Heloisa Pellegrini Hernandez

Itamar Gimenes

Ivani Ferreira Garcia Falcão

Ivonete Martins Nogueira

Izilda Aparecida Loseviciana

Jandira Lima Santos Gomes

Jeronimo de Souza Andrade

Joana Darc Gusmão Figliano

Jorge Reinaldo Pascoal

Jose Roberto Bocalão

Jose Roberto Ribeiro

Juraci Nascimento Costa

Kathia Aparecida Pressutti Razuk

Katia Aparecida da Silva

Lais Marchetti

Leandro Pereira Chaves

Lilian Maria Pereira Terra Assis

Liliane Leite De Assis

Lúcia Cristina Medeiros Tarifa

Lúcia Ranzani Daie

Luciene Dos Santos Gabriel

Lucila Alle-AGPP,

Lucilia Afonso Barreiras

Luiz Cesar Gomes Gimenes

Luiz Sérgio Santos

Marcela Monaco Janotti Porto

Márcia Regina dos Santos

Márcio dos Santos Alves

Margareth Santana

Maria Alice Gomes Figueiredo

Maria Angélica de Oliveira Pinto

Maria Cristina Criscio Gomes

Maria da Conceição Alves Pimentel

Maria de Fátima de Souza e Souza

Maria Elenice De Almeida

Maria Hermínia da Silva Correira

Maria Luiza Jeronimo Vaz

Mariana Alves da Mata Vieira

Mariangela Sant'anna Da Silva

Marie Neusa Dias da Silva  
Marilda Rodrigues Silva  
Milena de Souza Bonfim  
Miriam Teresa de Oliveira Morais  
Mirtes Martins de Figueiredo Alves  
Natalia Evangelista Oliveira  
Nelly Youssif Miotto  
Nicéia M. F Lombardi  
Nilda Keiko Toyomoto Ito  
Nildes de Moraes Ribeiro  
Nivaldo Bernardo Máximo  
Nivia de Simone da Silva  
Patrícia Simone S. P. Sampaio  
Paula Domingues Sabino  
Paulo Alexandre Jofré de Camargo  
Querubina Castello Ruiz  
Regina F. Gaspar Costa  
Reginaldo de Almeida Araújo  
Roberto Carlos Maraes Silva  
Rogéria Aparecida da Silva  
Rosa Maria Boretti Ramos  
Rosa Maria Tomé Telis  
Rosana Dias de França  
Rosana Nicoli Prandi  
Rosane da Silva Berthaud  
Rosângela Giancola Lago Garrotti  
Rosângela Miranda Garcia  
Rosângela Ribeiro de Oliveira  
Ruth Messias dos Santos  
Ruth Pereira do Nascimento  
Ruth Regina Felício  
Salete Soares Paes  
Samira Heidy da Silveira Nagib  
Sandra Crsitina Dos Santos  
Sandra Regina Mendes De Paula Falleiros  
Satuki Yamanaka Pazotto  
Selma de Moraes Nunes  
Shirley dos Santos Menezes  
Sidneia Souza da Silva  
Sílvia Aparecida Lacerda  
Sílvia Helena Marchesan  
Sílvia Rejani  
Silvio César Neves  
Solange Bernardino da Silva  
Solange Messias dos Santos  
Sonia Maria Ferreira da Silva  
Sueli Maria dos Santos

Terezinha de Jesus Guimarães  
Tienes de Moura Junior  
Valdenice L. S. Soncin  
Valeria Delghingaro Estevam  
Vanessa Laplechade Cabrera  
Vanessa Solange Gimenez  
Vera Lucia Marcelino  
Vera Regina Aicardi  
Vicenzina Teresa Salete Basile Sposito  
Viviana M. A. Ferraro  
Viviane Canecchio Ferreirinho  
Viviane Patrício Delgado  
Wagner Anaia Spiguel  
Waldelice Rampinelli Chinazzo  
Waldir Cuin  
Wania Conceição Cabral  
Wilma H. Tanaka  
Wilson Carlos Simões de Oliveira  
Zenaide Terezinha Pintucci Santos  
Zenilda Barbosa Castelo Branco  
Zilda José dos Santos

#### Grupo Gestor Regional do Programa BPC na Escola - Norte

*Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/SMADS*

Nilda Keiko Toyomoto Ito  
*Supervisão Técnica - CAS Norte*

Ivonete Martins Nogueira  
*Núcleo de Gestão de Benefícios - CAS Norte*

*Secretaria Municipal de Educação / SME*  
*Diretoria Regional de Educação da Freguesia do Ó:*  
Cilene de Moraes Cruz  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*

*Diretoria Regional de Educação de Jaçanã/Tremembé:*  
Shirlei da Encarnação  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*

*Diretoria Regional de Educação Pirituba:*  
Zizelle Maria de Brito Cruz  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*

*Secretaria Municipal de Saúde/SMS/Coordenadoria Regional de Saúde - Norte*  
Georgina Laura Soares de Sá

## CAS SUDESTE

### Coordenadora:

Edna Diva Miani Santos

### Equipe técnica de campo

Adriana de Carvalho Martoni

Aidee Miranda Souza

Alessandra Alves Gomes

Ana Lucia dos Santos Rodrigues

Ana Maria Capitani

Ana Maria Castilho Dias

Ana Maria Siena Medeiros

Andrea Aparecida Della Rosa Garcia

Antonio Braga Santos

Aparecida do Carmo Henrique

Aparecida M. Ferreira De Paula

Brenno Silveira Filho

Carla Terezinha da S.N. Clementino

Célia Aparecida Bortolato

Célia Maria da Silva

Claudia Macedo Pires

Cleonice Maria Navarro da Costa

Conceição Lopes da Silva Mingato

Cristiane Grilanda Pereira

Cristina Aparecida Muniz

Cristina Mara Moreira da Silva Queiroz

Danielle Gonçalves Teixeira

Débora Ramos N. Monteiro

Denise Colaço Monte Alegre

Denise de Melo

Dóris de Moraes Cardoso

Edmeia Silva

Edna Fernandes F. Fazzion

Eduardo Liveira Vargas

Elaine Friozi Garcia de Souza

Eldys Daud N. Barbato

Eleonice Zago

Eliana Fernandes Loureiro Victoriano

Eliana Ferrio Basilio

Eliane da Silva Cara

Elisabete Jorge

Esdras Nascimento

Fabiana de Almeida Lima

Fátima Yara Costa Dias

Fernanda Maria Magalhães Casella

Flavia Janaina Silva Costa

Francinete Muniz

Francisco Campos

Gilda Gravina

Gina Maria Pereira Duarte

Glauce Regina Kielius Francischini

Gracia Bonacorso Ribeiro

Henrique Siqueira Teoli

Herminia Di Napoli Pastore

Ines Macedo Bolognato

Iracilda Maria Roberto

Isabel Francisca de Almeida

Ivone De Fatima Rojas de Souza

Izabel Cristina Pineiro Miguelez

Janaína De Cássia Maia Bonafe

João Da Mata Oliveira Dos Santos

Joelito de Carvalho

José Alves Pereira dos Santos

José Carlos Destro

Jose Carlos Storelli

José Martins

José Nilton L. de Lima

Jupira Kupper da Silva

Jussara de Abreu Sampaio Moreira

Laura da Costa Boucinhas

Laura Silva Santos de Abreu

Leonor Polimeno Moreira

Ligia Narcisa Pereira Uliam

Lilian Deise de Sousa

Liliana Marta Capozielli do Luca Cruz

Lúcia Helena Correa Fernandes de Freitas

Lúcia Romboli Graça

Luciana Cremonesi Novais

Luciana Lulia Da Veiga

Maraci Dos Santos Sena

Marcelo Assato

Márcia do Nascimento Seles

Márcia Helena Pereira Lourenço

Márcia Helena Prudente de Carvalho

Márcia Lemes Soares de Brito

Márcia Mesquita Martinez

Márcia N. de Oliveira Daher

Márcio Januario da Silva

Margarete Panessa Gasques

Maria Amélia de Carvalho

Maria Bernadete C. Rossato

Maria Clara Oliveira de Lima

Maria da Conceição S. Melo

Maria das Graças Ferreira de Macedo

Maria de Fátima da Silva

Maria de Lourdes Duarte Souza  
Maria do Carmo Brandini  
Maria Edvania de Araujo  
Maria Estela de Souza Paiotti  
Maria Hercilia de Carvalho Moreira  
Maria Lucia Cambuy Nicizima  
Maria Sylvia Jordao de Campo  
Maria Zélia de Oliveira Souza  
Marina Lopes Fernandes  
Marina Salet Gonçalves da Rocha  
Mario Capaciolli  
Marisa Minotti Kuhn  
Mathias Silva Macedo  
Miriam Palombo Janeiro  
Nancy Gelse Carli  
Neide Nakamura Ishino  
Nilton dos Santos Bezerra  
Osmir Messora Junior  
Oswaldo Moreira dos Santos  
Oswaldo Nelo Pantiga  
Patrícia de Moura Silva  
Patrícia Regina Lima Navarrete  
Raquel Assunção Bezerra  
Regina Vieira Bosnic Creje  
Rita de Cássia Brito Valentim  
Rita de Fátima Mello Oscar  
Roberval Ribeiro de Carvalho  
Rosana Marques  
Roseane Alves Dos Anjos  
Roseli Gomes Arrifano Venturi  
Rosimere Cardoso dos Santos  
Rousemeire dos Santos Rocha  
Rute Mariano  
Sandra Faria Sposito  
Sandra Tanabe  
Sheila dos Santos Monjardim  
Shirley Aparecida Cabral  
Silmara Pivato Bortali  
Silvana dos Santos Lino  
Silvana Ladeira de Oliveira  
Solange Ferreira do Nascimento Domiciano  
Solange Jordão Rogério Andrade de Abreu  
Solange Tadeu Q. Pahlsson  
Sueli de Paula Santos  
Tamara dos Santos Cereja  
Teresa Mariano de Sousa  
Thais Pranzetti Barreira

Virginia Colaneri dos Reis  
Virginia Silva Nardy  
Yoshiko Iwai

### Grupo Gestor Regional do Programa BPC na Escola - Sudeste

*Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/SMADS*  
Edna Diva Miani Santos  
*Coordenadora da CAS Sudeste*  
Dóris de Moraes Cardoso  
*Supervisão de Planejamento e Observatório de Políticas Sociais - CAS Sudeste*  
*Secretaria Municipal de Educação / SME*  
*Diretoria Regional de Educação da Penha:*  
Adriana Marli da Silva  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*  
*Diretoria Regional de Educação do Ipiranga:*  
Rogério da Rocha  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*  
*Diretoria Regional de Educação de Sapopemba:*  
Paula Regina Carvalho Merise  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*  
*Diretoria Regional de Educação de Santo Amaro:*  
Maria Tereza Azevedo Braga Roberto  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*

*Secretaria Municipal de Saúde / SMS*  
*Coordenadoria Regional de Saúde - Sudeste:*  
Maria Regina de Carvalho Kozma

### CAS SUL

**Coordenadora:**  
Ângela Gonçalves Marques  
**Equipe técnica de campo**  
Adriana Ignácio de Souza  
Adriana Pereira de Souza  
Adriana Rezende da Silva Telles  
Alcimar Gomes de Oliveira  
Alexandre Gomes  
Aline Olimpio Flávio Piccinin  
Alzenir de Jesus Faria  
Ana Capitão Garcia da Silva

Anderson de Azevedo Barbosa  
Ariene Oliveira Lopes  
Armando Donizete Ferreira de Souza  
Beatriz Aparecida Nogueira Giosa  
Bruna Cristina Neves Carnellosi  
Carlos Alberto Rodrigues  
Catarina Nogueira Oliveira  
Celeste Maria Barreto Gomes  
Célio Rosa da Silva  
Celso A. Mello  
Celso Moreira da Silva  
Cintia Regina de Souza  
Claudia Jardim Rodrigues  
Claudia Rozeane Cirilo Silva  
Cleônise Ferreira do Prado  
Creusimari Conceição Pereira  
Cristiane Rosa Calixto  
Daniel de Campos Mizukawa  
Daniela de Oliveira  
Dauseni de Faria Gomes  
Deborah Martinez da Silva  
Edna de Araújo  
Edna Santos Correia  
Edna Suzana Portela  
Ednir Ribeiro Garcia  
Edvaldo Novaes dos Santos  
Elaine Carolina Rodrigues  
Elenilza Nunes Varjão  
Eliana Maria da Rocha  
Eliana Oller Ricart  
Eliane de Santana  
Elza Maria Parodi  
Erika Aparecida Rodrigues de Oliveira  
Evelyn Crislaine Pires Pereira Baradel  
Fabio Paulino Santana  
Genice Leite dos Santos  
Gerlani Bento da Silva Falcão  
Gerson Alves de Souza  
Gilberto Heleno da Silva  
Giselle de Souza Cardoso  
Hannicilia Holanda Martins  
Helena Lopes Pinto  
Heloisa Previdello  
Inez Auxiliadota Torres Santoro  
Ivana de Arruda Leite  
Ivone Macareno SEABRA  
Jacira Sarzedo Lopes

João Cesar Pinheiro Sampaio  
Joas Vial  
José Fernando Junqueira  
José Nelson Pereira  
Julia Rosa de Souza  
Ladir Rodrigues Alves  
Letícia Almeida Barbosa Pereira  
Louise Carneiro Rodrigues F. de Maria  
Luci Kiyomi Gomi  
Luzia Ivete Casoni da Rocha  
Magna Margareth Ferreira  
Mara Cristina Ramos da Silva  
Marcelo Sabino da Silva  
Márcia Ap. de Andrade Mattos Generoso  
Márcia Cristina Campos  
Marcio Vianna  
Maria Antonia Alves de Oliveira  
Maria Aparecida de Jesus Garcia  
Maria Aparecida Geraldo Greco  
Maria Aparecida Junqueira  
Maria Aparecida Locatelli Ferro  
Maria Barbara Baroni Fernandes  
Maria Célia de Oliveira Pereira  
Maria Cristina Zenha de Camargo  
Maria das Dores Siqueira  
Maria de Lurdes de Melo Moraes  
Maria do Carmo Simplício de Paiva  
Maria Elena Lima Fernandes  
Maria Fernanda Ramos  
Maria Isabel M. Manesco  
Maria Ivanira Bezerra da Silva Santos  
Maria José Lino Bonfim  
Maria Jose Tandel  
Maria Lúcia Andrade  
Maria Lúcia Ferrari  
Maria Lúcia Nascimento Silva  
Maria Lúcia Viana  
Maria Luiza de Oliveira Souza  
Maria Maria do Carmo Cruz Oizumi  
Maria Teresa Prianti Vilela Guimarães  
Marlene Alves Teixeira Ribeiro da Silva  
Marlene da Conceição Sousa Borges  
Marlene Ferreira da Silva  
Marly Ferreira Martins dos Santos  
Marly Vieira Branco Querido  
Maxlene Sales Barbosa Ferrari  
Miriam Ivone Born

Nasmia El Kadre  
Neiva Salete Orlovski Nogueira  
Nilse Edna Dotta Nigrin  
Nilton Araujo dos Santos  
Nilza de Miranda Kohmamm  
Nilza Maria Santos Neves  
Paulo de Souza Filho  
Paulo Sergio N. Pinto  
Rafael Fernandes dos Santos  
Regina Celi Lessa Silva Alves  
Regina Célia Bello de Almeida Camargo  
Regina Léa Gabel Gebrim  
Reginaldo Caldas dos Santos  
Ricardo Jose da Silva  
Rosalina Alves Ferreira  
Rosineide de Santana Souza  
Rubens Eigi Ikeda  
Sandra Marques de Oliveira  
Sandra Regina Dell Sol Passos  
Severito Dantas Barbosa dos Santos  
Shirley Satter Adelino  
Sidnei Ferreira  
Sílvia Regina Brussi de Moraes Salles  
Simone de Lima Ferreira Fontes Alves  
Soeli Ludovice Funaro  
Sonia Regina Baptista de Andrade Patente  
Suzana Latorre de Oliveira  
Thais Tábata Conceição  
Thyago Augusto de Carvalho  
Valeria Alves Escudeiro Giovannetti  
Valmir Bispo de Souza  
Valmiro Pereira da Silva  
Vilma Jose do Nascimento Chaves

### Grupo Gestor Regional do Programa BPC na Escola - Sul

*Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/SMADS*  
Heloisa Previdello  
*Supervisão de Planejamento e Observatório de Políticas Sociais - CAS Sul*  
Sílvia Regina Rodrigues Viana  
*Supervisão Técnica - CAS Sul*

*Secretaria Municipal de Educação / SME*

*Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro e Parelheiros:*  
Ilse Melo dos Santos Barradas  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*  
*Diretoria Regional de Educação Santo Amaro e Cidade Ademar:*  
Maria Tereza de Azevedo Braga Roberto  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*  
*Diretoria Regional de Educação de M' Boi Mirim e Campo Limpo:*  
Márcia Regina Zenella Luccas  
*Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI*

*Secretaria Municipal de Saúde/SMS*  
*Coordenadoria Regional de Saúde - Sul*  
Isabel Cristina Arruda Mello

# Equipes Técnicas

## COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Coordenadora  
Eufrosina Teresa de Oliveira

Alice Okada de Oliveira  
Ana Maria de Sampaio L. Guedes  
Ana Maria Modolo Diz  
Célia Maria Vairo  
Eliana de Oliveira Januário  
Elizete Otero Lara  
Fátima de Jesus Teixeira  
Katia Gomes Manzano  
Lourdes Elizabeth Ress  
Márcia Maria Rodrigues  
Maria Cristina Boa Nova  
Marli Matos de Godoi  
Sandra Cristina C. Teixeira  
Cleusa Esteves  
Maria Ana de Lima

## COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Coordenadora  
Zilah Daijo Kuroki

Anna Amélia C. M. Colussi  
Edna Pires Moraes  
Elaine Cristina da Cruz  
Eleni Bambibi Gorgueira  
Fabiana de Gouveia Pereira  
Ilza Santos Abel  
Isabel Cristina Bueno da Silva  
Luiz Fernando Francisquini  
Márcia Helena Andréa  
Maria Angela Noronha Serpa  
Maria de Fátima Leite  
Maria Isabel O. Capinan  
Maria Madalena Wu  
Rosely Aparecida. Gati Cerqueira Cesar  
Walmir Avelino da Silva  
Roberto Carlos Zanelato

## COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

### Espaço do Aprender Social Núcleo Pedagógico - ESPASO

Coordenadora  
Sylmara A. Vettorello Ramires

Ana Luiza Tomaselli Emendabili  
Cristina Giugno Neves  
Eleni Micheletti  
Kátia Cilene Gregório  
Patrícia Di Tullio Leão Miranda  
Sara Garcia Martins

## COORDENADORIA DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Coordenadora  
Maria Rita Gomes de Freitas

João Rafael Calvo da Silva  
Renato Souza Cintra  
Roseana Maria de Melo  
Wladimir Martins do Prado

### Digitadores do Questionário do Programa BPC na Escola

André Ricardo Alexandre  
Antonio Romildo A. Santiago  
Carlos Henrique Magalhães de Jesus  
Carlos Silmar da Silva Scapim  
Claudia Castelhana Errico  
Claudinéia Alves José  
Daniela Xavier dos Santos  
Daniele Silva  
Gilvan Luiz de Brito Filho  
Glauce Rachel M. Moreira  
Laura Ishicava dos Reis  
Márcia Aparecida Inocencio Fernandes  
Marcus Vinícius Pereira de Melo  
Patrícia Laís Nascimento Luz  
Walter Freitas Mota

# Coordenadorias de Assistência Social - CAS

## Centros de Referência de Assistência Social - CRAS

### **CAS CENTRO OESTE**

Avenida Tiradentes, 749 - Luz  
Fone: 3396-3500

**CRAS Butantã** - Rua Junta Mizumoto, 591 - Butantã  
Fones: 3742-7550/ 3742-7544/ 3742-2274 / 3742-2368  
crasbutanta@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Lapa** - Rua Caio Gracco, 421/ 423 - Vila Romana - CEP 05033-002  
Fone: 3675-4955 / 3675- 5994  
craslapa@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Pinheiros** - Av. das Nações Unidas, 7123 - Alto de Pinheiros - CEP 05425-070  
Fones: 3034-0868 / 3095-9555  
craspinheiros@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Sé** - Av. Tiradentes, 749 - Luz - CEP01101-010  
Fone: 3113-4560 / 3396-3500 - Ramal 2108  
crasse@prefeitura.sp.gov.br

### **CAS LESTE**

Rua Fontoura Xavier, 695 - Itaquera  
Fone: 2056-3291/ 2071-7425/ 2071-2387/ 2071-5988

**CRAS Itaquera** - Rua Sabbado D'Ângelo, 2085 - Itaquera - CEP 025271-999  
Fones: 2527-1999 / 2521 -6134/ 2524-2916/ 2523-3650  
crasitaquera@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Cidade Tiradentes** - Estrada do Iguatemi, 2751 - Cidade Tiradentes - CEP08490-500  
Fones: 3396-0020/ 3396-0067/ 3396-0018 / 3396-0065 / 3396-0071  
crascidadetiradentes@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Ermelino Matarazzo** - Av. São Miguel, 5.550 - Jardim Cotinha - CEP 03870-100  
Fones: 2041-2351 / 2048-6585 Ramal 213  
crasermelinomatarazzo@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Guaianases** - Rua Caranaíba, 22 - Guaianases - CEP 08412-010  
Fones: 2554-3477 / 2553-4477 / 2553-1717  
crasguaianases@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Itaim** - Rua Dom João Neri, 54/58 - Itaim Paulista - CEP 04467-050  
Fones: 2568-2118 / 2568-3102 / 2568-3118  
crasitaim@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS São Mateus** - Rua Claudio Augusto Fernandes, 180/ 182 - São Mateus - CEP03962-120  
Fones: 2010-4500 / 2011-9912 / 2012-4500  
crassaomateus@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS São Miguel Paulista** - Rua Dr. José Guilherme Eiras, 182 - São Miguel Paulista - CEP 08010-220  
Fones: 2032-6367 / 2033-0385 / 2058-1219  
crassamiguelpaulista@prefeitura.sp.gov.br

## **CAS NORTE**

Rua Brasiliza Alves de Carvalho, 414 -Vila Baruel - Casa Verde  
Fones: 3961-1761/ 3951-1030 ramal 3611

**CRAS Jaraguá** -Rua Barra da Forquilha, 300 - Jardim Panamericano - CEP 02993-000  
Fone: 3941-0270  
crasjaragua@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Casa Verde** - Av. Imirim, 4328 -Vila Nova Cachoeirinha - CEP 02464-700  
Fones: 3983-2983 / 3983-2783 / 3983-3035  
crascasaverde@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Freguesia do Ó/ Brasilândia** - Rua Parapuã, 160 A - Freguesia Ó - CEP 02831-000  
Fones: 3978-2566 / 3976-5482 / 3984-7900  
crasfreguesiadoo@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Jaçanã** - Av. Guapira, 2145 - Jaçanã - CEP02265-002  
Fones: 2206-3686 / 2206-3766 / 2240-2065  
crasjaçanatreembe@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Tremembé** - Rua Mário Pernambuco, 43 - Vila Mazzei  
Fone: 2261-2365 / 2261-2303  
crastremembe@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Jardim Vista Alegre** - Rua Ibiraiaras, 372 -Vista Alegre - CEP 02878-080  
Fone: 3981-3598  
crasvistaalegre@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Perus** - Rua Padre Manuel Campello, 40 - Perus - CEP 05206-020  
Fones: 3915-4028 / 3915-4066 / 3915-3741  
crasperus@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Pirituba** - Av. Dr. Felipe Pinel, 12, fundos - Pirituba - CEP 02939-000  
Fones: 3972-5787 / 3972-5412 / 3972-5574  
craspirituba@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Santana/Tucuruvi** - Rua Voluntários da Pátria, 4649 - Mandaqui - CEP 02011-000  
Fones: 2283-1198 / 2283-1431 / 2978-0246 / 2978-0287  
crasantana @prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Vila Maria / Vila Guilherme** - Praça Santo Eduardo, 162 - Vila Maria - CEP 02113-000  
Fones: 2207-4132 / 2207-1232 / 2207-4171  
crasvilamariaguilherme@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Anhanguera** - Avenida Piero Tricca, 27 - Anhanguera - CEP 05271-240  
Fone: 3911-3905 / 3911- 3906  
crasanhanguera@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Guarani (Brasilândia I)** - Estrada Lázaro Amâncio de Barros, 1079 - Brasilândia  
Fone:- 3922-9054 / 3923- 4081  
crasguarani@prefeitura.sp.gov.br

## **CAS SUDESTE**

Rua Pedro de Toledo, 1529 - Vila Mariana  
Fones: 5908-6500/ 5908-6512

**CRAS Aricanduva / Formosa** - Rua Salvador do Vale, 341 - Vila Formosa - CEP03362-015  
Fones: 2268-2071 / 2268-2728 / 2268-2271/ 2268-1793  
crasaricanduvaformosa@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Ipiranga** – Rua Taquarichin, 280 - Sacomã  
Fones: 2083-2933/ 2520 (CRAS) - 2083-2420 (Coord.) - 2083-1668 (Supervisão)  
crasipiranga@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Jabaquara** - Av. Eng<sup>o</sup> Armando de Arruda Pereira, 2.314 – Jabaquara - CEP 04308-001  
Fones: 3397-3200 / 3397-3257 / 3397 -3236  
crasjabaquara@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Mooca** - Rua Henrique Sertório, 175 - Tatuapé - CEP 03066-065  
Fones: 2092-5629 / 2094-5078  
crasmoooca@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Penha** - Rua Candapuí, 492 - Vila Marieta - CEP 03621-000  
Fones: 2957-2031 / 2957-214  
craspenha@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Vila Mariana** - Rua Pedro de Toledo, 1.529 - Vila Clementino - CEP 04039-034  
Fones: 5574-6211 / 5549-7187/ 5908-6500  
crasvilamariana@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Vila Prudente** - Rua Benedito Jacinto Mendes, 54 - Jd. Grimaldi - CEP. 03922-000  
Fones: 2143-1043 / 2701-6684 / 2143 - 1853 / 2701-6535  
crasvilaprudente@prefeitura.sp.gov.br

## **CAS SUL**

Rua Padre José Anchieta, 802 - Santo Amaro  
Fone: 5524-4477/ 5524-4000

**CRAS Campo Limpo** - Rua Batista Crespo, 312 - Campo Limpo - CEP 05786-040  
Fones: 5841-4776 / 5844-0453  
crascampolimpo@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Capela do Socorro** - Rua Cassiano dos Santos, 499 - Jardim Clíper - CEP 04827-110  
Fones: 3397-2815 / 3397-2814 / 3397-2813  
crascaladosocorro@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Cidade Ademar** - Av. Yervant Kissajikian, 416 - Vila Constância - CEP 04657-000  
Fones: 5670-7044/ 5670-7000/ 7004/ 7000  
crascidadeademar@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS M'Boi Mirim** - Av. Guarapiranga, 1.265 - Guarapiranga - CEP 04902-903  
Fones: 3396-8400 / 3396-8453/ 3396-8448/ 3396-8452  
crasamboimirim@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Parelheiros** - Rua Pedro Klein Nascimento, 100 - Parelheiros - CEP 04890-370  
Fones: 5920-4163 / 5920-4162  
crasparelheiros@prefeitura.sp.gov.br

**CRAS Santo Amaro** - Rua Toninhas, 211 - Campo Grande - Santo Amaro - CEP04691-040  
Fones: 5631-2963 / 5631-2890  
crassantoamaro@prefeitura.sp.gov.br

# Anexo

## QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS BARREIRAS PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA BENEFICIÁRIAS DO BPC

Brasília, 2008

## QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS BARREIRAS PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA BENEFICIÁRIAS DO BPC1

### A-INFORMAÇÕES GERAIS

#### A.1. IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA OU DO(A) ADOLESCENTE BENEFICIÁRIO(A)

1-Nome Completo (personalizado)

2-Data de nascimento (personalizado)

/ /

3-Sexo (personalizado)

masculino  feminino

4-Estado civil: (univalorada)

solteiro(a)

casado(a)

separado/desquitado(a)

viúvo(a)

outros

5-Cor ou raça (univalorada)

branca

preta

parda

amarela

indígena

6-O(a) beneficiário(a) tem filhos? (univalorada)

sim  não

7-Nº Benefício BPC (personalizado)

8-NIT (personalizado)

9-Nº do Cartão SUS (questão aberta – 11 dígitos)

10-Documento de identificação<sup>2</sup>: (personalizado)

CPF: \_\_\_\_\_

Carteira de identidade – RG: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Emissor: \_\_\_\_\_

Certidão de Nascimento – Nº \_\_\_\_\_ Folha: \_\_\_\_\_ Livro: \_\_\_\_\_

11-UF em que nasceu (questão aberta)

12-Município/Cidade satélite<sup>3</sup> em que nasceu (questão aberta)

13-Nome completo da mãe (personalizado)

14-O(a) entrevistado(a) é o(a) próprio(a) beneficiário(a)? (univalorada)

sim (responder as questões 15 a 24 e ir para a seção B – questão 40)

não (responder as questões 15 a 30)

1-Para o preenchimento deste Questionário observe a definição dos termos sublinhados no Manual de Aplicação do Questionário para Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC.

2-Só é necessário preencher e informar um dos documentos (CPF, RG ou Certidão de Nascimento).

3-Este campo será utilizado para informar a cidade satélite em que nasceu o (a) beneficiário (a), no caso das entrevistas realizadas no Distrito Federal.

## A.2. ENDEREÇO DA CRIANÇA OU DO(A) ADOLESCENTE BENEFICIÁRIO(A)

15-O endereço do(a) entrevistado(a) é igual ao do(a) beneficiário(a)? (univalorada)

sim

não (responder também a parte de identificação e endereço do(a) entrevistado(a) – questões 25 a 39)

( ) não houve a entrevista por algumas das razões indicadas na seção I (ir para a seção I – questão 119)

16-Endereço (personalizado)

17-Número (questão aberta)

18-Complemento (questão aberta)

19-Ponto de Referência (questão aberta)

20-Bairro (personalizado)

21-UF (personalizado)

22-Município/Cidade Satélite (personalizado)

23-CEP (personalizado – 8 dígitos)

24-Telefone de contato (questão aberta -DDD + 8 dígitos)

### A.3.IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)4

25-Nome Completo (questão aberta)

26-Vínculo familiar com o(a) beneficiário(a): (univalorada)

( ) pai

( ) mãe

( ) avô ou avó

( ) irmão(ã)

( ) tio(a)

( ) procurador(a) -representante institucional

( ) procurador(a) -não membro da família

( ) outro – especifique: \_\_\_\_\_

27-Data de nascimento (questão aberta -xx/xx/xxxx)

/ /

28-Sexo (univalorada)

( ) masculino ( ) feminino

29-5 CPF (questão aberta – 11 dígitos) 30-RG (questão aberta – 9 dígitos)

nº.: UF: Emissor:

4-O(a) entrevistado(a) deverá ser preferencialmente o(a) beneficiário(a), porém nas situações em que o (a) beneficiário (a) possua idade inferior a 12 anos completos ou sua deficiência o(a) impeça de informar com precisão todos os campos deste questionário, o(a) entrevistado(a) poderá ser o(a) SEU(A) RE-

## PRESENTANTE LEGAL.

5-É obrigatório o preenchimento de ao menos uma destas informações (CPF ou RG).

### A.4. ENDEREÇO DO(A) ENTREVISTADO(A) 6 6

31-Endereço (questão aberta)

32-Número (questão aberta)

33-Complemento (questão aberta)

34-Ponto de Referência (questão aberta)

35-Bairro (questão aberta)

36-UF (questão aberta)

37-Município/ Cidade Satélite<sup>7</sup> (questão aberta)

38-CEP (questão aberta – 8 dígitos)

39-Telefone de contato (questão aberta -DDD + 8 dígitos)

## B – TIPOS DE DEFICIÊNCIA<sup>8</sup>

40-Qual o tipo de deficiência do(a) beneficiário(a)? (univalorada/multivalorada)<sup>9</sup>

deficiência múltipla (se essa opção for marcada, outras opções também deverão ser marcadas conjuntamente)

cegueira

baixa visão

surdez

deficiência auditiva

surdocegueira

deficiência física

deficiência mental/intelectual

transtornos globais do desenvolvimento

síndrome de down

recebe o BPC em decorrência de doenças crônicas/degenerativas

## C – ACESSO À ESCOLA

41-Acesso à escola: (univalorada)

frequenta a escola atualmente (responder as questões de 42 a 63)

já frequentou a escola e não frequenta atualmente (responder as questões de 64 a 74)

nunca freqüentou a escola (responder as questões de 75 a 81)

6-Este campo só poderá ser respondido pelo(a) representante legal nas situações em que este(a) não resida com o(a) beneficiário(a).

7-Este campo será utilizado para informar a cidade satélite em que nasceu o(a) beneficiário(a), no caso das entrevistas realizadas no Distrito Federal.

8-Esta classificação foi adotada pelo formulário do Censo Escolar – MEC, exceto a opção referente a doenças crônicas/degenerativas que foi inserida para contemplar outros critérios de acesso ao BPC que ultrapassam os tipos de deficiência estabelecidos pelo MEC.

9-Nessa questão, caso a primeira opção de resposta seja marcada, a questão é multivalorada, ou seja, pode-se marcar outras opções. Caso a primeira opção não seja marcada, a questão é univalorada e só é possível a marcação de uma opção de resposta.

#### C.1. SE FREQUENTA ATUALMENTE:

42-A Escola que freqüenta é: (univalorada)

da rede pública municipal

da rede pública estadual

da rede pública federal

da rede pública do Distrito Federal

particular

filantrópica

43-Qual o nome da Escola que está freqüentando este ano? (questão aberta)

---

44-Marque o tipo de Escola e de classe: (univalorada)

escola comum de ensino regular – classe comum (responder a questão 45)

escola comum de ensino regular – classe especial (responder a questão 45)

escola especial (APAE's, Pestalozzi's, etc) (responder a questão 47)

45-Se freqüenta classe comum do ensino regular: (univalorada)

com atendimento educacional especializado complementar em turno diferente ao da escolarização (responder a questão 46)

sem atendimento educacional especializado complementar em turno diferente ao da escolarização (responder a questão 47)

46-Onde freqüenta Atendimento Educacional Especializado? (univalorada)

- ( ) na mesma Escola
- ( ) em outra Escola comum do ensino regular
- ( ) em outra Escola, especial pública
- ( ) em outra Escola, especial filantrópica
- ( ) em Centro Especializado
- ( ) não freqüenta

47-Qual o ano/ciclo: (univalorada)

- ( ) educação infantil/creche
- ( ) educação infantil/pré-escola
- ( ) ensino fundamental -1º
- ( ) ensino fundamental -2º
- ( ) ensino fundamental -3º
- ( ) ensino fundamental -4º
- ( ) ensino fundamental -5º
- ( ) ensino fundamental -6º
- ( ) ensino fundamental -7º
- ( ) ensino fundamental -8º
- ( ) ensino fundamental -9º
- ( ) ensino médio -1º ano
- ( ) ensino médio -2º ano
- ( ) ensino médio -3º ano
- ( ) EJA – Educação de Jovens e Adultos
- ( ) educação profissional
- ( ) ensino superior
- ( ) nenhuma das alternativas

48-O (a) beneficiário (a) freqüenta a sala de aula, quantos dias por semana? (univalorada)

- ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) só vai à escola para fazer provas

49-Quanto tempo o(a) beneficiário(a) gasta, em média, para ir da residência para a escola? (univalorada)

- ( ) até 30 minutos
- ( ) entre 30 minutos e 1 hora
- ( ) entre 1 e 2 horas

mais de 2 horas

50-O(a) beneficiário(a) precisa de acompanhante para ir da casa até a escola?  
(univalorada)

não

sim, e tem quem o (a) acompanhe

sim, mas não tem quem o (a) acompanhe

51-Existe falta de acessibilidade no caminho de casa até a escola que frequen-  
ta? (multivalorada/univalorada) 10

nas ruas (responder a questão 53)

nas calçadas (responder a questão 53)

no transporte (responder a questão 53)

na sinalização (responder a questão 53)

outra (responder a questão 52)

não há falta de acessibilidade (marcação única -responder a questão 55)

52-Caso encontre outras barreiras no caminho de casa até a escola, escreva  
neste campo: (questão aberta)

---

---

53-Os obstáculos ou barreiras a que se refere a questão n° 51, poderiam ser  
superados com algum(ns) dos itens abaixo? (multivalorada)

rampa (responder a questão 55)

guia rebaixada (responder a questão 55)

pavimentação da rua (responder a questão 55)

pavimentação da calçada (responder a questão 55)

semáforo sonoro (responder a questão 55)

transporte apropriado/acessível às necessidades do(a) beneficiário(a) (res-  
ponder a questão 55)

outra (responder a questão 54)

54-Caso esses obstáculos possam ser superados de alguma outra forma, des-  
creva neste campo: (questão aberta)

### C.1.1. TRANSPORTE ESCOLAR

55-Utiliza transporte escolar? (univalorada)

sim (responder a questão 56 e 57)

não (responder a questão 58)

56-O transporte escolar que utiliza é apropriado/acessível para o (a) beneficiário (a)? (univalorada)

sim

não

57-Que tipo de transporte escolar utiliza? (univalorada)

particular

da prefeitura

do Estado/Distrito Federal

de instituição filantrópica

### C.1.2. INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR

58-Na escola existe um(a) profissional de apoio, além do(a) professor(a), que auxilie o(a) beneficiário(a) em suas atividades da vida diária (administração de medicamentos, alimentação, higiene)? (univalorada)

sim

não

não sabe

Nesta questão multivalorada/ univalorada, caso o último campo seja marcado, a questão torna-se univalorada. Caso o último campo não seja marcado, a questão é multivalorada.

59-O(a) beneficiário(a) precisa de um profissional de apoio que o(a) auxilie em suas atividades da vida diária, além do professor? (administração de medicamentos, alimentação, higiene)? (univalorada)

sim

não

60-Na escola, o(a) beneficiário(a) encontra barreiras físicas para acessar algum (ns) desses ambientes? (multivalorada/univalorada)

sala de aula

banheiro

sala de recreação/pátio

- refeitório/cantina
  - laboratório de informática
  - ginásio/quadra/sala de educação física
  - biblioteca/sala de leitura
  - outros
  - todos os ambientes da escola são acessíveis (marcação única)
- 61-A escola em que o(a) beneficiário(a) estuda possui algum(ns) desses(as) profissionais que o(a) auxiliem na comunicação? (multivalorada/univalorada)
- intérprete de Libras
  - guia-intérprete para surdocegos
  - professor(a) ou atendente para a comunicação alternativa (uso de pranchas de alfabeto, placas ou fichas com desenhos e figuras, cartazes, etc., a fim de auxiliar as pessoas com dificuldades na fala)
  - professor(a) com conhecimento do sistema Braille
  - professor(a) com conhecimento da Libras
  - não sabe ou não possui (marcação única)
- 62-A escola possui mobiliários adequados para as necessidades do(a) beneficiário(a)? (univalorada)
- sim
  - não
  - não sabe
- 63-O(a) beneficiário(a) tem acesso a algum(ns) dos materiais didáticos especializados abaixo relacionados? (multivalorada/univalorada)
- Kit do MEC para aluno(a) com cegueira (uma reglete de mesa, dois punções, uma bengala longa dobrável, uma ponteira em plástico para bengala; um guia de assinatura; um soroban com 21 eixos; um pacote com 100 folhas de papel gramatura 90 para escrita braille, uma mochila escolar)
  - Kit do MEC para aluno (a) com baixa visão (três cadernos de 100 folhas com pauta ampliada e em negrito; três lápis grafite 6B; três canetas ponta porosa; uma lupa de apoio horizontal com magnificação de 2,5 vezes, uma estante ou prancha com plano inclinado para leitura; uma mochila escolar)
  - Libras
  - braille
  - caracteres ampliados

- recursos de informática
- recursos ópticos
- comunicação alternativa
- outros
- não precisa (marcação única)

C.2. SE JÁ FREQUËNTOU E NÃO FREQUËNTA ATUALMENTE:

64-Qual escola frequentou? (univalorada)

- da rede pública municipal
- da rede pública estadual
- da rede pública federal
- da rede pública do Distrito Federal
- particular
- filantrópica

65-Marque o tipo de Escola e de classe: (univalorada)

- escola comum de ensino regular – classe comum (responder a questão 66)
- escola comum de ensino regular – classe especial (responder a questão 66)
- escola especial (APAE's, Pestalozzi's, etc) (responder a questão 68)

66-Frequentou classe comum do ensino regular: (univalorada)

- com atendimento educacional especializado complementar em turno diferente ao da escolarização (responder a questão 67)
- sem atendimento educacional especializado complementar em turno diferente ao da escolarização (responder a questão 68)

67-Onde recebeu o atendimento educacional especializado complementar? (univalorada)

- na mesma Escola
- em outra Escola comum do ensino regular
- em outra Escola, especial pública
- em outra Escola, especial filantrópica
- em Centro Especializado

68-Qual o último ano/ciclo: (univalorada)

- educação infantil/creche
- educação infantil/pré-escola
- ensino fundamental -1º

- ensino fundamental -2º
- ensino fundamental -3º
- ensino fundamental -4º
- ensino fundamental -5º
- ensino fundamental -6º
- ensino fundamental -7º
- ensino fundamental -8º
- ensino fundamental -9º
- ensino médio -1º ano
- ensino médio -2º ano
- ensino médio -3º ano
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- educação profissional
- ensino superior
- nenhuma das alternativas

69-O(a) beneficiário(a) precisava de acompanhante para ir da casa até a escola? (univalorada)

- não
- sim, e tinha quem o(a) acompanhasse
- sim, mas não tinha quem o(a) acompanhasse

70-Alguma das situações abaixo contribuiu para que o(a) beneficiário(a) tenha deixado de freqüentar a escola? (multivalorada/univalorada)

- recomendação da gestão da escola (diretor(a), coordenador(a), supervisor(a) e orientador(a) ou do(a) professor(a) para que o(a) beneficiário(a) procurasse outra escola (responder a questão 72)
- exigências da escola difíceis de serem cumpridas pelo(a) beneficiário(a)11(responder a questão 72)
- saúde debilitada (responder a questão 72)
- iniciativa própria dos pais ou familiares de retirar o(a) beneficiário(a) da escola (responder a questão 72)
- inexistência de mobiliário adequado na escola (responder a questão 72)
- inexistência de materiais didáticos e pedagógicos que atendam às necessidade de aprendizagem do(a) beneficiário (a) (responder a questão 72)
- barreiras físicas dentro da escola (responder a questão 72)

ausência de profissionais de apoio para auxílio nas atividades diárias (administração de medicamentos, alimentação, higiene) (responder a questão 72)

ausência de profissionais para auxílio na comunicação (intérprete de LIBRAS, guia intérprete para surdocegos, etc) (responder a questão 72)

outras barreiras (responder a questão 71)

nenhuma das opções anteriores (marcação única – responder a questão 72)

71-Caso a desistência de freqüentar a escola tenha sido influenciada por outros motivos, relacione quais (questão aberta):

---

---

---

### C.2.1. TRANSPORTE ESCOLAR

72-O(a) beneficiário(a) utilizava transporte escolar? (univalorada)

sim (responder as questões 73 e 74)

não (ir para a seção D – questão 82)

73-O transporte escolar que utilizava era apropriado/acessível para o(a) beneficiário(a)? (univalorada)

sim

não

74-Que tipo de transporte escolar utilizava? (univalorada)

particular

da prefeitura

do Estado/Distrito Federal

de instituição filantrópica

### C.3. SE NUNCA FREQUËNTOU:

75-A família entende que: (univalorada)

não deve freqüentar a escola (responder as questões 76 e 77)

deve freqüentar a escola (responder a questão 77)

Para fins deste Questionário consideram-se exigências difíceis de serem atendidas pelos(as) beneficiário(as) situações iguais ou similares a: exigir que o(a)

aluno(a) custeie por conta própria um(a) acompanhante durante todo o período das aulas; exigir que o(a) aluno(a) providencie o seu próprio material didático acessível, entre outras.

76-A família entende que não deve freqüentar, pôr que? (multivalorada)

- considera que não tem condições de aprender
- teme que seja discriminado(a)
- teme que sofra violência
- não tem como levá-lo(a) até a escola
- não tem quem o(a) acompanhe na escola
- necessita de materiais que não tem condições de comprar e a escola não oferta
- outro motivo

77-A família já procurou a escola para matricular o (a) beneficiário (a)? (univalorada)

- sim (responder a questão 78)
- não (responder a questão 81)

78-A escola criou as condições para que freqüentasse: (univalorada)

- sim (responder as questões 81)
- não (responder as questões 79)

79-A Escola não criou as condições para que freqüentasse: (multivalorada)

- pois não aceitou a matrícula (responder a questão 81)
- não possuía mobiliário adequado (responder a questão 81)
- não dispunha de materiais didáticos e pedagógicos adequados para as necessidades de aprendizagem do(a) beneficiário(a) (responder a questão 81)
- havia barreiras físicas no caminho de casa até a escola (ruas, calçadas, sinalização, transporte) (responder a questão 81)
- havia barreiras físicas dentro da escola (responder a questão 81)
- ausência de um(a) profissional de apoio que o(a) auxiliasse nas atividades diárias (administração de medicamentos, alimentação, higiene) (responder a questão 81)
- ausência de um(a) profissional que o(a) auxiliasse na comunicação (intérprete de LIBRAS, guia intérprete para surdocegos, etc) (responder a questão 81)
- Outras (responder a questão 80)

80-Se a escola não criou condições para que freqüentasse as aulas por outro motivo, escreva: (questão aberta)

---

---

81-A família pretende matricular o(a) beneficiário(a) na escola? (univalorada)

sim

não

D – TRABALHO (responder apenas se o beneficiário tiver 14 anos ou mais)

82-O(a) beneficiário(a) tem interesse de ingressar no mercado de trabalho? (univalorada)

sim

não

83-O(a) beneficiário(a) necessita de qualificação profissional para inserção no mercado de

trabalho? (univalorada)

sim

não

84-O(a) beneficiário(a) está em processo de profissionalização não remunerado? (univalorada)

sim

não

E – PRODUTOS E TECNOLOGIA ASSISTIVA:

E.1. MEDICAMENTOS/ALIMENTOS

85-O(a) beneficiário(a) precisa fazer uso contínuo de algum dos produtos abaixo? (multivalorada/univalorada)

medicamentos (responder a questão 87)

alimentos especiais/dieta (responder a questão 87)

suplementos nutricionais (responder a questão 87)

outros (responder a questão 86)

não precisa de nenhum deles (marcação única -responder a questão 88)

86-Caso o (a) beneficiário (a) tenha necessidade de fazer uso contínuo de

outros produtos, escreva: (questão aberta)

---

---

87-Como adquire estes medicamentos e/ou alimentos especiais e/ou suplementos nutricionais? (multivalorada/univalorada)

- unidade básica de saúde -SUS
- farmácias hospitalares -SUS
- doação de pessoas
- doação de instituições
- compra -Farmácia Popular -SUS
- compra -outros lugares
- outros
- não adquire (marcação única)

## E.2. PRODUTOS E EQUIPAMENTOS

88-Precisa fazer uso contínuo de alguns dos produtos e equipamentos abaixo relacionados? (multivalorada/univalorada)

- vestimenta com tecido ou modelagem especial (responder a questão 90)
- móveis e utensílios (camas adaptadas, colchões especiais, outros) (responder a questão 90)
- instrumentos adaptados para alimentação e higiene pessoal (responder a questão 90)
- fraldas descartáveis (responder a questão 90)
- outros (responder a questão 89)
- não precisa (marcação única -responder a questão 91)

89-Caso precise fazer uso de outros produtos e equipamentos, escreva (questão aberta):

---

---

90-Utiliza os produtos e equipamentos de que precisa para uso pessoal na vida diária? (univalorada)

- sim
- não

### E.3. ÓRTESES, PRÓTESES E MEIOS PARA FACILITAR A MOBILIDADE

91-Precisa fazer uso de algum dos itens abaixo relacionados? (multivalorada/univalorada)

- cadeira de rodas
- cadeira de rodas com assento sanitário para banho
- bengala (para apoio)
- muleta
- bengala articulada (para pessoa com deficiência visual)
- andador
- bolsa de ostomia
- coletor urinário
- órtese para coluna
- órtese para membros superiores
- órtese para membros inferiores
- prótese de membro superior
- prótese de membro inferior
- aparelho auditivo
- implante coclear
- prótese ocular
- óculos e/ou lentes de contato
- lupas
- motociclo
- cão guia
- outros
- não precisa (marcação única -ir para a seção F – a partir da questão 94)

92-Utiliza a órtese, a prótese ou o meio para facilitar a mobilidade de que precisa? (univalorada)

- sim (responder a questão 93)
- não (ir para a seção F – a partir da questão 94)

93-Como adquiriu as órteses e próteses que utiliza? (multivalorada)

- pelo SUS
- pelo INSS
- doação de alguma pessoa
- doação de instituição

- por compra
- de outra forma

## F - APOIO E RELACIONAMENTOS:

### F-1. CUIDADOS E RELACIONAMENTOS

94-Quais destas atividades o(a) beneficiário(a) desempenha com a família?  
(multivalorada/univalorada)

- ir à casa de parentes
- ir à igreja
- ir a festas
- ir a passeios
- não vai com a família em lugar nenhum (marcação única)

95-O(a) beneficiário(a) brinca ou diverte-se com outras pessoas de sua idade?  
(univalorada)

- sim, sempre
- sim, raramente
- não, porque não consegue brincar ou se divertir
- não, porque os outros pensam que ele(a) não consegue brincar ou se divertir

96-O(a) beneficiário(a) é cuidado por alguém? (univalorada)

- sim (responder a questão 98)
- não, mas precisa (responder a questão 97)
- não precisa (ir para o bloco G -a partir da questão 100)

97-A ausência de um(a) cuidador(a) impede o acesso à escola? (univalorada)

- sim (ir para a seção G – a partir da questão 100)
- não (ir para a seção G – a partir da questão 100)

98-Caso o(a) beneficiário(a) seja cuidado(a) por alguém, quem é o(a) principal cuidador(a)? (univalorada)

- mãe
- pai
- outro adulto da família
- criança da família
- adolescente da família
- idoso da família

- idosa da família
- adulto vizinho
- profissional contratado
- outro

99-Outras pessoas da família contribuem com os cuidados com o(a) beneficiário(a)? (multivalorada/univalorada)

- mãe
- pai
- outro adulto da família
- criança da família
- adolescente da família
- idoso da família
- idosa da família
- adulto vizinho
- profissional contratado
- outro
- ninguém (marcação única)

## G – ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

### G.1. SAÚDE

100-Precisa de acompanhamento de algum (as) dos (as) profissionais relacionados? (multivalorada/univalorada)

- Clínico Geral
- Pediatra
- Psiquiatra
- Neurologista
- Ortopedista
- Oftalmologista
- Otorrinolaringologista
- Dentista
- outros
- não precisa (marcação única-responder a partir da questão 103) de saúde abaixo

101-Realiza o acompanhamento de que precisa? (univalorada)

- sim (responder a questão 102)
- não (responder a partir da questão 103)
- 102-Como faz o acompanhamento? (multivalorada)
- pelo SUS
- por convênio
- particular
- outros

## G.2. REABILITAÇÃO

- 103-Necessita de algum tipo de reabilitação? (multivalorada/univalorada)
- terapia ocupacional
- fonoaudiologia
- fisioterapia
- psicologia
- reabilitação profissional
- outros
- não precisa de reabilitação (marcação única -responder a partir da questão 107)
- 104-Realiza a terapia de que necessita? (univalorada)
- sim (responder as questões 105 e 106)
- não (responder a partir da questão 107)
- 105-Com qual frequência realiza a terapia? (univalorada)
- semanal
- quinzenal
- mensal
- outros
- 106-Como realiza a terapia? (multivalorada)
- pelo SUS
- por convênio
- particular
- outros

## G.3. REDE DE SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E SAÚDE

- 107-O(a) beneficiário(a) utiliza ou está incluído(a) em algum destes serviços?

(multivalorada/univalorada)

- CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializada da Assistência Social
- ação sócio-educativa e de convivência
- inclusão produtiva
- centro-dia
- atendimento domiciliar
- serviços de reabilitação na comunidade
- Posto de Saúde do SUS
- Visita do Agente Comunitário de Saúde
- CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial
- Ambulatório Especializado em Saúde Mental
- Serviço de Reabilitação Física do SUS
- Serviço de Reabilitação Auditiva do SUS
- Serviços de Reabilitação Visual do SUS
- Serviço de Atendimento para Deficiência Mental no SUS
- Serviços de reabilitação profissional do INSS
- outros
- não tem acesso a nenhum serviço (marcação única)

108-A família do(a) beneficiário(a) utiliza ou está incluída em algum destes serviços? (multivalorada/univalorada)

- CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializada da Assistência Social
- ação sócio-educativa e de convivência
- inclusão produtiva
- centro-dia
- atendimento domiciliar
- serviços de reabilitação na comunidade
- Posto de Saúde do SUS
- Visita do Agente Comunitário de Saúde
- CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial
- Ambulatório Especializado em Saúde Mental
- Serviço de Reabilitação Física do SUS
- Serviço de Reabilitação Auditiva do SUS

- Serviços de Reabilitação Visual do SUS
  - Serviço de Atendimento para Deficiência Mental no SUS
  - Serviços de reabilitação profissional do INSS
  - outros
  - a família do(a) beneficiário(a) não tem acesso a nenhum o serviço (marcação única)
- 109-Algum outro membro da família do(a) beneficiário(a) recebe atualmente, algum dos seguintes benefícios? (multivalorada/univalorada)
- Bolsa-família (bolsa-alimentação, bolsa-escola, vale-gás)
  - BPC-idoso
  - BPC-pessoa com deficiência<sup>12</sup>
  - Renda Mensal Vitalícia
  - PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
  - Bolsa Jovem
  - benefício da igreja
  - benefício de ONG
  - benefício de sindicato
  - bolsa-escola municipal
  - Auxílio reabilitação psicossocial (Programa de volta para casa – saúde mental)
  - transferências de renda municipais/estaduais/do Distrito Federal
  - outro
  - não recebe nenhum (marcação única)

#### G.4. DEFESA DE DIREITOS

110-Já utilizou algum dos serviços de instituições de defesa dos direitos da pessoa com deficiência, listados abaixo? (multivalorada)

- Conselho Tutelar
- Ministério Público
- Fóruns
- Defensoria Pública
- Conselhos de Direitos de Pessoas com Deficiência

#### G.5. SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO

111-Utiliza o serviço público de transporte coletivo? (univalorada)

sim (responder as questões 112 e 113)

não (responder a partir da questão 114)

12 ATENÇÃO! Marque esta opção, apenas se outra pessoa da família com deficiência recebe o BPC.

112-O serviço público de transporte coletivo de sua cidade é gratuito? (univalorada)

é gratuito só para pessoa com deficiência

é gratuito para pessoa com deficiência e para o acompanhante

não é gratuito nem para pessoa com deficiência e nem para o(a) acompanhante

não sabe

113-O serviço público de transporte coletivo é apropriado/acessível para o(a) beneficiário(a)? (univalorada)

sim

não

#### H-MORADIA E AMBIENTE

114-Área: (univalorada)

rural

urbana

115-Espécie do domicílio: (univalorada)

particular próprio/quitado

particular -ainda pagando

particular improvisado

alugado

cedido por empregador

cedido por outra pessoa

outra condição

116-Onde mora ocorre alguma(s) das situações abaixo relacionadas? (multivalorada/univalorada)

área de elevada violência urbana (gangues, narcotráfico, grande rivalidade entre torcidas organizadas, entre outros)

área de conflito agrário (conflitos por posse, propriedade ou uso da terra)

- área de poluição (do solo, da água, do ar ou sonora)
  - área de risco em decorrência de inundação ou desmoronamento
  - outros
  - não há condições adversas onde mora (marcação única)
- 117-Quantas pessoas moram com o(a) beneficiário(a) na mesma residência? (não contar com o(a) beneficiário(a), nem com pessoas que moram temporariamente, na residência) (aberta)

- 
- 118-Com quais membros da Família-BPC13 o(a) beneficiário(a) convive? (multivalorada)
- pai/padrasto
  - mãe/madrasta
  - irmãos menores de 21 anos não emancipados. Quantidade: \_\_\_\_\_
  - esposo(a)
  - filhos menores de 21 anos não emancipados ou inválidos. Quantidade: \_\_\_\_\_
- 

A definição de família do BPC difere da utilizada pelo IBGE. Conforme alteração instituída pela Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, c/c Inciso V do Art. 4º do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, compreende: “conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, assim entendido, o requerente, o cônjuge, a companheira, o companheiro, o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, os pais, e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido”. Para fins do disposto no inciso V, o enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante comprovação de dependência econômica e desde que não possuam bens suficientes para o próprio sustento e educação. Neste questionário somente estes componentes devem ser observados neste campo.

I – JUSTIFICATIVA DO NÃO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO (esta questão é respondida pelo próprio aplicador – não precisa ser feita ao(a) beneficiário(a) ou seu(sua) representante).

119-Qual a justificativa do não preenchimento do questionário? (multivalorada)

- beneficiário(a) ou representante legal não quis responder o questionário
- beneficiário(a) não encontrado(a) no endereço (após 3 visitas)
- endereço não encontrado
- beneficiário(a) mudou-se para outra localidade no mesmo município (sem informar novo endereço)
- beneficiário(a) mudou-se para outro município (sem informar novo endereço)
- beneficiário(a) mudou-se para outra unidade da federação (sem informar novo endereço)
- falecimento do(a) beneficiário(a)
- outros

# Bibliografia

AGUIAR, Carlos Alberto Monteiro de. *Assistência Social no Brasil: a mudança do modelo de gestão*. São Paulo, 1997 (texto técnico).

CASTRO, Carlos Aurélio Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de Direito Previdenciário*. São Paulo: LTr, 2001.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira; ALVES, Maria da Anunciação S. Castro; DINIZ, Sélia Pinheiro. *O Benefício de Prestação Continuada como Importante Recurso de Inclusão Social de Usuários de Saúde Mental*. 1º Encontro Nacional dos Serviços Substitutivos em Saúde Mental. Brasília, agosto de 1988 (documento).

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social. Brasil. *Lei n. 8742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social*.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Capacitação para Aplicação do Questionário do Programa BPC na Escola*. Brasília, fevereiro de 2009.

PEREIRA, Larissa Dahmer. *Políticas Públicas de Assistência Social brasileira: avanços, limites e desafios*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. ESS/UFRJ, 2008.

PNAS - Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, novembro de 2004.

SAS - Secretaria de Assistência Social/PMSP. *A Política de Assistência Social no município de São Paulo*. São Paulo, 2004 (manual).

SMADS - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social/PMSP. *4ª Revisão - BPC Benefício de Prestação Continuada*. São Paulo, 2005.

SMADS - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social/PMSP. *Quem Somos - Fatos e Relatos*. São Paulo, 2006.

SMADS - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social/PMSP. *O Desenvolvimento Social na Cidade de São Paulo - Balanço 2005/2007*. São Paulo, 2008.

SMADS - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social/PMSP. *Deliberações da VIII Conferência Municipal de Assistência Social*. São Paulo, 2008 (relatório).

SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS) - *Norma Operacional Básica - NOB/SUAS*. Brasília, julho de 2005.

